

OS TRABALHADORES DEFENDEM ABRIL

*Os momentos são difíceis.
Mas é necessário
conservar toda a força dos
braços, toda a clareza do
entendimento, toda
a confiança no coração.
Para vencer é necessário
conservar sempre, mesmo
nas horas mais difíceis,
a confiança na vitória.
A Reforma Agrária confia!
A Reforma Agrária vencerá!*

Não foram somente um apelo estas palavras do camarada Álvaro Cunhal nas impressionantes jornadas de Arraiolos e Campo Maior, no passado domingo: foram, afinal, o reflexo bem vivo da realidade, dos sentimentos, da determinação, da coragem, e da confiança que vive o povo da Reforma Agrária que heroicamente defronta a brutal ofensiva do Governo

Págs. 8 e 9

GREVE DOS TRANSPORTES: MAIS DE 90% DE ADESÕES!



págs. centrais



8 de Março Dia da Mulher

Pág. 10



III CONGRESSO DA CGTP/IN

Após 3000 reuniões e 2500 plenários de empresa de preparação, 1100 delegados representando um milhão e setecentos mil trabalhadores iniciam hoje o III Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses/Intersindical Nacional — Pág. 12

59 ANOS DE LUTA

Completam-se hoje 59 anos sobre a fundação do Partido Comunista Português. Diversas iniciativas assinalam a data

Pág. 3



A realidade é esta. O «Avante!» também aumenta de preço. Como sempre, acompanhando os preços dos jornais diários. Encarando esta medida, inevitável numa altura em que encarece tudo o que não podemos dispensar para fazer

o «Avante!», esperamos que ela contará, como sempre contou com a compreensão solidária de todos os camaradas, de todos os nossos leitores perante esta realidade: os 12\$50 que custa a partir da próxima semana cada número do nosso «Avante!».



VITÓRIA HISTÓRICA DO POVO DO ZIMBABWÉ

Em nome do Comité Central do PCP, o camarada Álvaro Cunhal enviou ao Comité Central da ZANU e a Robert Mugabe o seguinte telegrama:

Saudando a grande vitória alcançada ZANU eleições de 27/29 de Fevereiro expressamos alegria e inteira solidariedade comunistas e trabalhadores portugueses.

Fazemos votos novos sucessos ZANU e Frente Patriótica sua abnegada luta à frente povo Zimbabwé pela independência e progresso sua pátria, contra o imperialismo, o colonialismo e racismo.

O Secretariado do CC do PCP publicou uma nota sobre o relevante significado da vitória do povo do Zimbabwé (Pág. 2). Noticiário na Pág. 11

Editorial NA LUTA A UNIDADE

As greves e paralisações totais e parciais de anteontem por todo o País, englobando dezenas de milhares de operários e empregados do sector dos transportes, em conjugação com as portadas acções de resistência dos trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo à ofensiva institucional e ilegal de demolição da Reforma Agrária, constituíram uma poderosa resposta popular à política da direita no Governo.

Estas potentes acções de massas imbricam na intensa mobilização dos trabalhadores de numerosas empresas e sectores profissionais e sociais que se desenvolveu no decurso das últimas semanas, a qual se caracterizou pela elevada unidade e combatividade dos seus participantes, assim como nos acesos debates travados na Assembleia da República não somente provocados pela golpista anticonstitucional da Aliança reaccionária contra o sector nacionalizado como pela interpelação do PCP e também do PS acerca da política de preços do Governo.

Contra a política antipopular e de rasgos nitidamente fascistas do Governo Sá Carneiro cresce e amadurece no plano nacional um vasto movimento de massas no qual esbarram e se desfarão os propósitos e investidas dos governantes da Aliança reaccionária.

A luta dos trabalhadores dos transportes, que recebeu a larga adesão e o apoio populares, teve como seu motivo central a actualização dos salários na Rodoviária Nacional, agora, numa clara manobra da retaliação do Governo, declarada com outras empresas públicas em situação económica difícil, e cujas tabelas salariais não sofreram qualquer alteração desde Maio de 1978, apesar dos sucessivos aumentos dos preços dos transportes e do custo de vida e de o peso das despesas com o pessoal nas despesas totais da empresa terem baixado de 50,7% em 1976 para 42,6% no decurso do ano passado.

O Governo continua surdo às reivindicações dos trabalhadores, empenhado como está na criação de um novo tecto salarial em contraste com a subida em flecha dos preços dos produtos de primeira necessidade, empenho que estiverá já por detrás do congelamento da contratação colectiva decidido logo no início pelo ministro do Trabalho e que a luta dos trabalhadores afectados conseguiu fazer recuar.

Nestas condições é de esperar uma agudização da luta dos trabalhadores dos transportes, um sector nevralgico da economia nacional, assim como doutros sectores da classe operária, agudização cuja responsabilidade caberá inteira ao Governo do PPD e do CDS.

Na zona da Reforma Agrária a política institucional arbitrária do Governo assume características repressivas novas, de envergadura desconhecida na região desde o 25 de Abril, e faz reviver os dias sombrios e as situações e operações punitivas do passado fascista, contra as quais, no presente, cresce a resistência e a luta dos heróicos trabalhadores das UCPs e Cooperativas do Alentejo e do Ribatejo.

Depois das violências, ilegalidades e roubos cometidos contra as UCPs do distrito de Portalegre e em Arraiolos, os agrários da CAP, enriquecidos no MAP e apoiados por fortes contingentes da GNR, atacam agora nos distritos de Évora, Beja e Setúbal, com particular ferocidade em Plas e Santiago do Escoural, heróicos baluartes da luta dos assalariados rurais alentejanos contra o fascismo no passado e que têm agora sofrido o cerco de importantes forças motorizadas e blindadas da GNR, a mando do MAP. Também na zona de

Alvalade, onde foram cometidos autênticos vandalismos contra pessoas e bens, em total desrespeito pela lei e pela integridade física dos trabalhadores, e no Lavre onde vários deles estão a ser chamados ao posto local da GNR se sucedem as violências e manobras intimidativas. O que se passa em Santiago do Escoural, nas terras onde foram assassinados em 1979 dois membros da UCP Bento Gonçalves ultrapassa o aparato e o nível das ameaças habituais de violência contra a Reforma Agrária que o Governo Sá Carneiro desencadeou contra os trabalhadores alentejanos. Com razão, os heróicos obreiros da Reforma Agrária se interrogam sobre os reais objectivos da actual ofensiva do MAP, apoiada directamente por alguns oficiais da GNR que se têm distinguido pelo seu ódio aos trabalhadores.

A fúria da distribuição de reservas aos agrários e seus lacaios que as pedrem — e até em alguns casos sem as podermos — assume o carácter de autênticas incursões de bandoleiros que já roubaram até agora, além da extorsão (só pelo Governo actual) de cerca de 20 000 hectares das melhores terras, contenas de máquinas e alfaias agrícolas e milhares de cabeças de gado e violam todos os marcos da legalidade democrática e dos direitos constitucionais dos trabalhadores das UCPs.

A resistência dos heróicos obreiros da Reforma Agrária está anulando em grande parte, e tem condições para anular no futuro com o apoio da classe operária e de todos os democratas portugueses com eles solidários, as ilegalidades do Governo Sá Carneiro e do MAP, as ocupações ilegais de terras falsamente dadas como reservas, cuja posse e uso pelos trabalhadores é inteiramente legal e legítima.

As grandes manifestações de Beja, Évora, Serpa, Montemor, Alvalade, Campo Maior, Arraiolos e outras exprimem a determinação, a unidade e disposição de luta dos trabalhadores da Reforma Agrária de defenderem firmemente as suas conquistas, as mais belas e significativas da Revolução de Abril.

LIAS, o pleno e legítimo uso dos direitos, liberdades e garantias constitucionais pelos trabalhadores das fábricas e dos campos e por milhares de cidadãos comuns nas poderosas lutas de massas nos últimos dias em defesa das conquistas e dos interesses populares vitais ameaçados pela política aventureira e repressiva do actual Governo, é uma coisa que notoriamente preocupa as forças reaccionárias que o controlam e que detêm, além disso, a escassa maioria parlamentar na Assembleia da República.

Toda a máquina da propaganda oficial, incluindo os pasquins da extrema-direita que vêm a luz do dia, procuram esvaziar do seu conteúdo objectivo as reivindicações dos trabalhadores. Propósitos subversivos e fins exclusivamente políticos, que se procura atribuir ao PCP, são inventados pelas forças reaccionárias da Aliança no Governo para negar as profundas razões económicas e sociais que estão na origem das grandiosas acções de massas das últimas semanas.

A direita no Governo e a sua escassa maioria parlamentar contestando o próprio direito à greve e propondo-se tomá-lo inoperante através da revisão da lei actual fazem o mal e a carumhna, subvertem de facto a situação económica e social do País e do povo e levam a cabo a ofensiva desestabilizadora que está implícita na sua política de assalto ao Poder pelo domínio absoluto dos órgãos de soberania, da comunicação social, pela destruição violenta das principais conquistas democráticas do Povo português e pela revisão institucional e golpista da Constituição.

CONTUDO, a ameaça de consequências das mais perigosas para o regime democrático é representada pela aprovação ferida de inconstitucionalidade de mecanismos legislativos que atingiriam de morte o sector público e nacionalizado.

A maioria reaccionária aprovou a revogação da Lei 77/79 que proibia a alienação ou oneração de bens das empresas nacionalizadas e públicas e na manhã de terça-feira fez aprovar a autorização legislativa para o Governo alterar por decreto-lei a Lei 46/77 de delimitação dos sectores público e privado que é da competência exclusiva da Assembleia da República e que abre o caminho à entrega de empresas nacionalizadas ao capital privado.

Se tais leis forem postas em prática pelo Governo da Aliança reaccionária, um golpe mortal poderia ser assestado contra as nacionalizações.

Como se sabe, a destruição desta conquista fundamental da Revolução de Abril está de há muito na mira das forças reaccionárias e a lei agora votada precisa os contornos dessa grave ameaça contra a democracia portuguesa.

A desestabilização total da situação nacional pelas forças reaccionárias detentoras do Governo e da maioria parlamentar e a aberta confrontação com os órgãos de soberania Presidente da República e Conselho da Revolução acompanha a par e passo a ofensiva violenta contra a Reforma Agrária, contra as nacionalizações, contra o poder de compra e o direito ao trabalho dos trabalhadores portugueses, contra os interesses vitais das camadas pobres e médias da população.

A provocação lançada pelos pasquins da extrema-direita de que dá conta a nota ontem publicada pela Presidência da República, à qual o Governo respondeu num arrogante comunicado contra o Presidente e o Conselho da Revolução, provocação tendo por objectivo dividir e gerar uma situação de confronto entre os militares e, por essa via, eliminar a influência e as posições democráticas no seio das Forças Armadas, é um indicio de novo agravamento da crise política por iniciativa frontal das forças reaccionárias.

A direita e a extrema-direita querem rapidamente eliminar o 25 de Abril das Forças Armadas, querem impor o seu jogo em todos os sectores decisivos da defesa da democracia, querem furtar-se pelos meios mais inconstitucionais e antidemocráticos ao veredicto eleitoral do último quartel de 1980.

A reacção desencadeada neste momento uma vasta operação de intriga política que deve alertar todos os democratas e patriotas para a gravidade da situação portuguesa actual e dos perigos que rodeiam o regime democrático.

A direita no Governo alia a demagogia e o cinismo à política real de destruição da democracia e do 25 de Abril. O ministro da Defesa, Amaro da Costa, afirma com todo o desprante que considera contrárias ao interesse nacional, negando-as, "quaisquer alternativas políticas que pressuponham o recurso à violência ou à ultrapassagem da soberania popular ou à ilegalidade", mas o Governo a que pertence Amaro da Costa deita mão ao crescente recurso à violência e mesmo a meios directamente dependentes do ministro da Defesa, como se verifica no Escoural, lança-se

abertamente numa política de ruptura institucional.

Entretanto, dentre o vozear mistificador da reacção, nos seus esforços para abrir caminho a uma nova ditadura do grande capital aliado ao imperialismo, as forças reaccionárias detentoras do Governo vão pondo à mostra as suas fraquezas endémicas, a sua real inferioridade na correlação de forças sociais e políticas, o seu desenraizamento popular e antes de tudo do sector mais sólido e representativo da sociedade portuguesa — os trabalhadores.

Os militares do Pentágono, aliados de Sá Carneiro e Freitas, que impuseram agora um dos seus homens de guerra para o comando do Iberiant, antes comandado por um oficial português, e que vão realizar provocadoramente manobras militares da NATO no período de grandes realizações políticas democráticas em Portugal, como sejam o 25 de Abril e o 1.º de Maio, as forças imperialistas não têm força para quebrar a vontade do Povo português, para submeter a Portugal a sua vassalagem militar e política.

A firme consciência da força decisiva dos democratas e patriotas portugueses para garantirem a perenidade do 25 de Abril e das instituições democráticas deve animar todos os que na nossa terra lutam pela democracia, pela liberdade e pela independência nacional.

A reacção não tem forças para impor a sua "mudança" antidemocrática, a unidade de todos os democratas e patriotas, o reforço constante do movimento operário, democrático e popular são garantias seguras de derrota para os intentos da reacção.

Essa derrota está ao alcance das forças democráticas.

UNIR esforços para derrotar a direita e para fazer saltar do carro este Governó inimigo da democracia e do Povo, é um dever patriótico que se impõe no momento presente às forças democráticas.

As memoráveis datas que se aproximam deveriam ser um toque a reunir de todos os que têm por objectivo comum e fundamental preservar a democracia e o 25 de Abril.

Os aniversários da Constituição, da vitória de Abril, do 1.º de Maio, poderiam e deveriam constituir jornadas unitárias de importância decisiva para a defesa das instituições democráticas.

Como é dito na nota da Comissão Política do PCP, as comemorações deveriam constituir "a expressão da unidade de todos aqueles que não pretendem o regresso ao passado e que possibilitasse uma ampla e significativa participação popular".

O Partido Socialista decidiu contudo partidizar as comemorações comprometendo uma verdadeira e unida afirmação nacional pela democracia, e pela defesa de Abril.

Este é um mau serviço prestado à causa dos portugueses e à unidade que as poderosas lutas que se acabam de travar, as que estão em perspectiva e a grande jornada de unidade da classe operária portuguesa que é o III Congresso da CGTP-Intersindical apontam a todo o nosso Povo.

Uma intenção e um objectivo ganham corpo na hora actual.

Uma unidade triunfará!

A Luta Continua — Sá Carneiro para a rua!

Nota do Secretariado do CC do PCP acerca do resultado das eleições no Zimbabwé

1. A grande e expressiva vitória das forças patrióticas nas eleições realizadas no Zimbabwé constitui um acontecimento de relevante significado internacional e um poderoso factor de reforço da luta libertadora dos povos da África Austral, que deve ser justamente saudado com alegria pelas forças progressistas do mundo inteiro.

2. A vitória agora alcançada pelas forças patrióticas do Zimbabwé, na sequência de anos de heróica luta armada contra um regime ilegal, fanático e racista, assume um ainda maior significado

tendo em conta o enquadramento repressivo e discriminatório em que as forças progressistas tiveram de travar esta batalha.

3. A vitória das forças patrióticas constitui um sério revés para os planos e esperanças do imperialismo, nomeadamente norte-americano e inglês, e constitui uma vigorosa reafirmação de determinação do povo do Zimbabwé em edificar um regime de maioria negra, livre do domínio e ingerência neocolonial e que garanta o efectivo progresso e independência da sua pátria.

Saudando calorosamente este importante marco na luta do povo do Zimbabwé, o PCP reafirma a sua activa solidariedade com as forças patrióticas do Zimbabwé no difícil caminho que previsivelmente terá ainda de percorrer para vencer definitivamente as manobras e planos agressivos do imperialismo e dos racistas sul-africanos e para fazer respeitar integralmente a vontade do seu povo, agora reconfirmada nas recentes eleições.

5. A vitória do povo do Zimbabwé significa uma profunda mudança

na região, o nuir de um bastião das forças mais retrógradas do imperialismo e do racismo, o reforço das posições e da política dos países da linha da frente e um sério golpe dado ao imperialismo, ao racismo e ao apartheid em toda a África Austral.

6. A nova realidade política emergente da nova situação no Zimbabwé vem também indirectamente confirmar o carácter retrogrado da política externa do Governo Sá Carneiro que, como é sabido, no tocante aos problemas africanos, se

caracteriza por atitudes e comportamentos de cariz marcadamente colonialista e por a actividade de apoio e complicitade com movimentos fanáticos que conspiram contra os regimes progressistas da África Austral, nomeadamente contra os novos países africanos outrora submetidos ao colonialismo português.

7. A política externa que o Governo Sá Carneiro está impondo ao País, sendo obstinadamente oposta às mais fortes realidades do mundo contempo-

râneo e oposta à marcha irresistível da luta libertadora dos povos, cria externas dificuldades ao desenvolvimento de relações de amizade com os novos Estados africanos, conduz Portugal ao isolamento internacional e ao agravamento sem limites da dependência em relação aos círculos mais agressivos do imperialismo.

8. O PCP reafirma nesta ocasião que, de acordo com os princípios constitucionais, a política externa do Portugal Democrático se deve caracterizar pela libertação da

órbita do imperialismo, pela diversificação das relações externas, pelo desenvolvimento das relações tradicionais com os países da Europa Ocidental e os E.U.A., pela dinamização e intensificação das relações com os países socialistas e os novos países africanos, com base nos princípios da igualdade, das vantagens mútuas, do respeito pela soberania e da não ingerência nos assuntos internos.

Caracterizando a política externa do actual Governo como indigna do Portugal de Abril

e contrária aos interesses nacionais, o PCP reafirma que a posição do Portugal Democrático é ao lado das forças da Paz e do progresso, ao lado dos povos em luta contra a agressão imperialista, contra o racismo e o fascismo, ao lado dos povos em luta pela sua independência.

Esta é a posição que corresponde aos interesses de Portugal e está de acordo com as ideias libertadoras do 25 de Abril consagradas na Constituição.

Libsoa, 4/3/80

O Secretariado do CC do PCP

Nota da Comissão Política do CC do PCP acerca das pressões da NATO sobre Portugal

1. Os últimos e os próximos exercícios militares navais incluídos na actividade da NATO chamam uma vez mais a atenção para as pressões exercidas por aquela aliança político-militar sobre Portugal democrático.

2. Nos finais de Fevereiro teve lugar um exercício anfíbio «Phibex Luso-Americano» de que se destacou o desembarque de «marinheiros» na Costa da Galé, entre Tróia e Sines.

Pela primeira vez estas tropas americanas, tristemente célebres

pela sua participação em muitas intervenções armadas realizadas pelos Estados Unidos contra pequenos países independentes, desembarcaram no nosso país. Um batalhão de fuzileiros portugueses participou nesses exercícios mas dividido e integrado nas forças americanas. Aliás coube a estas toda a direcção das comunicações. Trata-se assim de um exercício de «marinheiros» americanos a que foram abertas as costas de Portugal e cedidas algumas tropas.

3. Também mais uma vez as comemorações do 25 de Abril do 1.º de Maio vão ter lugar com a presença de uma esquadra estrangeira da NATO e durante um exercício naval intitulado «Opegate 80».

Tem-se dito em outros anos que são exercícios planeados há muito e que nenhum significado tem a sua realização neste período. Mas o 25 de Abril vai fazer 6 anos e os exercícios que agora vão ter lugar foram assentes e aceites já depois deste dia histórico de tão

grande importância para Portugal. A realização do «Opegate 80» exactamente num período que engloba a «Festa da Liberdade» e a «Festa dos Trabalhadores», impõe ao nosso país e ao nosso povo uma presença indesejada. Tal presença tem o objectivo de exercer uma pressão inadmissível sobre um país independente, sobre um povo que soube libertar-se do fascismo e chegar a uma completa descolonização, apesar de toda a ajuda que a NATO forneceu ao regime

fascista e colonialista de Salazar e Caetano.

4. Os frequentes exercícios militares da NATO em Portugal, as bases estrangeiras no nosso país, a presença permanente de elevado número de militares americanos (segundo o livro «US War Machine», de Hamlyn Londres, 1978, em Julho de 1977 havia 1729 militares americanos em Portugal), o reforço do seu papel nas estruturas da NATO sediadas em Portugal em detrimento de oficiais portugueses,

como é o recente caso da substituição de um almirante português por um oficial americano no Comberlant, são, entre outras, e particularmente da NATO e dos Estados Unidos na política portuguesa.

5. O PCP, como é sabido, opôs-se sempre à participação de Portugal na NATO e defende consequentemente a sua saída e a extinção das bases militares estrangeiras em território nacional.

O caminho para tais objectivos, devido à sua complexidade, deverá ser inscrito no quadro geral da luta pelo desenvolvimento, da resolução dos problemas europeus e internacionais e no processo que conduza ao desaparecimento dos blocos militares. De acordo com esta disposição e com a Constituição Portuguesa que no artigo 7.º

preconiza expressamente «o desarmamento geral e a dissolução dos blocos político-militares», o PCP considera negativa a orientação de maior empenhamento de Portugal neste bloco militar de carácter agressivo que, pelas suas actividades, fere cada vez mais claramente o brio patriótico e a independência do nosso país.

Libsoa 5 de Março de 1980
A Comissão Política do CC do Partido Comunista Português

Nota da Comissão Política do CC do PCP sobre a necessidade de comemorações unitárias do 25 de Abril

As comemorações do 2 e do 25 de Abril assumem este ano particular importância e significado.

O 6.º aniversário do 25 de Abril decorre no momento em que aqueles mesmos contra quem a revolução foi feita têm de novo um governo ao seu serviço que visa como objectivo fundamental a liquidação do regime democrático-constitucional.

As comemorações do 25 de Abril transcendem, pois a justa homenagem a todos aqueles, militares e civis, que, pela sua luta e coragem, ultrapassaram a lembrança de um dia que vive no coração do Povo português, para ser também uma jornada de luta pela liberdade e pela democracia, pelas conquistas de Abril e, antes de mais, a Reforma Agrária e as nacionalizações, pela melhoria das condições de vida do povo e contra a política do governo da Aliança reaccionária.

As advertências do CC do PCP, feitas há pouco mais de um mês, sobre o plano de golpe de coligação PPD-CDS contra o regime democrático, adquirem uma eloquente demonstração na actuação do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

Intensificação da exploração dos trabalhadores e agravamento das dificuldades das classes e camadas médias da população com o objectivo de incrementar a acumulação de lucros dos grandes capitalistas; ataque à Reforma Agrária, visando a sua liquidação; ataque às nacionalizações; subversão da Constituição por via da prática governativa e da aprovação de legislação inconstitucional; aumento geral dos preços com o consequente agravamento do custo de vida dos portugueses; assalto aos órgãos de comunicação social

estatizados, transformando-os em meros órgãos de propaganda governamental; política externa ao serviço dos círculos mais agressivos do imperialismo; confronto com outros órgãos de soberania (Presidente da República e Conselho da Revolução) — tais são alguns dos traços fundamentais da política do governo da Aliança reaccionária.

O significado das comemorações do 25 de Abril é ainda acrescentado pelo facto de o governo ter inviabilizado (como era de esperar de quem preferia homenagear o 24 de Abril) as comemorações oficiais ao vetar o conselheiro da Revolução Sousa e Castro para o cargo de presidente da respectiva comissão oficial.

A tomada de consciência do perigo que corre a democracia portuguesa tornou-se uma realidade do campo democrático, não só para os comunistas mas para os mais variados quadrantes políticos e ideológicos e para as mais diversas classes e camadas sociais.

Revestem-se de importante significado e alcance na presente situação política as grandes lutas dos trabalhadores da Reforma Agrária, da indústria, dos transportes e de outros sectores em defesa das conquistas da Revolução, das condições de vida e de trabalho e da própria legalidade democrática em face da ofensiva do governo do grande capital e dos latifundiários.

Foi em coerência com esta realidade que o PCP tomou a iniciativa de contactar dirigentes e deputados do Partido Socialista, do MDP/CDE, da UEDS e personalidades de outros quadrantes políticos e ideológicos, dirigentes sindicais e de outras organizações populares de massas, para que o 25 de Abril

fosse comemorado numa ampla iniciativa que unisse todos aqueles que estiveram e estão identificados com a Revolução libertadora de Abril.

Com esta iniciativa, que vinha aliás ao encontro de idénticas sugestões e ideias de outros sectores democráticos, pretendia o PCP que as comemorações, em vez de assumirem características marcadamente partidárias, fossem, sim, a expressão de unidade de todos aqueles que não pretendem o regresso do passado e que possibilitasse uma ampla e significativa participação popular nessas comemorações.

Num momento em que mais do que nunca se impõe a acção comum dos democratas para fazer frente à reacção, o Partido Socialista, em vez de contribuir para amplas comemorações unitárias, veio, pela boca do seu secretário-geral, Mário Soares, antecipar o anúncio de que o PS se propunha liderar as comemorações e que faria as suas no Largo do Carmo. Desta forma, partidizando as comemorações e tentando inviabilizar qualquer plano verdadeiramente unitário, o PS fez uma vez mais trabalho de divisão dos democratas e patriotas portugueses.

Ao sobrepor as suas concepções anticomunistas aos interesses da luta em defesa do regime democrático, a direcção do PS favorece objectivamente as posições da coligação reaccionária que detém o governo e fomenta um clima de disputa no campo da democracia susceptível de prejudicar a participação activa nos actos comemorativos de sectores e personalidades que se dispunham a dar a sua adesão e o seu contributo às comemorações unitárias do 25 de Abril.

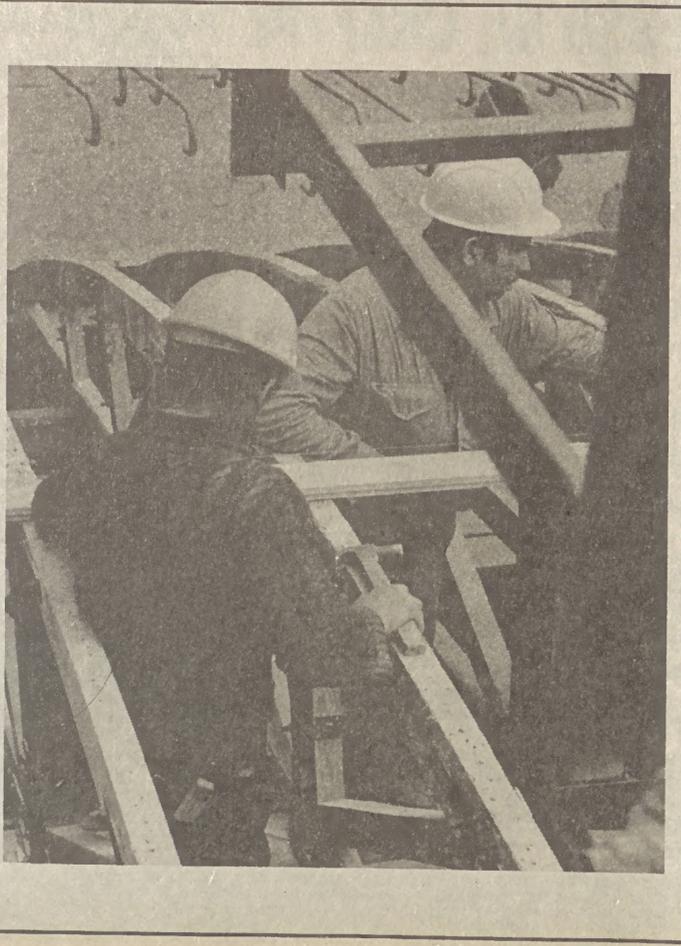
Lamentando a operação de antecipação divisionista da direcção do PS, o PCP reafirma que tudo fez para garantir o carácter unitário das comemorações e proclama que o 2 e o 25 de Abril devem ser comemorados em todos o País na mais aberta e actante unidade democrática e popular.

O PCP apela para que, com este objectivo, se constituam comissões englobando todos os que no verdadeiro espírito de unidade democrática queiram tornar bem vivas as conquistas de Abril ameaçadas pela reacção.

O PCP apela a todos os democratas para que se unam em torno do 25 de Abril. Apela às autarquias locais, a todas as organizações populares de massas, culturais, recreativas, desportivas e outras, a que deem o seu contributo para que o 25 de Abril seja uma grande jornada de luta, de confraternização e homenagem a todos, civis e militares, que o tornaram possível; para que seja também uma afirmação da vontade de luta dos trabalhadores, e de todo o povo, contra a política reaccionária do governo Sá Carneiro, ao serviço dos grandes capitalistas, latifundiários e do imperialismo; para que seja, acima de tudo, uma nova e grande afirmação da vontade das mais amplas massas populares de defender e consolidar as conquistas da Revolução portuguesa, com destaque para a Reforma Agrária e as nacionalizações, e da sua inabalável adesão aos ideais libertadores do 25 de Abril; para que seja 25 de Abril, sempre!

Libsoa, 4/3/80

A Comissão Política do CC do Partido Comunista Português



Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editor: Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1069 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Litoral, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV — 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrangência de distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372236.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.ª de Maio, 186, Paduinha — 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcanova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 779836/779750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 361067.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Hecla Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Fevereiro: 72 037

Carlos Costa no Porto: A ofensiva da reacção é violenta mas não é imparável

"A ofensiva da reacção é violenta, mas não é imparável. Prosseguindo sem desfalecimentos no caminho da luta e da intervenção popular, exercendo colectivamente os direitos e liberdades consagrados na Constituição, os trabalhadores, as forças democráticas, o Povo português, cortarão o passo à reacção e imporão uma viragem democrática na política portuguesa".

Palavras do camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, na intervenção feita perante as milhares de pessoas presentes no grandioso comício comemorativo do 59.º aniversário do PCP, que decorreu no Palácio de Cristal, sábado à tarde, durante o qual foi muito festejada a notícia da entrega ao Partido do prédio de sete andares, onde funcionará

a nova sede adquirida no quadro da Campanha dos 20 mil contos, anunciada pelo camarada Edgar Correia, membro do CC e da DORP do PCP.

Um pormenorizado libelo acusatório ao Governo Carneiro/Amaral e a certeza da vitória da luta em que se encontram empenhadas as forças democráticas, o movimento operário e popular, foram duas das principais tónicas das

intervenção proferidas da tribuna durante aquela vibrante jornada, onde sobressaía um grande número de jovens que, tal como o conjunto da multidão, aplaudiram e apoiaram os principais passos dos discursos proferidos por Carlos Costa, Fernando Teixeira — membro do CC e da DORP; Branca Guimarães — ex-dirigente sindical dos metalúrgicos e membro da Célula da "Leão"; José Soeiro, membro suplente do CC e membro da DORA.

Uma barreira popular

Como recordou o camarada Fernando Teixeira, as linhas fundamentais e as tarefas do Partido são claras: **reforçar o Partido** — daí a campanha

de recrutamento de mais de três mil novos militantes na ORP, até à Conferência Nacional do Partido, a realizar em Junho, no Porto; estreitar a sua ligação às massas para tornar mais activa a intervenção dos comunistas nas mais variadas frentes de luta do movimento popular; **erguer uma barreira popular de massas aos planos antidemocráticos e golpistas do Governo "AD"**, para defender o regime democrático, as conquistas de Abril e a Constituição.

Dois meses depois da tomada de posse do Governo Carneiro/Amaral, confirmam-se inteiramente as previsões e alertas do PCP. O Governo "AD" deixou cair a máscara. A mudança que apegava na campanha eleitoral é uma mudança para pior, garantiu a camarada Branca Guimarães que, na sua intervenção, deu muitos e significativos exemplos colhidos em empresas e sectores. **Perante o carácter e a expansão da ofensiva patronal e do Governo "AD"**, frisou, os trabalhadores e as massas populares sabem que têm de intensificar as suas lutas e travar o desenvolvimento desta política e derrotá-la.

"Avante, avante, pela Reforma Agrária", foi uma das palavras de ordem mais gritada, em uníssono, pela multidão que enchia o Palácio de Cristal. Nas palavras do camarada José Soeiro, os comunistas e todos os democratas presentes colheram novos dados do imenso rol de arbitrio e de ilegalidades cometidas pelo Governo e a certeza que anima e animará os obreiros do mais belo fruto de Abril.

Estamos certos, assegurou o camarada José Soeiro, que se os trabalhadores da Reforma Agrária — em unidade com todos os outros trabalhadores, pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, quadros técnicos e intelectuais, mulheres e jovens — souberam deitar por terra os Barretos, os Portas, os Vaz Portugal, os Ferreira do Amaral e os Mota Pinto, também saberão deitar abaixo os Carneiros, ainda que estes tenham uma cabeça mais dura.

Quem persiste sempre alcança

Acompanhado na mesa pelo camarada Ângelo Veloso, do CC, membro suplente da Comissão Política, por Edgar Correia, membro do CC e da DORP, por outros membros do CC (Oscar Lopes, Vidal Pinto, Helena Medina, Rosa Dias e Fernando Teixeira), por membros suplentes do CC (António Mota — deputado à AR —, João Fonseca, Pina Moura e Teresa Lopes), por membros da DORP e representantes de células de empresa e comissões concelhias do distrito, Carlos Costa encerrou o comício.

Por proposta do camarada, a multidão guardou um minuto de silêncio em homenagem a José Magro e a todos aqueles que tombaram na luta do nosso Partido pela libertação do nosso povo, prestando igual homenagem a todos aqueles que, não sendo comunistas, ao longo de toda a História da nossa pátria, igualmente levantaram sempre

a bandeira da luta pela liberdade e a independência nacional".

Como salientou o camarada Carlos Costa, nenhum outro partido político português se pode orgulhar de uma tão longa vida, pois todos os partidos existentes em 1926, salvo o nosso, se ajoelharam, se renderam e não resistiram à feroz repressão fascista, que imperou em Portugal, durante 48 anos. (...) A força do PCP reside, acima de tudo, na sua identidade de classe, no facto de — sendo o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores — ser simultaneamente o Partido que melhor encarna e defende os interesses nacionais correspondentes aos interesses e aspirações das mais vastas camadas sociais.

Mais adiante, Carlos Costa recordou um ditado popular — quem persiste sempre alcança — para acrescentar: de 1921 a 1926, nós persistimos na construção do nosso Partido e alcançamos, de facto, esse objectivo. De 1926 a 1974, nós persistimos em resistir ao fascismo e em contribuir decisivamente para o seu derrubamento e alcançamos esse objectivo. Hoje, persistimos em defender a Revolução de Abril e caminhamos para o socialismo. E — por mais curvas e ziguezagues — por mais avanços e recuos que tenha esta caminhada, estamos certos de que alcançaremos o nosso objectivo, contribuindo decisivamente para a construção da sociedade socialista em Portugal.



José Gomes Ferreira camarada!

Dia 29 de Fevereiro de 1980, pelas cinco e meia da tarde, chuvosa, caminhamos pelas ruas com o passo firme da tua alma grande e vieste bater à porta da nossa Casa, na Soeiro Pereira Gomes. Na fala directa de quem pensou e se decidiu em consciência disseste enxutamente ao que vinhas: que te aceitásemos como membro do Partido Comunista Português. Aos 80 anos. Em coerência com toda uma vida, repensada e assumida. Dando resposta combativa a um presente que não é fácil. De olhos postos juvenis no futuro que faremos, que fazemos.

As tuas palavras, o teu acto, tinha aquele peso e asas que pões em tudo. Simples, como as coisas verdadeiras do coração. Como um acto lúcido que se cumpre na sua hora, por determinação de homem independente que sempre foste e serás. De homem solidário que és, de raiz — poeta militante, companheiro dos homens que sofrem, sonham e lutam. E que, juntos como os dedos da mão, de mãos dadas, hão-de chegar ao fim da estrada e depois hão-de rasgar as estradas novas de Portugal livre, independente, socialista, para os homens novos que estão nascendo já.

Ficámos de te dar resposta. E, ressaltando embora a pública notícia, que não está nos nossos usos, mas que a luta aconselha nestes tempos de Promoção, de crescimento necessário, aqui estamos para te responder dizendo apenas, com respeito e alegria compartilhada decerto por todo o grande colectivo fraternal do nosso Partido — que te saudamos, camarada! Abril vencerá!



"Avante, avante, pela Reforma Agrária!" — gritavam os milhares de comunistas e outros democratas que encheram o Palácio de Cristal, num comício integrado nas comemorações do 59.º aniversário do PCP

Entregue ao Partido o edifício da nova sede no Norte

A nova sede no Norte à altura do PCP foi entregue no passado dia 29 de Fevereiro ao Partido pela empresa construtora.

Trata-se de um grande edifício com uma área total de 2800 metros quadrados; de sete andares, três do-chão e cave, contendo 75 divisões e amplos espaços para convívio, bar, e cantina. A nível do rés-do-chão tem também instalações para um auditório com mais de 600 lugares. A nova sede está situada na Avenida da Boavista, na cidade do Porto.

A notícia, transmitida aos militantes e amigos do Partido, aos trabalhadores e democratas da capital norteña durante o comício comemorativo do 59.º aniversário do PCP, que teve lugar no último fim-de-semana, no Palácio de Cristal, foi recebida com grande e justo entusiasmo pelos milhares de pessoas presentes.

A nova sede, que está a ser erguida com o esforço, o sacrifício e a dedicação dos militantes do

Partido e de milhares de outros trabalhadores e democratas, preenche e até excede as condições da grande "sede no Norte" à altura do Partido — projecto foi anunciado no decorrer do IX Congresso do PCP realizado em Junho do ano passado no Barreiro.

Todavia, o edifício encontra-se ainda em obras no rés-do-chão e na cave, encontrando-se os andares em fase de acabamento. Isto significa que não haverá no dia do aniversário do PCP, conforme foi referido numa entrevista ao "Avante!", qualquer inauguração formal da sede, nem está prevista — contrariamente ao que foi admitido por um jornal do Porto — qualquer deslocação a esta cidade, por esse motivo, do secretário-geral do PCP.

Por outro lado, por razões de segurança e devido às obras que ainda estão em curso, a nova sede só será parcialmente aberta em meados de Março. Quanto às

adaptações que estão em curso no rés-do-chão e na cave só estarão terminadas em Junho.

A DORP, Direcção de Organização Regional do Porto, espera que a sede esteja inteiramente operacional à altura da realização no Porto, em Junho, da Conferência Nacional do Partido, que estabelecerá a orientação do PCP para as próximas eleições.

Entretanto, a Campanha continua! Há que levá-la até ao fim quanto antes! A nova sede já foi entregue ao Partido, mas encontra-se apenas parcialmente paga. Há ainda vultuosos compromissos a satisfazer, para os quais é fundamental, além de mobilização de outros recursos, levar por diante a Campanha dos 20 mil contos e completá-la quanto antes.

As divulgar a notícia da entrega ao Partido da nova sede no Norte, a DORP do PCP, saudando todas as organizações do Partido pelo sucesso registado até agora,

considerou também necessário "apelar a todos os militantes e simpatizantes, a todos os trabalhadores e democratas, para que os objectivos da Campanha sejam cumpridos até ao fim quanto antes".

A nova sede é um exemplo vivo da maneira como os comunistas enfrentam os problemas e as dificuldades, da sua abnegação, do seu entusiasmo, da força e dinamismo inesgotáveis da causa dos trabalhadores que defendem. A nova sede, sendo do Partido, é uma sede dos trabalhadores e do povo. Sendo do Partido é para servir os trabalhadores e o povo. A nova sede é um importante instrumento para que o nosso grande e crescente colectivo partidário — que conta hoje no Norte com mais de 30 mil militantes — é um importante instrumento para levar mais longe a luta popular, a defesa da democracia e da independência nacional, a luta pelo socialismo.

Festa popular assinalou inauguração do CT de Tires

Cerca de mil pessoas participaram, num ambiente de vivo entusiasmo, na festa de inauguração do Centro de Trabalho do Partido em Tires, freguesia de S. Domingos de Rana, concelho de Cascais.

Após um animado espectáculo em que actuaram os ranchos folclóricos de Matarrague e de Outeiro de Polima, além do Coro Alentejano de Tires, a iniciativa prosseguiu com uma intervenção pelo camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central, que daria a dado passo:

"O Centro de Trabalho do PCP em Tires será uma importante base de actividade dos comunistas, ao serviço de toda a população laboriosa, para se arrancar da sombra do interior da Costa do Sol e encontrar os caminhos para remoção das carências, abandonos e dificuldades de toda a ordem que tingem duramente as populações da freguesia de S. Domingos de Rana".

Mais adiante, referindo-se ao actual momento político e à luta das massas trabalhadoras, o Presidente do Grupo Parlamentar do PCP afirmaria:

"A situação política presente é marcada por dois traços essenciais: por um lado, a actuação do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e da Aliança reaccionária que o sustenta confirma absolutamente o carácter anticonstitucional, antidemocrático, antipopular e antinacional da actual coligação de governo e põe a nu o golpe contra o regime democrático que ela quer levar a cabo; por outro lado, as grandes lutas das massas trabalhadoras que estão em curso e a crescente vontade de resistir de quantos se mantêm fiéis aos ideais libertadores do

25 de Abril indicam que há forças e energias bastantes para derrotar os planos das forças reaccionárias e para podermos proclamar com confiança: a reacção não passará".

Durante a sessão foram ainda ouvidas as intervenções dos camaradas Vítor Silva, da Comissão de Freguesia local; Dóres, da Comissão Concelhia de Cascais; e Francisco Duarte, da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

A Comissão de Freguesia da Parede e a Célula da "Sipe" enviaram saudações aos comunistas de Tires.

Encontros de quadros

Sector de Transportes

O sector de transportes da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP reuniu os seus quadros orgânicos no último sábado, no Centro de Trabalho Vitória, com a presença do camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. Com uma ordem de trabalhos que se prolongou por todo o dia, o encontro, em que intervieram dezenas de camaradas, aprovou uma série de conclusões sobre organização e proporcionou uma ampla troca de informações no sentido de melhorar o trabalho organizativo e o recrutamento de novos militantes nas empresas do sector.

A jornada de luta do dia 4 foi analisada do ponto de vista do empenho dos trabalhadores nas lutas de massas contra a "mudança" reaccionária. As perspectivas de adesão às

paralisações marcadas para aquele dia, bem como o trabalho de mobilização e esclarecimento, foram considerados como susceptíveis de fazer daquela jornada de luta um êxito na defesa das nacionalizações, da contratação colectiva e das outras conquistas do movimento popular de massas.

As dificuldades inerentes aos problemas de organização nas células de empresa foram amplamente ilustradas num debate sem precedentes, rico de experiências e virado para o reforço do esclarecimento político e ideológico, para a melhor solução das dificuldades existentes, para a intensificação do recrutamento, sobretudo de quadros técnicos, jovens e mulheres.

Nas intervenções que lhe couberam, o camarada Blanqui Teixeira deu especial destaque

à análise dos problemas de organização na perspectiva segundo a qual a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho é uma arma que deve ser

2.ª Zona do CLL

Realizou-se no último sábado, na Academia de Santo Amaro, o Encontro de Quadros da 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa, do PCP.

Nele participaram 200 membros do Partido, que durante todo o dia fizeram o balanço do trabalho realizado na zona e as perspectivas para 1980.

A discussão dos pontos da ordem de trabalhos foi bastante participada pelos diversos organismos presentes neste Encontro, onde foi demonstrada toda a preocupação da melhoria do trabalho organizativo da Zona.

Foram aprovadas algumas propostas de trabalho e várias moções nomeadamente uma de solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária.

correctamente utilizada (como um meio e não como um fim) e virada, designadamente, para o reforço da unidade sem sectarismo. A capacidade de luta e a influência

Mensagem do CC do PC do Vietnam

"Estamos convencidos que a amizade fraternal e a solidariedade de combate de longa data entre os nossos dois partidos e povos na luta pelos nobres ideais do socialismo e do comunismo se consolidarão e desenvolverão cada vez mais — afirma-se na mensagem do CC do Partido Comunista do Vietnam ao CC do PCP, com resposta à saudação dirigida

pelo PCP por ocasião do 50.º aniversário da fundação do Partido Comunista do Vietnam. «Considera-mo-lo um vivo encorajamento aos comunistas, à classe operária e ao povo vietnamita na sua luta para construir o socialismo e defender vitoriosamente a nossa pátria, contra a política expansionista e hegemónica dos reaccionários, nomeadamente as autoridades de Pequim».

Iniciativa de reformados em Aljustrel

Integrada nas comemorações do aniversário do Partido, realiza-se hoje em Aljustrel uma grande jornada de convívio de camaradas reformados. As 15 horas, no Centro de trabalho, haverá um encontro em que estarão presentes camaradas que integraram o Comité Local de Aljustrel do PCP em 1933, ano de grandes lutas nesta vila alentejana.

As 20 horas, junto ao CT, inicia-se uma concentração com música, que percorrerá a vila.

Direcção Nacional da JCP reúne no domingo

Realiza-se no próximo domingo, dia 9, uma reunião alargada da Direcção Nacional da JCP — Juventude Comunista Portuguesa, na qual se procederá «a uma discussão aprofundada da situação política actual, marcada pela violenta ofensiva reaccionária do Governo Sá Carneiro, e das suas incidências entre a juventude», como assinala

uma nota da SIP central da JCP. O documento acrescenta que a reunião da Direcção Nacional «tomará importantes decisões relacionadas com o 1.º Congresso da JCP, que, como já noticiámos, decorrerá em Maio próximo. A reunião tem início marcado para as 9 e 30.

7.ª Zona do CLL

Os problemas de organização foram debatidos com profundidade no decorrer do Encontro de Quadros da 7.ª Zona do Comité Local de Lisboa do PCP, que se realizou nas instalações do Futebol Clube de Braço de Prata, no último sábado.

Estiveram presentes cerca de 120 quadros comunistas e no decurso da sessão registaram-se 45 intervenções. No final, o Encontro sublinhou a necessidade do reforço do Partido, condição essencial para a salvaguarda do regime democrático, apontando três direcções fundamentais:

● Melhoria do trabalho de ligação dos militantes às organizações;

● Recrutamento orientado;

● Criação de novas células de empresa e de bairro e a estruturação das grandes células já existentes. Especial atenção foi também dada ao trabalho nos sectores das mulheres, pioneiros, juventude e autarquias.

O Encontro debateu ainda temas como a necessidade de preparação cuidada das reuniões, a descentralização e distribuição criteriosa de tarefas, o controlo de execução e a elevação do nível ideológico dos militantes do Partido. Os presentes guardaram um minuto de silêncio em memória do camarada José Magro, recentemente desaparecido.

Agenda

Iniciativas comemorativas do 59.º aniversário do PCP

Dia 6, Quinta-feira

Colmbra, às 21 e 30, no Centro de Trabalho, projecção do filme "Jovem Guarda" ● Aveiro, na rua, bancas e exposições sobre a actividade do Partido ● Leiria, no Centro de Trabalho, jantar-convívio ● Marinha Grande, no Centro de Trabalho, às 21 e 30, convívio e intervenção política ● Odivelas, no Centro de Trabalho, jantar de confraternização, às 21 h ● Setúbal, no Centro de Trabalho, às 21 e 30, passagem em "vídeo tape" do comício de encerramento da última campanha eleitoral ● Alges, no Centro de Trabalho, convívio a partir das 21 e 30 ● Aljustrel, no Centro de Trabalho, às 15 horas, confraternização de Reformados ● Sessões comemorativas em Campilho, às 20 e 30 ● Montemor-o-Novo, às 21 h ● Borba ● Vendas Novas ● Cuba, na Casa do Povo, às 21 h ● Crato, na Casa do Povo ● Beringel, às 21 h ● S. Brásos, às 21 h ● Beja, na Capricho Bojense, comício com o camarada António Gervásio, da Comissão Política do Comité Central ● Évora, no Teatro Garcia de Resende, comício com o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central.

Dia 7, Sexta-feira

Mirandela, às 21 h, sessão que inclui projecção dos filmes ● Cervalhais, reunião de militantes, a que seguirá uma festa de confraternização ● Colmbra, jornada de agitação nas ruas ● Castelo Branco, às 21 h, na "Assembleia", intervenção pelo camarada Armando Morais, do CC, e projecção de um filme ● Covilhã, no Centro de Trabalho, às 21 h, jantar de confraternização, antecedido, às 20 horas, por uma intervenção sobre aspectos da vida do Partido pelo camarada Carlos Pinhão, do CC ● Guarda, no Centro de Trabalho, às 21 h, convívio com a participação da camarada José Pedro Soares, do CC ● Odivelas, às 20 e 30, sessão comemorativa ● Santo António das Areias, sessão comemorativa.

Dia 8, Sábado

Sessões comemorativas em Mora, às 16 h ● Beja, às 21 h, com o camarada Dinis Miranda, da Comissão Política do CC ● Vila Nova da Baronia, às 19 h, com Carreira Marques, deputado do PCP ● Aljustrel, às 21 h ● S. Vicente (Portalegre) ● Barbacena ● Souzel ● Galveias, às 20 h ● Chãncas ● Comenda, às 20 h ● Aldeia Velha ● Portalegre ● Nisa, no Centro de Trabalho, convívio ● Odivelas, às 21 e 30, convívio nas antigas instalações da Comissão do Moradores, com o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política ● Faro, às 16 h, na Cooperativa Popular de Faro, sessão de esclarecimento com o camarada Luis Lourenço ● Alcoutim, visita do camarada Carlos Brito ao concelho ● Loulé, às 21 h, na Sociedade Filarmónica Música Velha, sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central ● Lagos, às 21 e 30, jantar e projecção de filmes ● Monchique, às 21 e 30, jantar e projecção de um filme ● Orvalho (distrito de Castelo Branco), sessão com o camarada Armando Morais, do CC ● Lisboa, no Campo de Jogos do Campolide Atlético Clube, comício-festa com a participação de Velga de Oliveira, do CC ● Ovar, na rua, banca e iniciativas várias de propaganda ● Aveiro, convívio no Centro de Trabalho ● Convívio em Agueda ● e livro ● Miranda do Corvo, almoço no restaurante Caniço ● Loulé, jantar de confraternização ● Vila Real, às 21 e 30, na escola do Círculo, intervenção política pelo camarada Sérgio Teixeira, do CC, e festa que inclui baile ● Cortiços (Maçодо de Cavaleiros), reunião de militantes seguida de projecção de filmes ● Figueira da Foz, no Centro de Trabalho, às 21 h, jantar-convívio ● Ereira (Montemor-o-Velho), às 21 e 30, baile popular ● Montemor-o-Velho, no Centro de Trabalho, jantar-convívio ● Formosa, jantar-convívio ● Mangualde, na Casa do Povo, sessão de esclarecimento, às 21 e 30 ● Seta, sessão-convívio, com filme e intervenção política ● Mota, 21 e 30, sessão para entrega de cartões a novos militantes ● Grândola, às 13 h, na Coop. Dia de Agosto, festa-convívio, para almoo-convívio com Dias Lourenço e Carlos Luis Figueira, do CC, na Casa dos Pescadores ● Quarteira, 13 h, almoço ● Vila Real de Santo António, com o camarada Carlos Brito, almoço no CT, às 13 h, e sessão de esclarecimento às 21 ● Albufeira, 13 h, convívio no CT com Carlos Luis Figueira ● Oeiras, no CT, às 13 h, almoço com a presença de Albano Nunes, do CC.

Dia 9, Domingo

Sessões comemorativas em Pavia, às 16 h ● St. Eulália ● Terrugem ● Ponte de Sor, às 20 h ● Arronches, no Centro de Trabalho ● Assumar, incluindo cinema e intervenção política ● Mota (Sabugal) ● Colmbra, no Ateneu, almoo-convívio ● Viseu, no CT, almoo-convívio ● Alcobaca, almoo, nas instalações do MDP ● Argentez, no Cinema, almoo e festa com o grupo de Cordas e Cantares do Ateneu de Colmbra ● Penafiel do Alva (Oliveira do Hospital), na Sociedade Recreativa Penafielense, e em ● Vila Nova de Poiares — almoo, seguidos de festa ● Lamego, na Quinta da Cerca, almoo, assim como em ● Aljustrel, no CT, e ● Mota (Sabugal) ● Lagos, às 16 h, na Sociedade dos Artistas, sessão de esclarecimento com Dias Lourenço ● Portimão, 19 h, almoo-convívio com Dias Lourenço e Carlos Luis Figueira, do CC, na Casa dos Pescadores ● Quarteira, 13 h, almoo ● Vila Real de Santo António, com o camarada Carlos Brito, almoo no CT, às 13 h, e sessão de esclarecimento às 21 ● Albufeira, 13 h, convívio no CT com Carlos Luis Figueira ● Oeiras, no CT, às 13 h, almoo com a presença de Albano Nunes, do CC.

Semana

27 Quarta-feira 1801 - Carlos IV de Espanha declara guerra a Portugal.

Uma paralisação decretada pela Federação dos Sindicatos dos Ferrovários como forma de luta pelo cumprimento do acordo colectivo de trabalho em vigor no sector mobiliza os comboios em todo o País entre as 9 e as 16 horas. Em Serpa um grupo de agrários e familiares, com a cobertura da GNR, roubam um rebanho de ovelhas e um tractor que se encontrava em reparação, pertencentes a UCP "Margem Esquerda". Começa a construção do Centro Islâmico de Lisboa, cuja primeira fase deverá estar concluída em Abril do próximo ano e custará 110 000 contos. A Câmara Municipal de Lisboa, reunida em sessão pública, aprova por unanimidade uma proposta da APU no sentido de dar o nome de José Magro a uma rua da capital, de preferência na Freguesia do seu nascimento, Alcântara. Os trabalhadores da panificação iniciam uma paralisação de 24 horas consecutivas como forma de luta pela revisão do CCT, cuja negociação tem sido boicotada pelos representantes do patronato do sector. Em comunicado onde analisa a actual situação na Comunicação Social, com relevo especial para a RDP, o Sindicato dos Jornalistas revela que iniciou já contactos com os outros sindicatos do sector e toma pública a sua disposição de "tomar um conjunto de medidas nas quais se incluem a mobilização das estruturas sindicais e denúncia pública de actos de censura e controlo".

28 Quinta-feira 1969 - Grande tremor de terra em Lisboa que, apesar da sua intensidade, apenas soneou o pânico e causou prejuízos materiais.

Na sequência de uma carga da GNR sobre os trabalhadores da Cooperativa de Aguiar, em Viana do Alentejo, de que resultaram dezenas de feridos, muitos milhares de pessoas dos mais diversos sectores de actividade manifestam em Évora a sua solidariedade com os trabalhadores da RA e o seu protesto contra a política repressiva do Governo. O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral recusam o visto de entrada em Portugal a estudantes soviéticos que pretendiam efectuar uma visita turística ao nosso país, o que motivou a anulação da viagem, prevista para esta semana. Um comunicado da Comissão Coordenadora das Organizações Sindicais do Sector dos Transportes, em resposta a uma nota oficiosa distribuída pelo gabinete do Primeiro-Ministro denuncia que "os verdadeiros objectivos do Governo, ao declarar a Rodoviária Nacional (RN) em situação económica difícil, são atacar os legítimos interesses e direitos dos trabalhadores, entregar as partes mais rentáveis da empresa aos capitalistas e destruir esta grande empresa nacionalizada". O Governo, através do director-geral da Função Pública, faz saber aos representantes dos trabalhadores da Função Pública que o custo global da proposta sindical - salários e outras reivindicações de natureza económica - contraria a estratégia governamental de "contenção de despesas públicas".

29 Sexta-feira 1796 - É fundada a Biblioteca Pública de Lisboa.

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral envia à Assembleia da República uma proposta de lei que visa alterar a lei de delimitação dos sectores público e privado da economia para destruir as nacionalizações e subverter o quadro constitucional vigente. Uma lista unitária de esquerda vence as eleições para a Comissão de Trabalhadores da Radiodifusão Portuguesa-EP, derrotando a lista apresentada pela direita e uma outra, constituída por socialistas e independentes. Um grupo de agrários e funcionários do MAP, a coberto da GNR, invade a Cooperativa de Aguiar em Viana de Alentejo roubando bens, máquinas e gados pertencentes aos trabalhadores, enquanto em Serpa um grande aparato policial envolve a entrega de uma reserva ilegal na UCP "Esquerda Vencedora"; idêntico aparato esteve presente na expulsão de um grupo de trabalhadores e suas famílias em Alvalade do Sado, que tinham recuperado as sete moradias de onde tinham sido forçados a sair.

1 Sábado 1290 - D. Dinis funda em Lisboa o Estudo Geral, que veio a dar origem à primeira Universidade do País.

Realiza-se um comício do PCP no Palácio de Cristal, no Porto, onde é anunciado que um prédio de sete andares, na avenida da Boavista, será brevemente a nova sede do PCP no Porto; este prédio foi adquirido com os fundos duma campanha de angariação de 20 000 contos, lançada para o efeito. Um comunicado do Partido Socialista acusa o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral de querer "calar a oposição" e "amordoaçar o Parlamento" através da alteração de um regulamento antidemocrático que converta o Parlamento numa nova Assembleia Nacional à moda de Salazar e Caetano. Em conferência de imprensa, o vice-presidente em exercício da CEE, Lorenzo Natali, afirma que o objectivo da visita que efectua ao nosso país é essencialmente o de "receber informações do Governo português". Mais de 10 mil pessoas participam na maior manifestação pública jamais efectuada em Leiria para protestarem contra a política económica e social do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral; em Braga e Guimarães realizaram-se também grandes manifestações com os mesmos objectivos.

2 Domingo 1978 - Morre o poeta Cabral de Nascimento, que pertencera ao movimento literário "Orpheu" e "Presença".

Termina na Gulbenkian o III Encontro dos Magistrados do Ministério Público onde se concluiu que "as formas susceptíveis de serem qualificadas como participação popular" na administração da Justiça "ficam muito aquém das potencialidades contidas na Constituição". Respondendo em comunicado às declarações feitas na RTP pelo ministro dos Transportes do Governo PPD/CDS, a Comissão Coordenadora das organizações sindicais do sector afirmam que cabe exclusivamente ao Governo a responsabilidade da greve dos transportes no próximo dia quatro. O embaixador Fernando José Reino é nomeado chefe da Casa Civil da Presidência da República.

3 Segunda-feira 1455 - Nasce o rei D. João II, cognominado como "Príncipe Perfeito".

O MAP demarca mais duas reservas ilegais no distrito de Portalegre, uma na Cooperativa "Companheiro Vasco" e outra em Santiago do Cacém. Os pescadores de Peniche iniciam uma greve de três dias em luta pelo subsídio de desemprego e pela publicação imediata da Portaria de Regulamentação de Trabalho do sector. Os sindicatos representantes dos trabalhadores da Comunicação Social estadual decidem estreitar contactos com vista a apoiar eventuais formas de luta no sector.

4 Terça-feira 1811 - Começa a retirada da terceira invasão francesa, comandada pelo general Massena.

A greve do sector público dos transportes, decretada pelas organizações sindicais respectivas, tem uma adesão maciça dos trabalhadores. Os Secretariats da União das UCPs e Cooperativas Agrícolas da zona de intervenção da Reforma Agrária, bem como a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul, alertam que a Reforma Agrária está ameaçada e apelam a que se promova em todo o País uma semana de luta, apoio e solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária. Uma nota do CC do PCP afirma que os dias 2 e 25 de Abril devem ser comemorados em todo o País na mais aberta e actuante unidade democrática e popular.

Os Comunistas na Assembleia da República

Um golpe contra as nacionalizações

O Governo, apoiando-se na maioria de deputados que, apesar de manifestarem dissensões internas, continuam de acordo em dar aval à política de direita, vai mandando autorizações legislativas e assim se permite legislar para a destruição do regime democrático, atacando os principais pilares que o sustentam - Constituição, órgãos de soberania que escapam à sua influência, conquistados do Povo português.

No rescaldo da escandalosa prepotência que constituiu a tentativa de obrigar a oposição a votar, pela calada da noite e sem debate, a proposta de lei que havia de revogar a Lei 77/79 sobre a alienação ou oneração de bens das empresas nacionalizadas, preparava-se já a concessão ao Governo de nova autorização legislativa, desta vez com o objectivo de lhe dar pulso livre contra as próprias nacionalizações.

Carlos Carvalhas, na declaração de voto de quinta-feira passada realçou o facto de o membro do Governo presente na maratona para justificar a revogação da lei não ter respondido a uma única das

questões que lhe tinham sido formuladas, quer pelo PCP, quer pelo PS, quer pelo MDP. O deputado comunista esclareceu as razões do voto contrário expresso pelo PCP: **Votamos contra a revogação da Lei 77/79 porque esta estabelece garantias legais para o adequado respeito e cumprimento da Constituição, que no seu artigo 83.º 1.º declara conquistadas irreversíveis das classes trabalhadoras todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974, o que significa que são proibidas todas as formas de reprivatização integral ou parcial das empresas nacionalizadas.**

O grande assalto

Mas o grande assalto ficou marcado para o dia seguinte, cuja Ordem de Trabalhos foi exclusivamente à apreciação do aproposta de Lei 288/1, que visava autorizar o Governo a alterar a Lei 46/77 sobre a delimitação dos sectores público e privado da economia.

Desta vez veio o ministro-adjunto Pinto Balsemão, acompanhado de outros membros do Governo, entres quais foi notada a presença de Amaro da Costa, ministro da Defesa, afirmar que o Governo nada pretende escamotear, protestar que a Constituição será cumprida, prometer que não haverá desnacionalizações a coberto da revisão da lei.

Foi Vital Moreira, quem abrindo o debate por parte do PCP, começou por desmascarar as verdadeiras intenções do Governo, numa extensa intervenção que mereceu numerosas incições para protestar. Protestos que, na maioria dos casos, não tiveram lugar. Passado o fim-de-semana sobre a intervenção, apenas dois dos sete inscritos quiseram manifestar-se ofendidos.

O deputado comunista, que sublinhou ser propósito do Governo desmantelar o sector público e reconstituir integralmente o capitalismo em todos os domínios, denunciou mais uma vez o facto do Governo e maioria manterem a Assembleia ocupada com pedidos de ratificação de

decretos-leis, que poderiam ser livremente revogados pelo próprio executivo, ao mesmo tempo que pretendem retirar a possibilidade à AR de se pronunciar directamente sobre matéria que constitucionalmente lhe é reservada, furtando à discussão pública, à contraditória democrática e à crítica da oposição, as propostas que traduzem as peças mais graves do projecto de golpe inconstitucional do Governo.

Porque, como as várias intervenções dos deputados do PCP de que publicamos excertos, provaram, que se trata de facto de um golpe que pretende escancarar ao capital privado as portas dos sectores básicos da economia, anular as nacionalizações, reconstituir os grandes grupos financeiros.

A maioria, agora conduzida pela avidez do CDS, consumou o assalto ao fim da manhã de terça-feira, votando a proposta de Lei 288/1. Mas, apesar de acumular meios legislativos contra as conquistas de Abril, estas serão defendidas. Foi o que garantiram os deputados do PCP.

Regresso de uma greve

Na véspera da greve que os trabalhadores dos transportes levaram a cabo com êxito em todo o País, na Assembleia a voz de um deputado do PCP elevava-se protestando contra as medidas que o Governo resolvera tomar ao declarar em situação económica difícil a RN, a RDP, a EPNC e ao anunciar "medidas especiais" para a TAP, CP, CTM, denunciando o carácter intimidatório destas medidas.

Olhando a situação concreta das empresas - disse Jerónimo de Sousa, na sua intervenção efectuada no período de antes da Ordem do Dia - logo se percebe o que visa este Governo. Os trabalhadores da RN, após esforçada luta, já tinham conseguido o acordo para a entrada em vigor das novas tabelas salariais; os trabalhadores da RDP lutam há cerca de um ano por novos aumentos. Os trabalhadores da CP tiveram de recorrer à greve para fazer cumprir acordos resultantes da arbitragem e de negociação directa com o Conselho de Gerência... Pretende-se, pois, restringir drasticamente os direitos dos trabalhadores e o que se toma espantoso em tudo isto é que o Governo, pela boca de alguns ministros e secretários de Estado, ainda por cima acusa os trabalhadores dessas empresas de culpados pela situação que se está a criar!

Nesta mesma Assembleia - continuou Jerónimo de Sousa - um deputado da AD inventa planos diabólicos do PCP, misturas fantasmagóricas acusações aos soviéticos, para concluir que os trabalhadores se deixem manipular correndo atrás de reivindicações supostamente irrealistas e incomportáveis.

Podem os senhores deputados acusar de subversivo um motorista de autocarro de passageiros que no fim de um mês de trabalho leva 9 contos para casa? - perguntou o deputado comunista às bancadas da direita. E só porque recorre à greve com os seus companheiros, esgotadas que foram as possibilidades de negociação, pode admitir-se que o Governo retire os aumentos salariais e ainda por cima o ameace de despedimento ou de ficar na prateleira a receber pelo Fundo do Desemprego? São estes milhares de trabalhadores que lutam pelo direito a uma vida mais digna a quem os jornais reacçãoários acusam de preparar um clima pré-insurreccional.

Com esta greve precedente - afirmou ainda - aberto na Rodoviária Nacional, RDP e EPNC, e a ameaça latente que pesa sobre os trabalhadores da TAP, CP e CTM, o Governo quer impôr a sua vontade contra a lei e a Constituição atirando com as consequências para cima dos ombros dos trabalhadores.

Tal como já havia tentado com o bloqueamento de 40 convenções colectivas de trabalho, tal como está fazendo na zona da Reforma Agrária e tomando de assalto os órgãos de comunicação social estatizados, o Governo PPD-CDS procura deliberadamente o confronto com o movimento operário e com as forças democráticas procurando afirmar uma força que não possui.

Nesta Assembleia - sublinhou finalmente Jerónimo de Sousa - reafirmamos a esses trabalhadores e aos milhões de homens e mulheres, à maioria do povo português que está com o 25 de Abril, que os comunistas se baterão ao seu lado, intransigentemente, para derrotar os desígnios dos que sonham com o regresso ao passado da opressão e da ditadura. Apesar das dificuldades e dos perigos há forças bastantes para defender os valores constitucionais e a pátria de Abril.

Ángelo Correia é o mais versátil dos deputados, afirmava António Veiga de Oliveira: já se habituou a defender seja o que for. Assim, em Aveiro, em Dezembro de 1974, era contra a banca privada e as grandes empresas que, no seu dizer, eram os grandes culpados da situação que os pequenos e médios comerciantes

atravessavam. Sobre a NATO, dizia, apesar de desmentir agora: O PPD prevê a saída de Portugal da NATO. E isto porque continuaremos assim a ser lacaios do imperialismo, pois os países daquela organização podem poisar sempre e quando quiserem nas nossas bases, quer sejam elas das Lajes ou de Beja.

Requerimentos

Um grupo de deputados do PCP requereu ao Governo que explique, com urgência, os motivos que o teriam levado a recusar vistos aos 40 turistas soviéticos que no passado dia 26 de Fevereiro deviam ter chegado a Portugal.

Esta atitude dos serviços «competentes» constitui já um escândalo e vem no seguimento de outra atitude governamental que já tinha proibido a deslocação ao nosso país de uma delegação de mulheres soviéticas especialistas em questões de terceira idade.

Para além de referir os prejuízos económicos decorrentes daquela atitude do

Governo de Freitas/Sá Carneiro, o requerimento sublinha, nas suas considerações, que mesmo nos últimos anos do fascismo visitavam Portugal turistas soviéticos, e que esta atitude suscita graves apreensões e firme protestos.

Por outro lado têm sido numerosos os requerimentos assinados por deputados comunistas e apresentados ao Governo, destacando-se:

Um que, a propósito do naufrágio de «O Cordeiro de Deus», pergunta quais as medidas que o Governo pretende tomar para minorar tragédias desta ordem; outro que pergunta quando acabará

o efeito de um despacho que proíba o registo de novas embarcações de pesca para Sines; outro ainda sobre a garantia do direito das jovens trabalhadoras à formação profissional.

Sobre a Escola do Magistério Primário do Fundão foi também apresentado um requerimento ao Governo, solicitando informações sobre se existe algum risco de encerramento desse estabelecimento de ensino e, em caso afirmativo, quais as razões para tal encerramento. Ao Ministério da Educação e Ciência, deputados comunistas perguntam quais os traços fundamentais da

política do Governo para o sector da cultura física e desporto.

Ao Ministério da Indústria e Tecnologia foram feitas perguntas sobre a prevista instalação de uma ou duas Centrais de produção de oxigénio servindo a Siderurgia Nacional e a Quimigal. Ainda ao MIT, solicitam-se esclarecimentos sobre a aquisição de uma central solar piloto. Finalmente ao Ministério da Educação e Ciência, pergunta-se em que estado se encontra o lançamento do Plano de Emergência de Instalações e Equipamento Escolar prometido no programa do Governo.

— Senhor presidente, que o protestar porque fui agredido... disse o deputado Igrejas Caetano, na sua voz sonora. — Estou a ser agredido pela poluição. Os deputados ecológicos voltaram-se com interesse. Estou a ser agredido pela poluição sonora do senhor deputado Casqueiro... — precisou Igrejas Caetano. Com

efeito, Casqueiro acabava de gritar uma das suas intervenções.

Pinto Balsemão: — O Governo não legisla sob pressão. O Governo legisla com rapidez, dentro do curto tempo de que dispõe... Isto dizia o Adjunto do Primeiro-Ministro, falando

sobre a alteração da lei de delimitação dos sectores público e privado: "Teria visto, de repente, que a sua maioria é escassa, e difícil governar contra a vontade da maioria dos portugueses?"

Sousa Tavares, «o rei dos demagogos», como lhe chamou António Campos, goste de se ouvir falar. Faz repolhudas locuções, como

classificou Vital Moreira, que fariam as delícias de Eça e de Camilo. Exemplos: "Desde Afanador, a inveja tomou-se uma doença nacional", a nobreza que matou D. Pedro ficou a viver às sopas do Estado e data daí o funcionalismo público. Mas há mais: o consulado de Marcelo Caetano era um Estado pré-socialista..."

1290 - D. Dinis funda em Lisboa o Estudo Geral, que veio a dar origem à primeira Universidade do País.

«É fartar baronagem»...

(...) Mas afinal o que propõe o Governo? Recordemos que a Lei 46/77 abriu o caminho à recuperação capitalista das nacionalizações e do sector público fundamentalmente por 3 vias:

- a) excluindo dos sectores vedados às empresas privadas sectores básicos que haviam sido globalmente ou predominantemente nacionalizados (como os transportes marítimos, a celulose, o vidro plano, etc.);
- b) banning a proibição da banca privada através da admissão de sociedades de investimento e desenvolvimento regional;
- c) subvertendo a garantia da irreversibilidade das nacionalizações através da admissão da entrega da gestão de empresas nacionalizadas a entidades privadas, e isto não só quanto a empresas fora dos sectores vedados, como inclusivamente em alguns dos vedados (como por exemplo, transportes urbanos, portos e aeroportos).

O que quer agora o Governo PPD/CDS? A memória justificativa ontem transmitida aos deputados pelo Governo, apesar de alguns pontos obscuros, é suficientemente explícita. Trata-se de:

- a) abrir à iniciativa privada a generalidade dos sectores económicos actualmente vedados, inclusive a banca e os seguros;
 - b) generalizar a possibilidade de transferência de empresas públicas para o sector privado, mediante a entrega da sua gestão;
 - c) facilitar resumir, enquanto a actual lei abriu o caminho à restauração capitalista das nacionalizações, mantendo-a contudo dentro de alguns limites, embora frustres, a proposta do Governo visa escancarar esse caminho deixado aberto, levantando todos os limites subsistentes.
- Com efeito, a) o capital privado passará a ter acesso sem excepção a todos os sectores básicos economicamente relevantes na sua perspectiva, isto é, susceptíveis de dar lucro.
- b) todas as empresas nacionalizadas - e na-

turalmente as susceptíveis de dar lucro - podem ser entregues ao capital privado. O princípio é simples: prazos, públicos; lucros; lucros, privados.

Por esta dupla via, prepara-se o desmantelamento puro e simples do sector público, a anulação das nacionalizações, a reconstituição livre dos grandes grupos financeiros, o saque do património empresarial do Estado. O Governo pode continuar a dizer que não pretende desnacionalizar. É um puro eufemismo. Os barões da finança passarão a ter duas possibilidades: a) ou levantar novas empresas (novos bancos, novas seguradoras, etc.) recorrendo aliás às participações pu-

blicas que o Governo lhes vai dar a título de indemnização; b) requisitar a entrega da gestão das empresas públicas existentes (desde os bancos à siderurgia, obviamente das que dão lucro. É um «fartar baronagem» (...)

Vital Moreira 29/2/80

— Senhor presidente, que o protestar porque fui agredido... disse o deputado Igrejas Caetano, na sua voz sonora. — Estou a ser agredido pela poluição. Os deputados ecológicos voltaram-se com interesse. Estou a ser agredido pela poluição sonora do senhor deputado Casqueiro... — precisou Igrejas Caetano. Com

Conveniência de serviço

O objectivo é claro: as empresas públicas precisam de homens «competentes» de PSD, de homens «competentes» do CDS, de homens que compitam com «competência» na demonstração da inviabilidade de empresas públicas rentáveis, depois de destruídas «competentemente» pelo Governo das «competências».

O semanário «O Tempo» (14.2.80), citando fontes que linha autorizada e, portanto, «competentes», teve o mérito de explicitar as linhas de força desta política: assim, administradores competentes para a banca seriam só e apenas os banqueiros. Sabendo nós que o Banco Borges & Irmão, entre 1973 e 1974, 6 pessoas físicas ocuparam 109 lugares de gerência, concluímos que a megalomania feita pelo Governo pretende para a banca e sectores mais rentáveis o regresso às «hipercompetências».

«Incompetentes» que trabalhem, esses poderão ir para a rua ou para o desterro por «conveniência de serviço».

Por outro lado, era necessário à AD colocar à frente das empresas públicas e nacionalizadas, não entregues à gestão privada, homens de palha dos Mellos, dos Champallimauds, dos Quinias e Companhia Lda.

Os serviços públicos veiculados por um semanário, um projecto de decreto-lei do

instituto de Participações do Estado. Há bem poucos dias a maioria AD rasgou aqui a lei que proibia a alienação de bens de empresas nacionalizadas ou participadas e colocava assim uma pedra mais no volume edifício que esmagava o IPE. Um IPE que, das quase mil empresas com participação do Estado, vê o seu «universo estabilizado» (como é chamado) reduzido a apenas 52. As noventa e três restantes voaram...

A ofensiva global

A segunda contra-revolução legislativa dá o seu primeiro passo. Enquanto a ofensiva global da recuperação capitalista prossegue. Das 144 empresas desintervencionadas, 117 (isto é 83,1%) foram devolvidas aos antigos patrões, enquanto, por exemplo, apenas 4 (isto é, 2,8%) foram transformadas em cooperativas. É bom recordar os casos escandalosos do Pão de Açúcar, da Metalurgia Duarte Ferreira, do J. Pimenta e do Grão-Pará, da Mudei ou dos Vinhos Borges & Irmão, esta última na calha para a devolução já prometida.

Outro triste exemplo é o que se passa com o Instituto de Participações do Estado. Há bem poucos dias a maioria AD rasgou aqui a lei que proibia a alienação de bens de empresas nacionalizadas ou participadas e colocava assim uma pedra mais no volume edifício que esmagava o IPE. Um IPE que, das quase mil empresas com participação do Estado, vê o seu «universo estabilizado» (como é chamado) reduzido a apenas 52. As noventa e três restantes voaram...

Os bancários sabem

A AD e o seu Governo julgam dominar os Sindicatos Bancários e que, por isso, os trabalhadores não farão ondas e acatarão, sem resistência, esta ameaça à banca nacionalizada e aos seus empregos. Mas os bancários não têm a memória curta e sabem bem o que significa a banca nas mãos dos capitalistas.

Sabem que os bancos privados eram o sustentáculo de grupos económicos dominadores da vida do País.

Sabem que os grupos económicos, como os Mellos, Champallimaud, Espírito Santo, Quinas & C., não tinham bancos para servir o País mas apenas para satisfazer a avidez insa-

Intervenções

Empresários privados

É evidente que os partidos da AD e o seu Governo pretendem fugir às suas responsabilidades e projectar no presente passadas complicações de alianças agora recusadas...

Mas o Governo continua em frente, aposta-se em «desmistificar», (sic), o espantoso do «regresso» que a oposição agita e depois de algumas frases de sabor propagandístico, diz-nos finalmente, como argumento absoluto, o que todos já sabíamos mas que vale a pena ouvirmos dum ministro da AD. Cito: «E os próprios empresários privados, na sua esmagadora maioria, serão os primeiros a não estar interessados no «regresso»».

Já o sabíamos, senhor ministro, e temo-lo repetido incansavelmente.

Sousa Marques 4/3/80

Na sua esmagadora maioria os empresários privados são os pequenos e médios comerciantes e industriais portugueses, que estão interessados objectivamente na defesa e consolidação do regime democrático-constitucional.

Na sua esmagadora maioria os empresários privados são os pequenos e médios comerciantes e industriais portugueses, que estão interessados na resolução dos seus problemas mais

Empresários privados

agudos (crédito; taxas de juro; aquisição de matérias-primas, escoamento de produtos, apoio técnico e tecnológico, margens de comercialização, etc.), e que olham com justificado temor e reprovação as aventuras políticas ligadas com a entrada na CEE.

Veiga de Oliveira 3/3/80

É para esta infima minoria de empresários privados, na classificação do senhor ministro, que o decreto-lei do Governo da AD se fará. Isso bastaria para fazer dele uma lei líquida e isso basta também para compreender o que faz correr a AD e o seu Governo, isso basta para perceber o que faz perder a serenidade a gente habitualmente tão «distinta» como se verificou na última sessão.

Muito bem. E a infima minoria dos empresários privados? Quem são? Com o risco de esquecer alguns posso começar a adiantar nomes - Mellos, Champallimaud, Quinas, Espirito Santos, etc., talvez mais uma ou duas dezenas.

Esmaçadora minoria

Esmaçadora minoria, sem dúvida, mas é esta minoria esmaçadora de grandes ex-monopolistas que optimizaram, exploraram e tripudiarão Portugal durante quase meio século de ditadura.

São eles e os seus sócios imperialistas que

Esmaçadora minoria

com nomeadamente, com a transferência ilegal de divisas para o estrangeiro e na criação e financiamento de partidos fascistas, como o Partido Liberal e o Partido do Progresso, ou mesmo dando uma oportuna mazzinha nos níveis PPD e CDS.

Gaspar Martins 29/2/80

Foi por tudo isto que os bancários, apoiados pelos trabalhadores doutros sectores, não se aperceberam de que, para defender a democracia, era imperioso e urgente tirar das mãos dos banqueiros as alavancas do sector fundamental da economia e, em Assembleias Gerais e expostões, reclamar a nacionalização até a conseguir (...)

Sabem que, desde a manhã libertadora do «25 de Abril», quem, sistematicamente, conspirou contra a nova situação democrática foram os banqueiros e os seus homens de mão, jogando com o boicote economi-

Sabem que

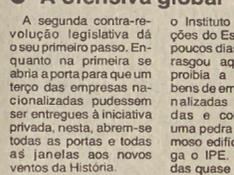
Portuguesa, e sacrificaram o nosso povo com uma longa e vergonhosa guerra colonial, por não quererem abdicar dos seus interesses egoístas em África.

Sabem que os banqueiros manobram à farta com as penquisissimas poupanças de milhares e milhares de portugueses para provento próprio, especulando desenfreadamente e lucrando na mesma escala, através, por exemplo, da emissão de acções por valores artificialmente muito acima do par.

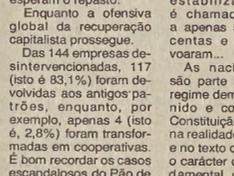
Sabem das variadas vigarices, até agora impunes, de tais senhores, como o sr. Pinto de Magalhães, com um processo na Polícia Judi-



Vital Moreira 29/2/80



Sousa Marques 4/3/80



Veiga de Oliveira 3/3/80



Gaspar Martins 29/2/80



Os Comunistas na Assembleia da República

Interpelado o Governo, às 15 perguntas disse nada

A pobreza das intervenções do Governo à interpeção que o PCP tomou a iniciativa de apresentar sobre a política de preços, os silêncios do Governo, a incapacidade de responder às fronteiras perguntas colocadas, a tentação do Governo em rodear as questões e transformar o debate em peroração eleitoral, vem lançando luz sobre a verdadeira política deste executivo, tão distante das promessas que a direita tão copiosamente distribuiu aos portugueses.

Esta feita os governantes vieram numerosos expor-se às luzes da TV transmitida a cor. Veio o Primeiro e veio o Vice, veio o Adjunto e veio o ministro da Defesa do Governo, pois que Amaro da Costa se arvorava mais na defesa do Governo que da Nação. Vieram e, logo na abertura, desperdiçaram quase uma hora do tempo que o regimento lhes deu.

As críticas globais que os deputados comunistas - Octávio Teixeira, Ilda Figueiredo e Carlos Carvalhas -, e o deputado Vítor Constâncio, do PS, teceram, às perguntas que implicita ou explicitamente colocaram, não entenderam responder os ministros que tomaram a palavra.

Basílio Horta preferiu queixar-se do estado de coisas que o Governo «herdou» ao tomar posse. Gabou-se de haver adequação entre as promessas e a prática do Governo. Escondeu os aumentos decretados há pouco com aumentos verificados no tempo de governos anteriores, nomeadamente os provisórios! Disse finalmente que se iam tomar medidas para melhorar o poder de compra dos portugueses. Como? Mistério.

Para coroar a sua intervenção eleitoralista prometeu... bacalhau pela Páscoa!

O ministro da Indústria, cuja experiência em governos de direita lhe deu entrada neste, também teve necessidade de se voltar para o passado para tentar nebulosamente justificar os aumentos de combustíveis. E acabou por reconhecer que tais aumentos vão ter efeitos negativos em várias áreas da actividade económica.

Mas o prato forte da tarde foi servido - frio - por Cavaco e Silva, que começou por gabar-se de ter promovido o aumento do poder de compra dos portugueses.

Numa intervenção tecnocrática, em que se notou

a preocupação de evitar as questões políticas e enveredar pela expressão abstracta, Cavaco e Silva lá foi desbobinando o seu recado. Que no caso da inflação, o Governo quer atacar-lhe pelas medidas que tomou de contenção das despesas públicas. Que o Governo tem políticas económicas correctas. Que se lançam acções para...

A desfaçatez final não podia faltar. E, no meio de tanta gente, o ministro das Finanças e do Plano, repetiu o que os portugueses já o tinham ouvido dizer na televisão: que os preços são hoje mais baixos com as medidas que o Governo tomou do que seriam se as não tivesse tomado.

De qualquer modo, às 15 perguntas que Carlos Carvalhas,

a encerrar a sua intervenção formulou claramente para evitar subterfúgios, respondeu nada.

E para aviso de que o Governo continua a considerar a Assembleia da República um órgão inútil do regime que querem destruir, não se esqueceu de afirmar que nada do que ali se passou ou vier a passar alterará a política do Governo.

1 - Quando todos os indicadores apontam para o agravamento da situação económica e financeira do país e para a estagnação da produção, mantém ainda o Governo a promessa feita aqui de que a taxa de crescimento do PIB será superior a 4%? Com que bases?

2 - Sendo previsível com as medidas propostas por este Governo uma estagnação ou mesmo uma diminuição do investimento (FBCF) qual a taxa que o Governo prevê para este ano e quais os reflexos?

3 - Em relação com as duas perguntas anteriores, como vê o Governo a evolução do emprego e qual a taxa do aumento do desemprego previsto?

4 - Contrariamente ao que afirmou na campanha eleitoral, o Governo mantém as taxas de juro. Perguntamos: val ou não baixá-las? E se sim, quando e como?

5 - O Governo procedeu ao aumento generalizado dos preços que aponta para uma taxa superior aos 20% anunciados. Para já não falar das promessas eleitorais de liquidar

a inflação, como pensa o Governo mantê-la a um nível inferior a 20%?

6 - Aumentando os preços como estão a aumentar e congelando salários e não promovendo um aumento de pensões e reformas, como e quando pensa o Governo cumprir a promessa de aumentar o poder de compra dos portugueses?

7 - Com a política de protecção e estímulo aos lucros do grande capital e dos grandes intermediários, qual é a percentagem que o Governo prevê para os rendimentos do trabalho na distribuição funcional do rendimento?

8 - E quando pensa o Governo estabelecer, tal como prometeu, os salários para as donas de casa, e os financiamentos para a aquisição de casa própria com amortização numa percentagem razoável do rendimento familiar?

9 - Quando pensa o Governo atribuir bolsas-salários prometidas aos jovens em busca do primeiro emprego?

10 - Sendo previsível com as medidas

tomadas um agravamento do défice da balança comercial e da balança de transacções correntes, quais são os objectivos do Governo nesta matéria?

11 - As medidas do Governo levam a um agravamento da dívida externa. Como as justifica perante a propaganda feita e como pensa cobri-la?

12 - Como mantém o Governo que diminuirá os impostos quando de facto as anunciadas diminuições, consequência da deslocação dos escalões, não cobrem sequer a inflação verificada?

13 - Qual é a percentagem do rendimento nacional que o Governo prevê arrecadar para este ano por via fiscal?

14 - O Governo aumentou preços, congelou salários, fez promessas. Mas não fez até agora aquilo que já devia ter feito. Quando pensa, por isso, apresentar à Assembleia da República o OGE?

15 - E qual o défice do orçamento corrente que o Governo prevê para 1980?

Octávio Teixeira: a direita não combaterá as causas da inflação

(...) O Governo que se apresenta perante esta Assembleia para responder sobre a sua política económica e financeira traz nas mãos (depositada há escassas horas) a autorização da sua maioria para oferecer ao grande capital a possibilidade ilimitada de penetrar nos sectores básicos da economia e designadamente de criar bancos privados - privilegiado instrumento de acumulação capitalista e de controlo económico.

Nada poderia ser mais revelador da natureza do Governo e da política sobre a qual foi interpeção.

Na verdade os aumentos dos preços decretados pelo Governo são inseparáveis da sua política global, e em particular da sua política económica financeira.

O Governo pretende o alargamento da actividade do grande capital aos sectores básicos;

● através da supressão legal de qualquer delimitação de sectores;

● através da supressão das barreiras legais à alienação do património das empresas do sector público;

● devolução de empresas aos ex-monopolistas, a título de indemnização;

● da atribuição de milhões de contos de indemnizações.

Importa que o Governo responda por essa política perante esta Assembleia. Por isso o interpeção.

O Governo desencadeia, por outro lado, uma ofensiva sem precedentes contra as empresas públicas, visando o seu estrangulamento e desmantelamento.

As medidas que decretou (o pacote que motivou proximamente esta interpeção) conduzem ao agravamento geral da exploração dos trabalhadores e das condições de vida do povo português.

Importa que fiquem bem claras nesta Assembleia as responsabilidades que o Governo assim assume.

Mas estas direcções da ofensiva governamental combinam-se e articulam-se com medidas de política eleitoralista de curtíssimo prazo. Importa interpeção sobre o significado e alcance dessas medidas, para que fique bem claro, sem margem para dúvidas, perante esta Assembleia e perante o povo

português a sua verdadeira natureza de expediente político, eleitoral, votado ao sucesso.

Ficou claro, no debate encerrado há poucas horas, que a revogação da Lei 77/79 e a alteração de Delimitação de Sectores fazem parte da mesma estratégia de colocação nas mãos do grande capital de instrumentos económicos que permitam ou contribuam para a reconstituição de grupos monopolistas no nosso país.

Seguir-se-á na lógica do Governo (a lógica de restauração do grande capital) a atribuição de indemnizações a todo o custo aos ex-monopolistas, quer com a entrega de empresas do sector público, quer com a mobilização de títulos de indemnização na Banca Nacionalizada.

Mas ficou claro também que a abertura dos sectores básicos da economia ao grande capital, sendo um passo fundamental na estratégia do Governo não lhe basta. Procurará, complementadamente, criar condições para que os grandes capitalistas se apoplem das empresas

nacionalizadas mais rentáveis, das que laboram nos sectores industriais básicos.

Por outro lado, a coligação de direita, através do seu Governo, opta pelo ataque frontal às empresas públicas, procurando paralisar a sua actividade e tolher os seus projectos de investimento pelo estrangulamento financeiro.

Os objectivos são evidentes: criar condições objectivas que «justifiquem» a entrega da sua exploração ao grande capital e transferir projectos de investimento rentáveis das carteiras das EPs para aquilo a que o Governo chama iniciativa privada.

Assim, assiste-se ao forte aumento dos custos de muitas empresas públicas (nomeadamente em resultado da elevação dos preços do gás oleo e do fuel) e a discriminação do sector empresarial do Estado em matéria de preços, ao mesmo tempo que se lhe recusa o aumento ou a concessão de indemnizações compensatórias.

Argumentando com as dificuldades financeiras do Estado, o Governo não satisfaz as necessidades de capitais

estatutários das empresas públicas, impossibilitando ou dificultando o prosseguimento ou arranque de investimentos.

Em contrapartida são concedidos benefícios e isenções fiscais indiscriminadas aos grandes exportadores.

O que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral está a fazer com as EPs não é já transformá-las em «vacas leiteiras» do grande capital. É mandá-las para o abate.

E também sobre essa faceta da política de destruição do sector público

que importa interpeção o Governo para que não fiquem dúvidas sobre os seus objectivos inconstitucionais e os interesses que serve.

Isto é tanto mais importante, quanto a política de restauração de grupos monopolistas é acompanhada de uma aceleração da dinâmica de acumulação capitalista. Neste campo, os instrumentos utilizados pelo Governo têm consequências não menos pesadas. Trata-se do agravamento da exploração

dos trabalhadores e da manutenção de elevadas taxas de inflação.

Isto conduz-nos a um dos aspectos centrais da interpeção que o PCP suscitou.

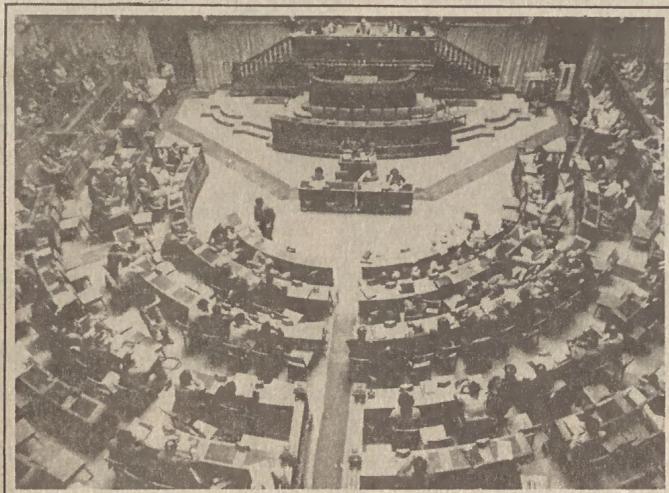
O Governo atinge as camadas trabalhadoras quer pela via da redução acentuada dos salários reais, quer pela exigência de aumentos de produtividade só possíveis (nas condições actuais) com o aumento do ritmo de exploração dos trabalhadores. Que outro significado podem ter as

medidas tendentes à imposição de tectos (disfarçados embora) à massa salarial? Que outro significado têm as medidas que permitem ao patronato manobras dilatorias na contratação colectiva?

É ou não verdade, senhores membros do Governo, que a manutenção de elevados níveis de inflação prejudica seriamente as condições de vida das classes e camadas da população que vivem de rendimentos fixos (nomeadamente os trabalhadores reformados e pensionistas), sendo por outro lado fonte de crescentes rendimentos para as camadas que auferem lucros e juros?

O Governo, interessado acima de tudo em defender os interesses do grande capital não combate, não combaterá nem pode em caso algum combater as causas essenciais da inflação no nosso país, antes as agravará a todas.

Pedir-lhe tal, seria o mesmo que exigir ao usurário que matasse a galinha dos ovos de ouro. Isto apesar das cãndidas e dogmáticas afirmações em contrário dos responsáveis pela política económica (...).



Ilda Figueiredo: basta de demagogia!

(...) As medidas do Governo assentam, pois, em dois pilares fundamentais: a contenção no domínio salarial e o aumento, a todo o custo, da produtividade da força do trabalho.

Para isso resuscita-se o tecto salarial, embora sob novas formas, mantendo a contratação colectiva sujeita a uma apertada malha de fundamentação económico-financeira dos acréscimos salariais, subordinando-a a dois tãmpões simultâneos que são a contenção da alta dos preços e a produtividade. E, como o Governo não quantifica estes valores, permite ao patronato amplo campo de manobras dilatorias e coloca nas mãos do Ministério do Trabalho, sob o comando da CIP, um instrumento altamente discriminatório.

Mas este comité executivo do grande capital não se ficou por aqui nas suas medidas de congelamento objectivo da contratação colectiva.

A restrição introduzida ao pagamento dos retroactivos para além de três meses é um incentivo ao protelamento das

negociações por parte das entidades patronais. O condicionamento da emissão de portarias de regulamentação de trabalho à «fundamentação económico-financeira» que se exige que seja «rigorosa» num país com carências estatísticas reconhecidas, significa a tentativa de imposição administrativa de aumentos das massas salariais inferiores a um tecto só do Governo conhecido.

Por outro lado, as medidas preconizadas para a contratação no sector público constituem um perigoso incentivo e um negativo exemplo para o grande patronato do sector privado.

Assim, a limitação da área de intervenção dos conselhos de gestão nos processos de contratação colectiva e a discriminação generalizada entre as regras impostas ao SEE e às impostas ao sector privado, é uma autêntica declaração de guerra às empresas nacionalizadas e aos seus trabalhadores, tendente a gerar e a agravar conflitos sociais que «justifiquem» posteriormente a tomada de medidas

cada vez mais repressivas.

E se tivermos em conta que em relação aos salários e às cláusulas com expressão pecuniária, apesar da lei estipular que ao fim de 12 meses de vigência eles podem ser revistos e actualizados na prática, os salários acabavam por vigorar 20 meses e mais, então, com os espartifhos introduzidos pelo actual Governo, a contenção dos salários será ainda mais grave...

Repare-se no que já estão a fazer algumas associações patronais como, por exemplo, a da panificação.

O que vai fazer o Governo neste e noutros casos?

Será que vai multiplicar aquilo que está a fazer com os trabalhadores da função pública a quem propõe aumentos salariais de 14% a partir de Julho de 1980, ou seja um aumento de 7% para o ano de 1980?

Senhores ministros isto é, como dizem os sindicalistas, uma autêntica provocação a 400 mil trabalhadores! E, como se tudo isto não bastasse, o Governo prepara-

se para usar e abusar de uma perigosa arma de repressão legal: a declaração em situação económica difícil que permite pôr em causa não apenas os salários mas todos os direitos contratuais dos trabalhadores, os postos de trabalho e o próprio direito à greve. O exemplo da RN é elucidativo.

Os trabalhadores da RN não tiveram qualquer aumento durante o ano de 1979 e as tabelas salariais actuais estão em vigor desde Maio de 1978, ou seja há cerca de 20 meses. No entanto, os preços dos transportes aumentaram em 1978 e em 1979 devem aumentar de novo em breve. É ainda de notar que o peso das despesas com pessoal tem vindo a baixar nas despesas totais da empresa passando de 50,7% em 1976 para apenas 42,6% em 1979.

Mesmo nos países da CEE de que tanto fala este Governo, o peso das despesas com pessoal no cômputo das despesas totais das empresas de transportes públicos é bastante superior à RN, rondando os 70%.

Mas mais: nenhuma das condições enumeradas no DL n.º 353-1/77 para que uma empresa possa ser declarada em situação económica difícil, se verificam no caso da RN. Por isso perguntamos ao Governo: porquê estas medidas? Por má fé ou ignorância? Ou apenas porque pretende pôr em causa o direito à greve dos trabalhadores? Ou ainda porque assim encontra uma justificação para os anunciados aumentos das tarifas de transportes?

Claro que depois seria mais fácil ir entregando as partes mais rentáveis da empresa aos antigos patrões, facilitando os despedimentos em massa dos trabalhadores e aumentando a exploração dos que ficassem com a intensificação dos ritmos de trabalho, alterações de horários, congelamento de

salários, etc. São estes ou não são os objectivos do Governo? Será o caso da RN a experiência que o Governo está a fazer para depois a alargar a todo o sector nacionalizado? Será que os salários dos trabalhadores das empresas públicas e dos trabalhadores da função pública não poderão acompanhar o aumento dos preços e o seu poder de compra terá de ser cada vez menor? É o que decorre inequivocamente da política que insiste em aplicar, apesar de todas as proclamações e afirmações solenes em contrário.

Só assim se compreende que o Governo, continuando a utilizar a demagogia, proponha agora uma redução do imposto profissional que diz custar 5 milhões de contos ao OGE e afirmando que será compensado pela redução de

subsídios às empresas e gastos públicos em geral. O que não anunciou ainda é quanto vai aumentar os impostos indirectos. Ficaremos a aguardar o OGE!

Mas já agora vale a pena analisar melhor o anúncio do Governo de baixar as taxas de alguns impostos com vista a melhorar o poder de compra da população. Antes de mais é necessário esclarecer que as taxas actuais em vigor foram aprovadas pelo PPD e CDS. É graças à votação dos dois partidos aqui mesmo nesta Assembleia da República que as taxas actuais existem.

A nova tabela de taxas proposta pelo Governo para o imposto profissional dá uma ideia exacta de quem realmente pretende beneficiar: os trabalhadores que ganham 150 contos por ano serão beneficiados em 250\$00 por

mês; os que ganham 1050 contos por ano beneficiarão de 5 250\$00 por mês. Quase apetece comentar retomando uma velha frase: «dá-me a tua redução de imposto que eu dou-te o meu vencimento». Por outro lado, os trabalhadores e o povo em geral irão pagar mais pelos serviços públicos (por exemplo, no Porto já se fala num aumento de 150% para a electricidade). Quer dizer, o Governo dá com uma mão a alguns o que tira com as duas à maioria dos trabalhadores e do povo em geral!

Mas o Governo, através do sr. ministro Cavaco e Silva, continua a insistir na utilização do princípio de que uma mentira repetida mil vezes passa a ser verdade. E assim, mesmo depois do aumento dos preços dos bens alimentares, quando reconhece que no índice de preços no consumidor que reflecte o padrão de consumo das famílias, os bens alimentares e as bebidas representam 50%, o ministro continua a dizer que o custo de vida vai baixar! Basta de demagogia senhor ministro!

Carlos Carvalhas: adesão à CEE é exemplo de submissão

(...) Enganaram-se redondamente aqueles que votaram no PPD e no CDS pensando que o seu governo traria consigo a paz social, a estabilidade e a justiça; que iria seguir uma política de desenvolvimento económico; que iria diminuir as taxas de juro e expandir o crédito e apoiar técnica e financeiramente as pequenas e médias empresas; que iria incentivar a produção nacional de produtos importados; que iria alargar o mercado interno, nomeadamente pelo aumento de salários reais e diversificar as nossas relações económicas externas... "Iria"... mas não vai!

Enganaram-se os que pensaram que o governo teria em conta os 300 mil vinicultores portugueses. Mas o governo, com total soberania, não interveio nem a tempo e horas, nem com preços compensadores, o que levará a que muito vinho fique nas adegas sem se vender,

a crescer ao de 1978, depois da famosa importação de 120 mil pipas feita pelo senhor Tomás Correia, da CAP, que pôe e dispõe na Junta Nacional dos Vinhos. E isto ao serviço de quem? Dos pequenos e médios vinicultores, que são 86% do total, embora produzam apenas 30% do vinho nacional, ou dos grandes intermediários?

Enganaram-se os que pensaram que o governo teria em conta os milhares de produtores de batata das regiões interiores que serão obrigados a comprar batata de semente importada mais cara do que a vendida pelas cooperativas importadoras, porque o governo decidiu que se desse aos intermediários a possibilidade de importarem 22500 toneladas e limitou a importação pelas cooperativas à zona litoral, enquanto a Junta Nacional das Frutas, não compra, não vende, apenas "assiste ao regabofe". Mas o governo decidiu ainda importar batata de consumo,

através dos grandes intermediários importadores, para assim, na lógica da busca do máximo lucro, estes a poderem vender como semente estrangeira a muitos lavradores, fazendo passar gato por lebre.

Esta a mudança de um governo que contém no seu elenco, nada mais nada menos, do que 15 famosos elementos dos governos anteriores! É que um governo do grande capital tem a sua lógica, tem as suas finalidades, tem a sua clientela perfeitamente e rigorosamente seleccionada!

Supostamente em nome da Iniciativa privada o que o governo da CAP e da CIP vai fazer é pôr de lado o desenvolvimento económico e social e apressar-se, não em apoiar os comerciantes e industriais mas sim em entregar o sector bancário aos banqueiros. E, não haja dúvidas de que este governo com a sua política vai ser, com mais ou menos requinte, uma verdadeira

agência funerária para a maioria dos pequenos comerciantes, industriais e agricultores.

Supostamente em nome do Investimento apressa-se, não em avançar com projectos industriais que criem postos de trabalho e aproveitem os nossos recursos internos, mas sim em indemitizar à custa dos dinheiros e do património público, os grandes exploradores do povo português. Projectos como o da beterraba sacarina, o Plano Siderúrgico Nacional, ou aproveitamento integral das pirites, do ferro de Moncorvo; o estudo do aproveitamento das linhas, atomites, sal-gema, caulinos e areias especiais de Rio Maior; o estudo do aproveitamento dos sientos nefelínicos da serra de Monchique como fonte potencial de alumínio, ficam para as "calendas gregas".

Para agora, o que interessa é reconstituir o poder económico e político do

grande capital e os seus mecanismos de exploração e acumulação. Esta é a lógica deste governo, esta a sua política que irá agravar a situação da economia portuguesa e as já precárias condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias. É uma política de ruína, é uma política de desastre nacional, que nenhum artifício ou demagogia encobrirá por muito tempo.

O desenvolvimento económico no quadro da democracia só poderá dar-se a partir das transformações profundas verificadas nas estruturas económicas e não na dinâmica de um governo reaccionário como o actual, que assenta todas as medidas no regresso e retrocesso ao passado, na base da acumulação do grande capital e das multinacionais, na base da exploração dos trabalhadores e no aumento dos lucros dos grupos económicos, na ligação e subordinação aos interesses

do imperialismo estrangeiro. A adesão à CEE, a prioridade das prioridades, o cântico dos cânticos, é um exemplo dessa submissão.

Não se vislumbra qualquer posição nacional nas negociações. A integração de Portugal aparece agora com toda a nitidez como um expediente, como uma operação política a fazer pesar o factor externo na reconstituição dos grandes grupos económicos. Por estranha e curiosa coincidência, ou talvez não, o sr. Natali visita Portugal no preciso momento em que se discute na Assembleia da República a lei de delimitação do sector público e privado em que a coligação governamental se socorre a todo o momento para a criação de bancos privados, do argumento da integração de Portugal na mini-Europa "dos monopolios"! Por isso, Sá Carneiro e Freitas do Amaral se desmultiplicaram em vénias, chegando a ponto de convocar

um mini-Conselho de Ministros para que o anfitrião pudesse examinar a política do Governol Mas o sr. Natali, apesar das boas maneiras florentinas, nem sequer teve uma palavra de apreço para aquela célebre teoria do "pivot" desencantada por Freitas do Amaral em dia de inspiração e que rapidamente desapareceu como cometa soprado por um vendaval de ridículo. Foi uma ingratitude!

A acumulação indispensável (valor criado e não consumido) não é a acumulação de fortunas privadas mas o enriquecimento de bens pertencentes à colectividade em benefício da comunidade nacional e do povo português.

A recuperação económica em Portugal só se realizará no quadro das transformações económicas e sociais, com a intervenção activa dos trabalhadores, na base do aproveitamento planificado dos nossos recursos internos materiais e humanos e da

satisfação das reais necessidades do povo português, na consolidação do regime democrático no quadro e na perspectiva apontados pela Constituição.

Não é com um governo reaccionário virado contra os trabalhadores e ao serviço dos grandes senhores da terra, da finança e da indústria que a recuperação económica se verifica. Não é com a restauração da dinâmica da exploração, acumulação e concentração capitalistas à custa do agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das classes médias.

Não é limitando as liberdades e assaltando os meios de comunicação social, não é destruindo através da acção governativa a reforma agrária e as nacionalizações; não é entrando em confronto com os outros órgãos de soberania que se promove o desenvolvimento económico e social, a estabilidade e se consolida a democracia.

Grande jornada na luta de

A greve dos Transportes teve uma adesão

«É ao Governo que o Povo português irá pedir responsabilidades pelas consequências desta greve. É ao Governo e não aos trabalhadores que o Povo português julgará». Esta afirmação feita em conferência de imprensa pela Comissão Coordenadora das Organizações Sindicais do sector dos Transportes, que salientou o facto de o ministro da tutela não ter concedido aos sindicatos a entrevista que lhe solicitaram com carácter de urgência, em 26 de Fevereiro findo, para negociações que poderiam ter evitado a greve, remete, em síntese, para a recusa frontal das pretensas «razões» de um Executivo que usa e abusa de métodos autoritários «para agravar — como salienta uma nota da SIP do PCP — a situação num importante sector empresarial do Estado, para lançar sobre os trabalhadores daquele sector as consequências dos recentes aumentos dos combustíveis, para justificar os já anunciados aumentos dos transportes».

A declaração da RN, da EP Notícias/Capital e da EDP em «situação económica difícil» prova a incompetência do Governo da aliança reaccionária para resolver os problemas nacionais. Incorrecta e artificial, como os

trabalhadores já demonstraram, é a pretensa cobertura legal que o Executivo PPD/CDS arranhou para impor autoritariamente uma medida que visa abolir direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores, fazendo tábua rasa, inclusivamente, da posição do conselho de gerência da Rodoviária, frontalmente contrária à delcaração da empresa «em situação económica difícil».

Essa «situação» não passa de uma artimanha. Com contas certas na mão, os trabalhadores e os seus órgãos representativos podem provar a quem quer que seja, como já o fizeram, que o Governo manipula a opinião pública. Como afirmou um dirigente sindical, segundo declarações já divulgadas pela imprensa diária, «os trabalhadores desde sempre expuseram muito claramente os objectivos das greves. E esses objectivos são tão claros e tão justos que têm o apoio da população, não obstante as dificuldades sentidas durante as paralisações».

Se as medidas do Governo fossem realmente cumpridas, conduziriam à destruição das empresas nacionalizadas. E não são apenas as directamente atingi-

das que estão em jogo nas ambições do Governo. As partes mais rentáveis dos transportes nacionalizados seriam devolvidas ao capital privado, criando-se um precedente que a reacção quer estender a tudo o que nas nacionalizações dê lucro.

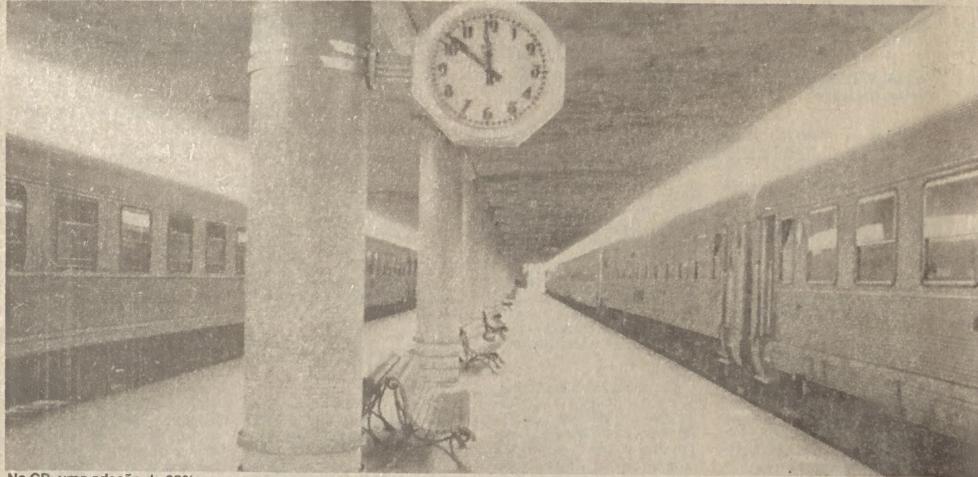
Para além desse objectivo de ataque frontal à Constituição e à base material do regime democrático, a «situação económica difícil» visa fundamentalmente, com base numa legislação abusivamente invocada, abolir direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores como sejam a garantia de emprego, do salário contratual, do cumprimento da contratação colectiva.

Não terão os trabalhadores o legítimo direito de lutar com armas legais, em unidade e sem incidentes, contra essa ambição de um Governo reaccionário que assalta de um modo tão grave tantos direitos vitais?

A resposta está na massiva adesão à greve e ao movimento de solidariedade que acompanha a luta dos trabalhadores dos transportes, conscientes dos seus direitos e decididos a defendê-los no interesse manifesto do Povo português.



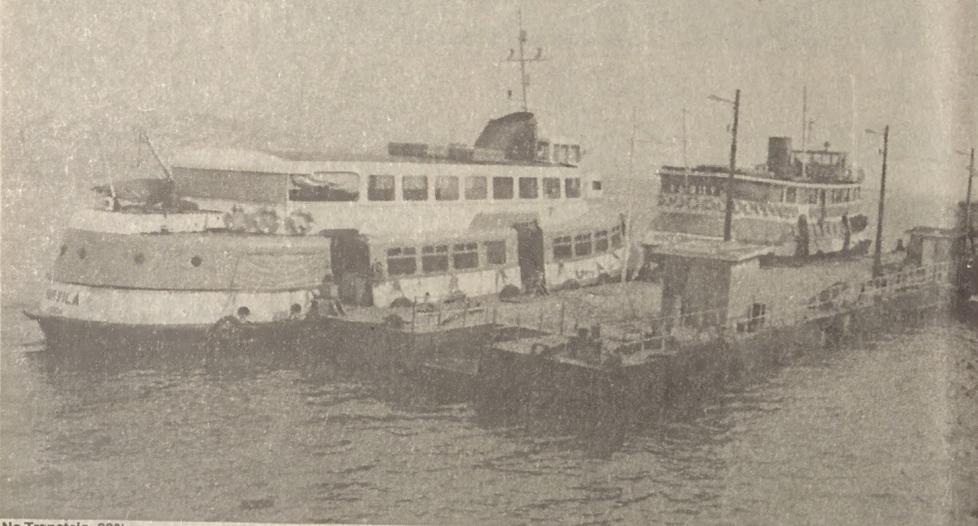
Adesão e participação nos locais de trabalho



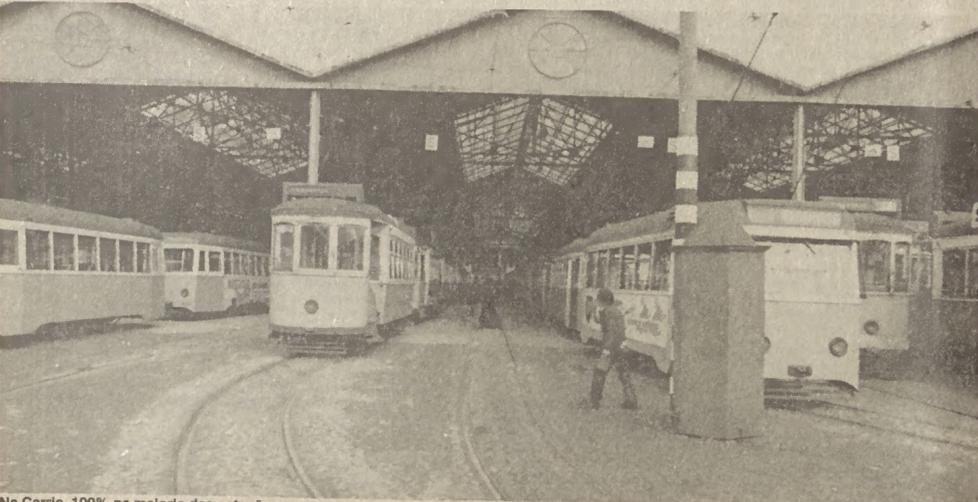
Na CP, uma adesão de 98%



Na Rodoviária (RN) rondando os 100%



Na Transtejo, 98%



Na Carris, 100% na maioria das estações

A manipulação falhou

A greve dos trabalhadores do sector de transportes contra as medidas do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, nomeadamente as que visam a destruição da Rodoviária Nacional traduziu-se por uma adesão maciça, comprovando a impopularidade da «mudança» que a Aliança reaccionária pretende imprimir ao Portugal de Abril.

O mínimo que se pode dizer da jornada de luta realizada na terça-feira passada é que ela representou uma derrota esmagadora para o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral que a todo o custo e por todos os meios procurou nos últimos dias politizar a luta dos trabalhadores, chegando mesmo a agitar o espantinho do «período pré-insurreccional». Por tudo isto o êxito da paralisação é ainda mais importante em face do ambiente que foi criado em torno da jornada de luta dos trabalhadores do sector dos transportes.

Não é de estranhar pois que os órgãos de comunicação social afectos à Aliança reaccionária procurem agora minimizar a jornada de greve, dando atenção a assuntos secundários para assim esquecerem a importância de que se revestiu a resposta dos trabalhadores ao Governo.

Não é de estranhar pois que os órgãos de comunicação social afectos à Aliança reaccionária procurem agora minimizar a jornada de greve, dando atenção a assuntos secundários para assim esquecerem a importância de que se revestiu a resposta dos trabalhadores ao Governo.

Como foi a adesão

Na Rodoviária Nacional, empresa pública directamente ameaçada pelas «mudanças» governamentais, a participação na greve de 24 horas quase

rondou os 100 por cento. Assim, no Hotel Eva e na Rent-a-Car a paralisação foi de 100 por cento. Em Braga e Coimbra parou tudo igualmente. No CAC — Centro de Actividades Complementares a paralisação foi de 87 por cento.

Nos CEP's (Centros de Exploração de Passageiros) 1, 7 e 9 a paralisação foi total. No CEP-2, de 700 trabalhadores não aderiram 31. No CEP-3, de 500 só trabalharam 61. No CEP-4, em 1700, apenas 62 trabalharam. No CEP-5, de 1600 unicamente 35 trabalharam. Este número foi menor no CEP-6, correspondendo a 9 para um total de 1500 e ainda mais reduzido no CEP-8, onde só quatro em 1900 se apresentaram ao serviço. No CEP-10, de um total de 500 trabalharam 35. Destes 35, 15 são motoristas que operam com autocarros de luxo.

A adesão foi, portanto, esmagadora na Rodoviária Nacional. Num apanhado total dos cerca de 14 350 trabalhadores da Rodoviária Nacional unicamente cerca de 350 não aderiram à greve.

Ainda nesta empresa, nos sectores de Transitários a paralisação foi de 100 por cento; no sector de Mercadorias, de 99,5 por cento e na Sede da empresa de cerca de 50 por cento.

Quanto às viaturas que circularam são os seguintes os números: de um total de 3300 apenas circularam 65, assim distribuídas — CEP-2, oito; CEP-3, vinte; CEP-4, vinte e duas; CEP-10, quinze.

De referir ainda que no centro de Mercadorias, com

um total de cerca de 1300 trabalhadores apenas 8 não aderiram à greve.

Ferrovíarios e Transtejo

Na CP, a greve de solidariedade de três horas com a luta dos trabalhadores da RN registou igualmente uma participação quase total. Deste modo, segundo os dados apurados, na região Norte a paralisação atingiu os 95 por cento dos trabalhadores, percentagem que foi semelhante na região Centro e mais elevada, 98 por cento, na região Sul. Como apontamento, e porque se tornaria impossível referir caso a caso, de salientar que na estação de Santa Apolónia, em Lisboa a paralisação foi total enquanto que na estação do Rossio, apenas 6 trabalhadores não aderiram.

O mesmo espírito de solidariedade se fez sentir na Transtejo, onde as três horas de greve foram cumpridas pela quase totalidade dos trabalhadores (98%), tendo em conta que dos 420 trabalhadores da empresa apenas 3, do sector administrativo, não aderiram.

Carris e Metro

A solidariedade expressa pelos trabalhadores da Carris foi total. Nas estações das Amoreiras, Arco do Cego, Santo Amaro e Pontinha a adesão foi de 100 por cento. Apenas um autocarro não recolheu à respectiva estação.

Idêntica reacção de apoio se manifestou entre os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa. Dos 1300

trabalhadores da empresa os dados apurados indicam que apenas 35 não aderiram à greve.

No STCP, Serviço de Transportes Colectivos do Porto, as oficinas de reparação e no sector do movimento a adesão foi de 8 por cento. Na CTM, Companhia de Transportes Marítimos, a paralisação de solidariedade rondou os 80 por cento, registando-se maiores percentagens respectivamente nas oficinas de Santo Amaro com cerca de 100 por cento e que incluiu os trabalhadores administrativos e nas oficinas da Rocha de Corde Obidos, que foi de 90 por cento.

De salientar que nesta empresa a Comissão de Trabalhadores foi a primeira a pronunciar-se contra a greve de solidariedade através de um comunicado que emitiu, o qual aproveitou de imediato pela RTP para o emparceirar os comunicados idênticos da CIP e da organização sindical do PPD.

Na TAP, a adesão cifrou-se entre os 60 e os 70 por cento. Também aqui as recentes medidas governamentais não encontraram receptividade que multas dirigentes da Aliança reaccionária pensava possível. De salientar que a percentagem se refere a cerca de 5000 trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso de greve.

Por seu turno, na CNV Companhia Nacional de Navegação, na generalidade dos locais de trabalho a adesão foi de 20 por cento, à excepção de um onde se registou 34 por cento.



As oficinas do «Metro» completamente paradas



No «Metro», dos 1300 trabalhadores apenas 35 não aderiram



Os utentes não se deixaram intimidar pelas



Trabalhadores concentrados nos locais de

Massas adesão total

Em Leiria, Braga e Guimarães Massas trabalhadoras contra Governo antinacional

• Sábado, concentração na Covilhã



Na maior manifestação de sempre em Leiria, uma multidão superior a uma dezena de milhar de pessoas protestou nas ruas contra a política de desastre da coligação reaccionária no Governo. No mesmo dia, sábado, na Alameda da Resistência ao Fascismo, em Guimarães, e na Avenida Central, em Braga, milhares de trabalhadores concentraram-se e percorriam várias artérias daquelas cidades em manifestações de protesto contra o aumento brutal do custo de vida, contra as medidas e ameaças do Executivo PPD/CDS. Para o próximo sábado, dia 8, era marcada entretanto uma concentração no Largo do Pelourinho, na Covilhã.

Convocada pelos sindicatos do distrito e por grande número de comissões de trabalhadores, a manifestação de Leiria percorreu as ruas principais da cidade com uma adesão surpreendente que demonstrou bem o espírito combativo dos trabalhadores da região. Todos os sectores de actividade estavam representados. Trabalhadores dos serviços, da indústria, da agricultura, jovens, mulheres, reformados, pequenos agricultores fizeram seus protestos que se ouvem por todo o país. «O custo de vida

aumenta, o povo não aguenta»; «Nos preços já se vê a mudança da AD» e «Avante, avante pela Reforma Agrária» mobilizavam as vozes e a vontade de lutar, aderindo aos objectivos populares contra este Governo de desastre nacional.

A unidade sindical e a realização do III Congresso da CGTP foram invocadas naquela como nas outras manifestações. «CGTP-Unidade Sindical» foi uma das palavras de ordem mais ouvidas e motivo presente nas intervenções de dirigentes

e membros das estruturas representativas dos trabalhadores.

Na concentração em frente do Governo Civil de Leiria, um elemento da direcção do Sindicato dos Cerâmicos, ao apresentar um documento que os manifestantes aprovaram por aclamação, afirmaria, nomeadamente, que as medidas e as ameaças do Governo PPD/CDS vão no sentido de «abrir caminho a uma ainda maior exploração por parte do patronato; de destruir a Reforma Agrária através da entrega ilegal de milhares de hectares de terra; de reduzir em termos reais as despesas do Estado com educação, saúde, segurança social e transportes colectivos», de modo a pagarmos cada vez mais por serviços que deviam custar cada vez menos às classes trabalhadoras e à população em geral.

Na moção enviada aos órgãos do poder exige-se «a contenção imediata dos preços

dos bens e serviços de primeira necessidade e a reposição do poder de compra que foi fortemente agravado pela política económica do Governo da Aliança reaccionária. Reclama-se «que seja sustida de imediato a ofensiva brutal contra a Reforma Agrária e o fim da repressão contra os trabalhadores rurais». Reafirma-se a exigência do direito de antena na RTP e RDP para o Movimento Sindical Unitário. Exige-se o termo dos «saneamentos políticos nos órgãos de comunicação social» e o fim do assalto às nacionalizações.

Braga e Guimarães na rua

Em Braga e Guimarães, os trabalhadores demonstraram, por sua vez, nas ruas a adesão do povo minhoto à luta de massas contra uma situação de descalabro, destinada a encher os bolsos dos exploradores e privilegiados do fascismo contra os anseios de quem trabalha, contra as

conquistas e o projecto de Abril.

Como em Leiria, os manifestantes saudaram a CGTP-IN e o III Congresso, aberto a todos os sindicatos, que hoje se inicia em Lisboa. Nas moções aclamadas durante as concentrações no final dos desfiles, foi salientado o forte e massivo repúdio que acompanha as medidas da Aliança reaccionária, da CIP, da CAP e da CCP instaladas no Governo. Um dirigente sindical, entre os vários que intervieram, diria que o Executivo reaccionário PPD/CDS «bem cedo mostrou a sua cara verdadeira, atirando para o caixote do lixo as promessas que fez durante a campanha eleitoral».

O «ódio aos trabalhadores subjacente à prática deste Governo de direita» foi bem demonstrado nas intervenções dos dirigentes sindicais. Os casos recentes e bem conhecidos da tentativa de congelar os contratos e acordos colectivos de

trabalho, dos ataques generalizados a liberdades e direitos fundamentais dos trabalhadores, consagrados na Constituição, do assalto às nacionalizações e à Reforma Agrária foram recordados durante as concentrações como outros tantos motivos inadiáveis da luta de massas contra uma política e um Governo que têm por alvo a destruição do regime democrático.

Concentração na Covilhã

No próximo sábado, dia 8, com o apoio dos sindicatos, da associação de reformados e do núcleo local do MDM (Movimento Democrático de Mulheres) os trabalhadores da Covilhã concentram-se no Largo do Pelourinho, pelas 15 horas, para entregarem na Câmara Municipal um abaixo-assinado contra o aumento do custo de vida que a comissão de mulheres trabalhadoras da indústria de lanifícios pôs a circular com larga adesão popular da cidade e no concelho.

A compreensão pela greve

Apesar da campanha provocatória e ameaçadora desencadeada pelo Governo S. A. Cameiro/Freitas do Amaral contra a greve, a generalidade dos trabalhadores utentes dos transportes públicos compreenderam e aceitaram as razões da paralisação.

Por isso mesmo não se registaram quaisquer incidentes. E na maioria das opiniões expressas as culpas eram atribuídas ao Governo S. A. Cameiro/Freitas do Amaral pela situação de crise que está a provocar com as suas medidas para favorecer os grandes capitalistas e latifundiários.

Outro sintoma que testemunha a compreensão do público utente pode traduzir-se com o que se passou no CEP-10, da Rodoviária Nacional. Na estação do Saldanha, em Lisboa, o autocarro que veio da Nazaré — um dos poucos que não aderiu regresso àquela vila piscatória, pelas 14 e 10, apenas com 2 passageiros, quando habitualmente parte cheio.

Na maior parte dos locais de trabalho das empresas abrangidas pela greve realizaram-se durante o período da paralisação plenários com grande participação dos trabalhadores, tendo sido aprovadas moções de repúdio pelas medidas do Governo contra a Rodoviária Nacional, RDP e Empresa Pública Notícias/Capital, exigindo a sua revogação e repudiando igualmente os ataques do Governo à Reforma Agrária ao

mesmo tempo que manifestavam aos «trabalhadores agrícolas a sua total solidariedade». Nos plenários foram igualmente aprovadas saudações ao próximo Congresso da CGTP-Intersindical Nacional.

As tarifas não devem aumentar

Tudo indica que o Governo se prepara para fazer aumentar dentro de dias as tarifas dos transportes colectivos, procurando assim, em nova manobra demagógica, atribuir à greve a culpa do aumento.

A exemplo do que acontece nalguns países da CEE, tão do agrado do Governo S. A. Cameiro/Freitas do Amaral, soluções podem ser encontradas para impedir que os transportes colectivos aumentem novamente. Basta para isso que o Governo mostre interesse na resolução do problema e não procure antes recuperar no aumento dos transportes públicos e outros que se vão seguir o que vai perder com a anunciada redução do Imposto Profissional e Complementar.

Os trabalhadores do sector de transportes têm soluções já por diversas vezes expressas quanto à resolução dos problemas das empresas, que sistematicamente têm sido ignoradas. O público utente e os trabalhadores das empresas não podem ser os bodes expiatórios das medidas que se destinam a favorecer os grandes capitalistas e exploradores do povo.



Em Leiria, de que damos imagens, como em Braga e Guimarães, nenhum sector do trabalho faltou



Cresce a luta pela contratação colectiva

Com cerca de 44 por cento dos trabalhadores da panificação recebendo salários inferiores ao mínimo nacional, o sector paralisou na última quinta-feira integrado na luta pela contratação colectiva que diariamente se amplia em sectores tão diversificados como os ajudantes de farmácia, os pescadores de Peniche, a Função Pública, os assalariados rurais do Norte e Centro.

Na panificação, a adesão à greve ultrapassou os 80 por cento. O facto de a falta de pão não se ter feito sentir deve-se, segundo os sindicatos, à violação da lei por parte do patrões que recorreram a pessoas estranhas ao sector para substituir os trabalhadores. Um dirigente sindical, ao lembrar que a paralisação «não era dirigida contra os consumidores, mas sim contra o patronato», salientou, no entanto, que esse tipo de recurso «viola frontalmente a Lei da Greve e, potencialmente, ameaça a saúde pública, pois os «fura-greves» não têm cartões de sanidade, não se sabendo se estão em condições de saúde próprias para fabricar pão».

Cerca de 30 mil em todo o País, os trabalhadores do pão lutam por interesses elementares, que aproximam as suas reivindicações das dos assalariados rurais incluídos entre os mais mal pagos do País. **Pescadores de Peniche** «O pagamento imediato dos subsídios de desemprego,

suspensão há cerca de dois anos, e o respectivo processamento num prazo máximo de dois meses, a partir da data dos requerimentos», é uma das principais reivindicações dos 3 mil pescadores de Peniche que lutam ainda pela publicação da portaria de regulamentação de trabalho para o sector. A paralisação prevista para acabar ontem, poderia ser anulada caso fossem satisfeitas, entretanto, as reivindicações dos trabalhadores.

PRC da Função Pública

O Governo PPD/CDS rejeitava entretanto a Proposta Reivindicativa Comum (PRC) da Função Pública porque, segundo um porta-voz da CNS (Comissão Negociadora Sindical) as reivindicações dos trabalhadores, subscrita por 32 organizações sindicais, contrariam a estratégia governamental de contenção das despesas públicas. Nesse sentido, o Governo da Aliança reaccionária contrapõe aos 22 por cento de aumento da PRC apenas 14 por cento. Marcada



De novo em luta

para ontem, uma reunião de todas as associações subscritoras da Proposta decidirá sobre as medidas a tomar perante a contraproposta do Governo.

Era anunciada, entretanto, para ontem e hoje uma paralisação dos trabalhadores da informática da Função Pública. Essa forma de luta,

que afectará todos os departamentos públicos que utilizam esses serviços, foi adoptada para conseguir a reclassificação das carreiras do sector.

Ajudantes de farmácia

Os ajudantes de farmácia do Sul e Ilhas reivindicam, por sua

vez, uma portaria de regulamentação de trabalho para o sector. Enfrentando o boicote patronal às negociações directas, aqueles trabalhadores revelam que é «excelente a situação económico-financeira das farmácias, resultante do constante aumento dos preços dos medicamentos, do bónus

dado pelo Estado ao abolir o desconto de 7 por cento aos Serviços Médico-Sociais, e da regularização dos atrasos da Previdência». Se as «manobras dilatórias do patronato não desaparecerem, os trabalhadores estão na disposição de recorrer a uma paralisação de 24 horas.

Contra os despedimentos na Standard/ITT

Mais de uma centena de moções de protesto de organizações de classe nacionais e estrangeiras foram já enviadas aos órgãos de soberania, intervindo solidariamente na luta pela manutenção do emprego dos 248 trabalhadores da Standard Eléctrica/ITT ameaçados de despedimento colectivo por motivos exclusivamente derivados da sobreexploração que as multinacionais como a ITT pretendem continuar a exercer sobre os trabalhadores. As suas estruturas representativas na firma de Cascais continuam, entretanto, a multiplicar os esforços para anular o despedimento colectivo pretendido pela administração que espera o apoio do Governo PPD/CDS para concretizá-lo, depois das três tentativas fracassadas em ano e meio.

Paralisação no sector automóvel

O ramo automóvel, que emprega cerca de 65 mil trabalhadores (reparações, montagem, comércio grossista e a retalho) vai paralisar no próximo dia 13, quinta-feira, como forma de luta pela revisão do CCT com as negociações paradas há perto de seis meses. A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, ao anunciar a greve, denuncia as «manobras político-partidárias» da Federação dos Escritórios (Fetese) ligada à UGT, que representa cerca de 5 por

cento dos trabalhadores daquele sector.

Os divisionistas instalados na agremiação amarela, conforme ameaças preferidas mais de uma vez, pretendem, nomeadamente, atacar a capacidade de negociação colectiva dos trabalhadores, tentando pôr em prática o projecto de negociações separadas. O êxito dos trabalhadores na conquista de melhores salários e condições de trabalho é assim sacrificado pelos amarelos à sua ambição de destruir a forte unidade e a eficácia dos trabalhadores

unidos na luta pela contratação colectiva.

A paralisação da próxima quinta-feira tem em vista levar o patronato a reiniciar as negociações directas do contrato colectivo de trabalho.

Numa informação recente, a Federação dos Sindicatos do Comércio e Serviços revelava que a proposta de revisão do CCT é subscrita, também, pelos Sindicatos dos Escritórios dos distritos de Castelo Branco, Coimbra, Santarém, Évora, Beja, Faro, Viana do Castelo, Viseu e Leiria.



Por um CCT que interessa a 65 mil trabalhadores



nas calúnias do Governo



locais de paralisação

Alvaro Cunhal em Arraiolos:

«O PCP hoje e sempre com a Reforma Agrária»

Camaradas:

Aos trabalhadores e ao povo do concelho de Arraiolos e em particular aos trabalhadores da Reforma Agrária, aos homens, às mulheres, aos jovens, que estão opoando a sua vontade e a sua determinação à criminoso ofensiva do Governo Sá Carneiro, transmito calorosas e fraternas saudações de combate do Comité Central do Partido Comunista Português.

Deslojo aqui saudosos os trabalhadores da Reforma Agrária pela sua luta heróica, pelas concentrações, manifestações, plenários e outras acções firmes, prontas e persistentes contra o roubo das terras, dos gados, de máquinas, de instalações, de searas e de outros bens das UCPS/Cooperativas.

Os trabalhadores da Reforma Agrária não estão sós. Com eles estão todos os trabalhadores portugueses, estão todos os portugueses e portuguesas verdadeiramente democratas e patriotas. De Norte a Sul do País alarga-se o movimento de apoio e solidariedade para com a Reforma Agrária.

A ofensiva reacçãoária será contida e derrotada. Os trabalhadores recuperarão as terras de que foram esbulhados. A luta continua. A Reforma Agrária vencerá.

A Reforma Agrária realização histórica do Povo português

A Reforma Agrária, tendo como objectivos a liquidação dos latifúndios e o fim da exploração e do despotismo dos latifundiários, uma nova agricultura sem terras abandonadas e sem trabalhadores desempregados, o desenvolvimento agrícola e pecuário do quadro do desenvolvimento económico geral, uma vida melhor para os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores — constitui uma realização histórica do Povo português e uma verdadeira epopeia do trabalho, da coragem e do espírito de classe e patriótico dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos.

No plano económico, no plano social, no plano político, no plano humano, a Reforma Agrária impõe-se como uma transformação democrática necessária e indispensável.

O processo da Reforma Agrária é irregular e acidentado, mas o seu curso e a sua vitória são historicamente inevitáveis.

As forças reacçãoárias, para justificarem a sua ofensiva contra a Reforma Agrária, a tentativa de liquidação das UCPS/Cooperativas e de restauração dos latifúndios e da exploração e despotismo dos latifundiários, desenvolveram uma campanha com vistas a mostrar que a Reforma Agrária causou grandes prejuízos à agricultura.

Mas qual é a realidade?

Apesar das constantes e brutais ofensivas dos sucessivos governos, apesar dos roubos de terras, máquinas, gados, cortiça, apesar dos cortes de crédito, apesar da falta de apoio técnico, apesar das dificuldades para o escoamento dos produtos, as UCPS/Cooperativas apresentam um balanço e um exemplo de que se podem legitimamente orgulhar os trabalhadores.

O milhão de hectares de terras expropriadas estavam em grande parte abandonadas ou subaproveitadas e os agrários cultivavam apenas cerca de 100 000 hectares no total de um milhão.

Com a Reforma Agrária, os trabalhadores desbravaram terras e cultivaram mais de 300 000 hectares.

Nos antigos latifúndios, a agricultura era caracterizada pela rotina e a estagnação.

Com a Reforma Agrária, diversificaram-se as culturas, introduziram-se novas culturas (como a do tabaco) e as forragens cultivadas, antes praticamente inexistentes, atingem cerca de 30 000 hectares.

Nos antigos latifúndios expropriados, a área de regadio era de cerca de 9000 hectares.

Com a Reforma Agrária e o trabalho esforçado das UCPS/Cooperativas, a área de regadio foi consideravelmente aumentada ultrapassando os 20 000 hectares.

Nos antigos latifúndios escasseavam o gado e as máquinas. Com a Reforma Agrária e o espírito empreendedor das UCPS/Cooperativas, o efectivo pecuário duplicou e o número de máquinas aumentou 1700 tractores, 2000 máquinas de colheita, mais de 2000 motores de rega.

Nas terras dos latifúndios onde se formaram UCPS/Cooperativas trabalhavam 11 000 trabalhadores.

Com a Reforma Agrária, passaram a dar trabalho a 45 mil trabalhadores.

Nos antigos latifúndios, os investimentos eram raros e os raros investimentos eram feitos na base de créditos.

Com a Reforma Agrária, as UCPS/Cooperativas investiram em 2 anos (76/77 e 77/78) cerca de 2 milhões de contos em melhoramentos fundiários e equipamentos sociais, cabendo em 1977 ao autofinanciamento três quartos desses investimentos.

E todo este esforço gigantesco traduziu-se no desaparecimento do desemprego e num melhoramento notável das condições de vida dos trabalhadores, das suas famílias, dos seus filhos, assim como das pessoas de idade.

Nos antigos latifúndios, o desemprego e a miséria eram gerais. Nada era feito para o bem-estar dos trabalhadores.

Com a Reforma Agrária, o desenvolvimento económico, foi acompanhado de uma preocupação constante das UCPS/Cooperativas em empreender a criação de equipamentos sociais basilares.

Em 1979 foram construídas dezenas de habitações e reparadas centenas. Foram construídas mais cantinas, creches e parques infantis, centros de terceira idade, cooperativas de consumo.

É esta obra notável, consagrada na Constituição como parte integrante do regime democrático, que o Governo Sá Carneiro e as forças reacçãoárias que o apoiam querem destruir, para restaurar os latifúndios e o poder despotico dos latifundiários.

Opondo-se a tal política do ódio e da destruição, os trabalhadores defendem e defenderão o que lhes pertence, o seu pão e o pão dos seus filhos, os seus postos de trabalho, as realizações económicas e sociais que criaram com o próprio trabalho e os próprios sacrifícios e também os interesses da economia e da independência de Portugal.

A luta em defesa da Reforma Agrária identifica-se com a luta pela liberdade, a democracia e a independência nacional.

A causa dos trabalhadores, a causa da Reforma Agrária, é uma causa justa. Ela vencerá.

A ilegalidade e a violência do Governo PPD/CDS ao serviço dos latifundiários

A ofensiva brutal que o Governo Sá Carneiro está levando a cabo contra a Reforma Agrária é uma autêntica cruzada subversiva e contra-revolucionária, inconstitucional e ilegal, conduzida por um Governo usurpador do Poder.

Partidos com maioria de deputados podem ter institucionalmente o direito de constituir Governo. Mas não têm direito de tomar decisões arbitrarias e prepotentes, de violar a Constituição e as leis.

As ilegalidades do Governo abrangem praticamente todas as decisões e actividades do MAP em relação com a Reforma Agrária.

Não são ouvidos os trabalhadores. Aceitam-se como certas as declarações falsas dos agrários sem se exigir qualquer prova. Impede-se a colheita dos frutos pendentes. Não se indemnizam as UCPS/Cooperativas pelas benfeitorias. Roubam-se gados, máquinas, alfaias, instalações, searas e outros bens pertencentes aos trabalhadores.

O Governo corta o crédito às UCPS/Cooperativas, não paga mais de 1 milhão de contos que lhes deve, mas tem 700 000 contos para emprestar ao presidente da CAP, 90 000 contos para a família Lva e muitos outros milhares de contos a agrários absenteistas e a filhados polticos.

Mas de todas as monstruosas ilegalidades praticadas pelo Governo PPD/CDS, a chamada atribuição de reservas procura atingir a Reforma Agrária no que é a sua base essencial e a sua própria razão de ser: a terra.

A atribuição de reservas é todo um rol de ilegalidades e actos arbitrários, com violações constantes da Constituição, das leis gerais do País, da própria Lei Barreto.

São atribuídas reservas de 70 000, 100 000 e mais pontos a absenteistas.

São atribuídas reservas sem provas de que anteriormente os agrários exploravam directamente as terras.

São atribuídas muitas reservas a contituais que, todos em conjunto, só teriam direito a uma.

São atribuídas reservas a pseudo rendeiros.

São atribuídas reservas na base de documentos falsificados, por vezes pelos próprios funcionários do MAP.

O caso de Santana do Campo (aqui no concelho) é um caso escandaloso cheio de irregularidades e que mostra como o único propósito do Governo é destruir as UCPS/Cooperativas e restaurar os latifúndios e os latifundiários.

Queremos aqui expressar a nossa inteira solidariedade aos trabalhadores da UCP Santana do Campo e o nosso inteiro apoio à sua justa luta contra as revoltantes decisões e acções ilegais e escandalosas do MAP.

O abuso e usurpação de Poder por parte do Governo Sá Carneiro aparece também com evidência na atitude do Governo perante os tribunais.

Quando os trabalhadores recorrem aos tribunais e os tribunais dão razão aos trabalhadores contra o Governo, o Governo em rebelião desobedece às decisões dos tribunais, como é o caso da Herdade do Painho da Cooperativa 1.º de Maio de Avis.

Todos nos lembramos que a UCP 1.º de Maio de Avis

recorreu contra a entrega da reserva na Herdade do Painho. O Supremo Tribunal Administrativo ordenou em 17/1/80 a suspensão da execução do despacho de 27/7/79 do secretário de Estado, Goulão. Mas com o Governo Sá Carneiro, o MAP e os agrários apoiados por um forte contingente da GNR tomaram de assalto a herdade.

O Governo vai ao ponto de entregar reservas na base de despachos revogados pelo próprio MAP e de que o MAP, com decisões juridicamente inexistentes, pretende repor novamente a validade.

Em 26 de Setembro de 1979 foi revogado pelo MAP o despacho que atribuiu a Maria Ana Barradas de Carvalho uma reserva na UCP 1.º de Maio. Mas a 28 de Janeiro a reserva foi entregue pelo Governo Sá Carneiro.

Em 29 de Novembro de 1979 foi revogado um despacho que atribuía a José M.B. Coutinho uma reserva na UCP «Liberdade do Povo» de Veiros. Mas a 28 de Janeiro a reserva foi entregue pelo Governo Sá Carneiro.

Em 7 de Dezembro foi revogado um despacho que atribuía a Francisco Capião uma reserva na UCP «Colina Vermelha» do Montfote. Mas a 30 de Janeiro a reserva foi entregue.

Em 10 de Dezembro foi revogado um despacho que atribuía a Luís Dias Coutinho uma reserva na UCP «Santo Aleixense», de Santo Aleixo. Mas a 28 de Janeiro a reserva foi entregue.

Em 8 de Novembro foi revogado o despacho que atribuía a Manuel Zacarias uma reserva na UCP «Sete Estrelas», de Fronteira. Mas a 30 de Janeiro a reserva foi entregue.

Todas estas decisões do Governo Sá Carneiro são juridicamente inexistentes. Aqueles a quem foram atribuídas as reservas em tais condições de ilegalidade não têm qualquer direito a ocupar as terras respectivas. Em tais condições, são os trabalhadores que têm pleno direito a retomar as terras que lhes foram ilegalmente arrancadas.

As decisões do Governo são de tal forma revoltantes, encontram pela frente uma resistência tão generalizada dos trabalhadores e das massas populares em geral, que só pela violência mais brutal conseguem ser aplicadas.

Agora as decisões do Governo não são apenas apoiadas pela GNR. Agora os funcionários do MAP aparecem com bandos de agrários e mercenários armados, protegidos pela GNR. Agora os agrários apontam pistolas contra os trabalhadores e disparam as armas como sucedeu na Cooperativa «Santana do Campo» (aqui no concelho de Arraiolos) e na Herdade do Painho (no concelho de Avis).



O Governo acusa os trabalhadores e aqueles que os apoiam de «desobediência à lei».

Mas, como vemos, quem desobedece à lei a começar pela Lei Fundamental do País — a Constituição, é o próprio Governo Sá Carneiro.

Uma tal política está irremediavelmente condenada ao fracasso.

Assim como sucedeu com Mota Pinto, assim também Sá Carneiro acabará por ir para a rua.

Contra a Constituição o Governo restaura os latifúndios

Na sua desvergonhada demagogia, o jornal fascista «O Dia» (23/2/80) proclama que o Governo Sá Carneiro está a entregar as terras «aqueles que efectivamente a trabalham!».

Será que o médico José Joaquim Costa, arrendatário absenteista que vive em Lisboa, trabalhará efectivamente a terra das reservas que lhe foram ilegalmente atribuídas na «Unidade de Trabalhadores» de Campo Maior?

Ou irá a senhora Maria Aguiar trabalhar o olival na Herdade do Comandante e Bichos arrancado ilegalmente à UCP e onde esta tinha feito importantes investimentos?

Ou o médico Barbas, absenteista em Elvas, trabalhará as propriedades Buque, Arrancadeira, Alagoeira e Arquinho que ilegalmente lhe foram atribuídas como reservas?

Ou trabalhará as terras o agrário absenteista Augusto Caldeira, que se encontra no Brasil e a quem foram atribuídas as Herdades Rocas e Atalaia do Gato?

Ou irá, a senhora Sofia Teles da Gama Miral, de 81 anos, trabalhar efectivamente as terras das várias herdades que lhe foram legalmente entregues, talvez por ser familiar próxima do chefe dos serviços do MAP?

O que o Governo PPD/CDS está fazendo é entregar a terra (já entregue mais de 15 000 hectares) a exploradores e parasitas, a grandes proprietários ou rendeiros absenteistas.

O que o Governo PPD/CDS está fazendo é procurar deliberadamente destruir e liquidar as UCPS e Cooperativas, destruir e liquidar a Reforma Agrária, que, entretanto, é parte integrante do regime democrático português.

O que o Governo está a fazer é pura e simplesmente a restauração dos latifúndios que a Constituição expressamente proíbe.

Há famílias de latifundiários que já receberam totalmente o em grande parte as terras que tinham antes da Reforma Agrária.

Os Dias Coutinho já receberam como reservas mais de 1632 hectares, com 280 000 pontos, para além de milhares de hectares que possuem noutros distritos.

Os Ramos de Magalhães já receberam 2209 hectares como reservas além de outras terras que possuem.

Nas terras das cooperativas «Figueira e Barros», «4 de Março» e «5 de Outubro» foram entregues 3 reservas a 3 irmãos, com um total de 2500 ha e 336 000 pontos!

A família Lino Neto já recebeu 2500 hectares. A família Moreno Neves 3600 hectares. A família Costa Pinto mais de 5000 hectares. A família Drago 2500 hectares. A família Munteira 2759 hectares. E assim por diante, os Telles da Gama, os Rocas de Pinho, os Vaz Freire, os Barradas de Carvalho, os Praça-Cunhal, os Henriques da Silva, os Mirrado, os Mexias e os muitos outros.

E tratando a restauração dos latifúndios é sem sombra de dúvida inconstitucional e ilegal. Os despachos que atribuem tais reservas estão feridos de insanável nulidade.

No dia em que a legalidade constitucional, a legalidade democrática, seja restabelecida, nenhum desses despachos poderá ser considerado como válido. A sua nulidade deverá ser declarada e as terras deverão voltar para a posse das UCPS/Cooperativas às quais foram ilegalmente subtraídas.

Os pequenos agricultores aliados dos trabalhadores agrícolas

Tentando ocultar a natureza e os objectivos da sua política o Governo e as forças reacçãoárias que o apoiam proclamam aos quatro ventos que a sua ofensiva contra as UCPS/Cooperativas é para assegurar uma Reforma Agrária em proveito dos pequenos agricultores.

Por isso, torna-se necessário dirigir aqui algumas palavras aos pequenos agricultores.

O que pretende o Governo PPD/CDS com esta demagogia?

O Governo afirma que quer distribuir terras aos pequenos agricultores. Mas o que o Governo pretende não é assegurar aos pequenos agricultores mais terras, mas apenas enganar os pequenos agricultores, servir-se dos pequenos agricultores contra as UCPS/Cooperativas, obter assim contra a Reforma Agrária, o apoio interessado e egoísta de certos pequenos agricultores que se deixam enganar.

O que o Governo pretende é encobrir a restauração dos latifúndios, a entrega das terras aos grandes agrários e capitalistas, declarando que as terras estão a ser entregues não aos agrários e capitalistas, mas aos pequenos agricultores.

Que se trata duma grosseira manobra política ao serviço dos agrários fica evidente na intervenção directa dos partidos reacçãoários nesta ofensiva.

Assim, em vários concelhos (e é o caso de Arraiolos) as organizações do PPD e do CDS, os partidos dos grandes

latifúndios estão-se dirigindo directamente a pequenos agricultores incitando-os a inscreverem-se para lhes serem entregues terras das UCPS/Cooperativas.

E como se uma quadrilha de gatuons distribuisse profusamente umas migalhas dos roubos para que os acceitantes, feitos cúmplices, como receptadores passassem a estar materialmente interessados na defesa da totalidade dos roubos.

Estamos, porém, certos que os pequenos agricultores não se deixarão enganar nem arrastar por estes processos ilegais, indignos e fraudulentos dos salteadores da Reforma Agrária.

Os pequenos agricultores sabem bem que o PPD, o CDS e os outros partidos reacçãoários são os partidos dos latifundiários, das grandes famílias dos proprietários capitalistas.

Sabem que o Governo Sá Carneiro é um governo que tem como objectivo a restauração dos latifúndios e do despotismo dos latifundiários.

Os problemas e a sorte dos pequenos agricultores nunca interessaram nem interessam ao PPD e ao Governo Sá Carneiro, (como antes ao Governo Mota Pinto) assim como à CAP do fascista Casqueiro.

Se os pequenos agricultores atravessam grandes dificuldades isso deve-se precisamente à política desses partidos, dessas forças e desses governos. A eles se devem os preços não compensadores dos produtores agrícolas. A eles se deve o alto preço dos adubos e do gasóleo. A eles se devem as dificuldades de escoamento dos produtos. A eles se deve a importação do vinho e da batata dificultando a venda e evitando os preços pagos ao pequeno produtor. A eles se deve a protecção e os grandes lucros permitidos aos especuladores intermediários. A eles se devem as dificuldades e o alto preço do crédito. A eles se deve a falta de apoio técnico.

Os grandes agrários e os grandes capitalistas, inimigos dos trabalhadores, são também os inimigos dos pequenos agricultores.

Incitando sentimentos egoístas querem agora servir-se dos pequenos agricultores contra a Reforma Agrária. Mas, segundo o seu plano, se conseguissem destruir a Reforma Agrária, terras arcareiam aos pequenos agricultores as migalhas de terras distribuídas, como já na história do Alentejo isto aconteceu.

Os pequenos agricultores sabem, por experiência própria, que não são muitos milhares entraram em UCPS/Cooperativas, como também que, em numerosos casos, as UCPS/Cooperativas lhes prestaram ajuda directa, com máquinas, trabalho, ajuda no escoamento dos produtos.



Se o Governo quer distribuir terras aos pequenos agricultores, tem muita terra dos latifúndios a distribuir! Não as terras das UCPS/Cooperativas, que são cultivadas pelos trabalhadores e devem continuar a ser cultivadas pelos trabalhadores. Em vez de roubar as terras às UCPS/Cooperativas, exproprie os 700 000 hectares de terras expropriáveis segundo a própria lei actual e já terá muita terra para distribuir pelos pequenos agricultores.

Os pequenos agricultores e os trabalhadores agrícolas estão igualmente interessados na luta contra o Governo PPD/CDS, na luta contra a restauração dos latifúndios e do despotismo dos latifundiários, na defesa da Reforma Agrária.

Aqui fazemos um apelo para que a aliança e a acção comum dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores em defesa dos seus interesses vitais e comuns se tome indelével.

A luta dos trabalhadores no quadro da legalidade constitucional

A reacção pensava que, uma vez formado um Governo PPD/CDS, embora dispo de uma frágil e passageira maioria na Assembleia da República, poderia sem mais dificuldades levar por diante o seu plano inconstitucional, ilegal e subversivo contra os interesses e direitos vitais do Povo português, contra as conquistas de Abril, contra o próprio regime democrático.

Enganou-se.

Por todo o País, alastra a onda de descontentamento e indignação contra a política do Governo Sá Carneiro. Contra o congelamento da contratação colectiva. Contra os novos brutais aumentos dos preços. Contra a declaração de grandes empresas nacionalizadas como «empresas em crise», para justificar a imposição duma maior exploração dos trabalhadores e para abrir caminho a uma reprivatização. Contra a criação inconstitucional dos bancos e das companhias dos seguros privados. Contra a alienação dos bens das empresas nacionalizadas. Contra o verdadeiro assalto dos homens do antigo regime aos órgãos de comunicação social e a todo o aparelho do Estado.

É uma onda que alastra impetuosamente com a participação de centenas e centenas de milhares de trabalhadores, de pequenos e médios agricultores, de intelectuais e quadros técnicos, de mulheres e de jovens. São greves com participação maciça, são manifestações, são plenários, são assembleias, são diligências, são reclamações junto dos órgãos de soberania.

É sintomático que os lutaram muitos milhares de portugueses que, desinformados, enganados ou sujeitos a ameaças e pressões, votaram na Aliança reacçãoária, mas que decerto não voltarão a votar nela.

O Governo Sá Carneiro e os reacçãoários que o apoiam são eles próprios e só eles os responsáveis pelo rápido e inevitável agravamento dos conflitos e tensões sociais.

Mas, como é próprio dos reacçãoários, incapazes de darem soluções políticas aos problemas, defrontando a legítima resistência popular, atribuem a responsabilidade dos conflitos sociais aos trabalhadores e designadamente aos comunistas.

Assim, no que respeita à Reforma Agrária, o Governo e as forças reacçãoárias acusam os trabalhadores e os comunistas de uma campanha de «desobediência», de «resistência à lei», e vão mesmo ao ridículo de repetir os fantasmas da «criação de uma situação pré-insurreccional».

A verdade é que os trabalhadores da reforma Agrária, assim como todo o movimento operário e popular, assim como os comunistas, desenvolvem a sua luta no quadro rigoroso da Constituição, da legalidade e da ordem democrática.

Quem viola a Constituição e a legalidade democrática é o próprio Governo e as forças reacçãoárias que o apoiam. Os trabalhadores têm pleno direito em defender as suas terras de que são ilegalmente esbulhados.

Têm pleno direito em defender os gados que criaram e as máquinas que compraram.

Têm pleno direito a colher os frutos pendentes ou a receber no imediato indemnização correspondente.

Têm pleno direito a tratar de culturas que iniciaram e que correm o risco de se perderem pelo criminoso abandono a que as votam os ilegais reservatórios.

É um direito inalienável dos trabalhadores oporem-se à execução de decisões de medidas inconstitucionais e ilegais, de mero arbítrio, prepotência e abuso do Poder.

Em contraste com a violência, a ilegalidade, a arrogância, as provocações do Governo, dos agrários, dos reacçãoários, os trabalhadores da Reforma Agrária estão dando um extraordinário exemplo não apenas de coragem, mas de consciência política, cívica e patriótica.

Só uma tal consciência explica que, perante uma tão brutal e criminoso ofensiva, perante os roubos e esbulhos diários de terras, gados máquinas e outros bens, perante as ameaças de novos roubos e esbulhos, os trabalhadores da Reforma Agrária, não só façam concentrações, não só reclamem, não só resistam no quadro das instituições às ilegalidades e abusos do Poder, não só recorram aos tribunais, como prosseguem tenazmente os trabalhos agrícolas, com os pés bem firmes da realidade presente e com os olhos confiantes postos no futuro.

Quero aqui felicitar, em nome do CC do Partido, os trabalhos do Encontro das Culturas da Primavera realizado em Avis em 2 de Fevereiro de 1980 com a participação de mais de 1000

trabalhadores e técnicos, assim como o Plenário de Grândola e outras iniciativas das UCPS/Cooperativas para examinar os problemas da Reforma Agrária e impulsionar a produção nas circunstâncias presentes.

Sim, camaradas. Sob o fogo da ofensiva reacçãoária há que prosseguir sem desfalecimentos o trabalho e a produção.

Há que vencer quaisquer manifestações de derrotismo e desânimo. Há que resistir à fácil tentação de vender gados ou de distribuir os fundos das UCPS/Cooperativas.

Há que tudo fazer para aumentar a produção. Para alargar a área de regadio, designadamente a cultura do arroz e tomate. Para intensificar a produção de forragens. Para prosseguir o desenvolvimento pecuário. Para aperfeiçoar os cuidados sanitários. Para assegurar o melhor possível a comercialização dos produtos.

Há que insistir sempre e sempre na defesa e na realização das obras sociais que são o orgulho da Reforma Agrária: os parques infantis, as creches, os centros de terceira idade, as novas habitações.

Sim, camaradas. Os momentos são difíceis. Mas é necessário conservar toda a força dos braços, toda a clareza do entendimento, toda a confiança no coração.

Para se vencer é necessário conservar sempre, mesmo nas horas mais difíceis, a confiança na vitória.

A Reforma Agrária confia. A Reforma Agrária vencerá.

O PCP hoje e sempre com a Reforma Agrária

Desde os gloriosos dias de 1975 em que os trabalhadores se lançaram à ocupação e cultivo das terras abandonadas dos latifúndios, a Reforma Agrária tornou-se um processo histórico irreversível.

A Reforma Agrária tem conhecido e está conhecendo criminosas ofensivas dos seus inimigos. Tem conhecido e está conhecendo dificuldades reais. Tem atravessado e está atravessando sérios perigos.

Estamos, porém, profundamente convencidos de que essas ofensivas serão contidas e sustidas, as dificuldades serão ultrapassadas, os perigos afastados e, com a luta firme dos trabalhadores, a Reforma Agrária alcançará a vitória final.

Não há hoje nenhuma força política que não fale em nome da Reforma Agrária.

Até as forças reacçãoárias (o PPD, o CDS, o micro PPM, a CAP) é em nome da Reforma Agrária que actuam criminosamente para a sua liquidação.

O PS pronuncia-se hoje contra a política do MAP. Não se pode esquecer, é certo, que foi o governo PS que lançou a primeira grande ofensiva contra a Reforma Agrária e foi o governo PS e o então seu ministro da Agricultura, Barreto, que aprovou juntamente com os partidos reacçãoários a lei contra a Reforma Agrária.

Mas, se os socialistas reconhecerem o seu erro e se decidem hoje a actuar em defesa da Reforma Agrária, nós saudamos uma tal posição e apelamos para que juntem a sua acção à acção dos trabalhadores, à acção dos comunistas em defesa da Reforma Agrária.

O que não é possível, camaradas, é por um lado apoiar a Reforma Agrária e por outro lado fazer campanha contra o PCP — porque de todas as forças políticas, uma única se mantém hoje, como esteve sempre, com os trabalhadores, com a causa da Reforma Agrária — o Partido Comunista Português.

Para que a Reforma Agrária se tivesse tomado uma exaltante realidade, milhares de comunistas, vanguarda dos trabalhadores, arrostraram perseguições, torturas e prisões. Muitos comunistas regaram com o seu sangue as terras alentejanas e ribatejanas, para que nelas a Reforma Agrária viesse a florir.

Uma vez mais aqui queremos afirmar que nós, os comunistas, estamos hoje, como sempre, determinados a prosseguir o combate e prosseguiremos o combate até ao triunfo final da Reforma Agrária.

Lutamos e lutaremos pela reposição dos legítimos direitos dos trabalhadores das UCPS/Cooperativas às terras e outros bens que lhes têm sido ilegal, arbitrariamente e violentamente arrancados.

Os trabalhadores não aceitam nem aceitarão como facto consumado e definitivo os roubos das terras, dos gados, das máquinas, das alfaias, das benfeitorias, das colheitas, do produto do seu trabalho.

As decisões e medidas inconstitucionais e ilegais do Governo são nulas por sua natureza e não serão aplicadas.

Aqui, na terra alentejana, martirizada e heróica, uma vez mais afirmamos que o PCP não poupará esforços e energias para que sejam rectificadas todas as decisões inconstitucionais, arbitrarias e ilegais, para que voltem ao poder dos trabalhadores das UCPS/Cooperativas as terras, os gados, as máquinas, as instalações, os bens, de que foram criminosamente esbulhados!

Lutamos e lutaremos para que seja revogada a celerada Lei Barreto, lei de destruição da Reforma Agrária, e para que seja substituída por uma outra lei, conforme com os preceitos constitucionais.

A vida mostrou que o PCP tinha plena razão quando em 1977, desmascarando a política agrária do governo PS e do seu ministro da Agricultura, António Barreto, apontou o significado e o objectivo contra-revolucionário de tal lei, chamada hypocritamente «Lei das Bases da Reforma Agrária», mas efectivamente «Lei das Bases da destruição da Reforma Agrária».

Aqui, na terra alentejana, martirizada e heróica, uma vez mais afirmamos que lutaremos sem descanso até que a lei Barreto seja revogada e substituída por uma verdadeira lei da Reforma Agrária.

Lutamos e lutaremos para que, sustida definitivamente a ofensiva contra-revolucionária, a Reforma Agrária retome o seu normal e histórico desenvolvimento até à liquidação completa dos latifúndios e da exploração e do despotismo dos latifundiários e à entrega da terra a quem trabalha.

Um testemunho, um grandioso testemunho em Arraiolos e Campo Maior

Arraiolos e Campo Maior: duas vilas do Alentejo distantes entre si uma escassa centena de quilómetros, dois dos concelhos da terra alentejana, onde depois de os trabalhadores terem destruído, heróicamente, o latifúndio, defendem hoje, com igual ou maior empenho, essa mais bela conquista da Revolução de Abril — a Reforma Agrária. Nessas duas vilas alentejanas, os seus trabalhadores deram, no passado domingo, mais um testemunho, enorme testemunho, da sua firme disposição de enfrentarem e derrotarem a ofensiva daqueles que querem fazer regressar ao Alentejo o terror, a fome, o desemprego e a miséria. Foram muitos os milhares que participaram nos dois comícios organizados pelo Partido Comunista Português, naquelas duas localidades, a que esteve presente o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

Chovia às primeiras horas da tarde de domingo, no Largo do Jardim, em Arraiolos. Debaixo de chapéus de chuva, protegidos por capas de plástico transparente, homens, mulheres e jovens vindos dos quatro cantos do concelho, desciam compactamente as ruas que conduzem ao Largo do Jardim. Aqui o espaço ia sendo cada vez mais pequeno, a multidão ia aumentando, indiferente à chuva grossa que fustigava Arraiolos às primeiras horas da tarde.

Se nós trabalharmos debaixo de grandes chuveiras, então eram estes pingos que nos iam impedir de estar no comício do nosso Partido? — ouviam-se homens, mulheres e jovens dizer constantemente, enquanto muitos outros vinham descendo as ruas que conduzem ao Largo.

A certeza do trabalho e da luta

Os momentos que antecediam o início do comício eram aproveitados. Aqui e ali, grupos de pessoas faziam relatos da resistência que, por todo o Alentejo, se ergue à ofensiva contra a Reforma Agrária; além, dois operários industriais trocavam impressões sobre matéria sindical, marcavam reuniões de trabalho; aqui, ali e além, os trabalhadores de Arraiolos falavam dos problemas do Portugal de hoje, que vão resolver para construir o Portugal de amanhã.

E, de repente, o fim de todas as conversas naquele Largo da vida democrática, e um nascente entusiasmo, expresso em palmas quentes batidas por mãos molhadas e enregeladas, a confiança demonstrada no agitar das bandeiras vermelhas: o secretário-geral do PCP acabava de chegar ao recinto improvisado do comício.

Para a tribuna montada em cima de um atrelado foram sucessivamente chamados representantes das UCPs e cooperativas do concelho e dirigentes locais do Partido. Um membro da Comissão Concelhia

de Arraiolos do PCP toma então a palavra para falar dos crimes que o MAP do Governo Carneiro/Amaral tem vindo a cometer contra a Reforma Agrária naquele concelho. Mas fala também da heroica resistência dos trabalhadores, do elevado exemplo de coragem política, cívica e patriótica que — conforme depois acentuaria o camarada Álvaro Cunhal na sua intervenção

Crianças e flores

Foram dezenas os ramos de flores que crianças ofereceram ao camarada Álvaro Cunhal no decorrer do comício em Campo Maior. A madeira do tampo da mesa depressa desapareceu, completamente tapada por centenas de cravos vermelhos e outras flores dadas ao secretário-geral do PCP por mãos de crianças.

Flores e crianças da zona da Reforma Agrária: duas realidades pelas quais os comunistas lutaram, lutam e lutarão. Para que os cravos da Reforma Agrária não murchem; para que as crianças da Reforma Agrária floresçam numa vida melhor, sem fome nem miséria.

— os trabalhadores da Reforma Agrária estão dando.

Depois, a intervenção do camarada Álvaro Cunhal — que transcrevemos noutra local. Palavras de saudação aos trabalhadores de Arraiolos, particularmente aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas, palavras exortando os presentes a prosseguirem sem desfalecimentos o trabalho e a luta por um Alentejo novo, por um país novo. Palavras que, ali, à terra alentejana martirizada e heroica, levaram a orientação do PCP, a análise do Partido sobre a actual situação e as perspectivas que se abrem.

Palavras muitas vezes interrompidas por aplausos e por outras palavras ditas a uma só voz, como quem lutando afirma, por isso mesmo, que «a luta continua!».

E no final do comício, duas certezas: uma, expressa pelo camarada Álvaro Cunhal; a outra, uma vez mais reafirmada por aqueles milhares de pessoas. A primeira, a afirmação do

empenhamento do PCP, dos comunistas, que tudo farão e não pouparão esforços para que a Reforma Agrária seja defendida, para que os restantes trabalhadores continuem, por todo o País, a manifestar a sua solidariedade de combate aos heróicos trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo. A segunda, a disposição de trabalho e de luta bem patente naqueles rostos, naquelas palavras, naquele comício em que milhares de pessoas, enfrentando a chuva, quiseram estar presentes. Como quem luta. Como quem quer fornecer um testemunho, um enorme testemunho.

Outro enorme testemunho

Outro testemunho, outro enorme testemunho foi dado em Campo Maior, horas depois, a pouco mais de cem quilómetros de distância, debaixo da mesma chuva, mas

de plástico, muitas centenas de pessoas aguardavam o automóvel em que o camarada Álvaro Cunhal se deslocou. Momentos antes, um outro automóvel, com instalação sonora, avisava toda a gente que «o camarada Álvaro Cunhal secretário-geral do PCP acaba de dar entrada em Campo Maior».

Com palmas e expressões de alegria nos olhos, centenas de pessoas — principalmente mulheres acompanhadas de crianças — abandonavam os passeios e vieram para a estrada. O secretário-geral do PCP teve de sair do carro e dirigiu-se a pé para o local do comício, acompanhado pelo camarada Francisco Miguel. Também aqui, em Campo Maior, um representante da Comissão Concelhia local falou da resistência dos trabalhadores à ofensiva contra a Reforma Agrária, falando também da intensa actividade desenvolvida em todos os campos pelo Partido. E, depois de um representante da JCP ter lido uma saudação, o camarada Álvaro Cunhal, falando de improviso, abordou os principais temas da actualidade política, onde a resistência dos trabalhadores à ofensiva contra a Reforma Agrária — que é uma ofensiva contra Portugal de Abril — foi tema dominante.

E foi com uma visita ao Centro de Trabalho do PCP em Campo Maior que esta deslocação do camarada Álvaro Cunhal àquelas duas terras alentejanas terminou. Terminou, deixando bem vivo em todos os que nela participaram que não há força capaz de destruir a vontade e a determinação de quem, como aqueles milhares de pessoas em Arraiolos e em Campo Maior, tudo estão dispostos a enfrentar para afirmar colectivamente a sua vontade de prosseguir Abril.

rodeado pelo mesmo entusiasmo, pela mesma confiança, e por que não afirmá-lo, pela mesma alegria.

À entrada da vila, debaixo de outros chapéus e de outras capas

Uma família

No meio do Largo do Jardim, em Arraiolos, ao lado de outros homens e mulheres, outros jovens e crianças, estão quatro pessoas. Ouvem atentamente as palavras do camarada Álvaro Cunhal, deslocam-se para um lado e para o outro para, por entre os guarda-chuvas abertos, poderem ver a tribuna em que se encontra o secretário-geral do PCP.

O homem está à chuva. A mulher, numa das mãos, segura sobre si o guarda-chuva do homem, enquanto protege contra si o corpiço da sua filha de dois, três anos. A outra mão, maternalmente, segura parte do seu casaco comprido, debaixo do qual outra filha, oito, nove anos, se protege da chuva.

Aí está, no meio do Largo do Jardim de Arraiolos, uma família. Que, por acreditar que o futuro se constrói, desceu à rua naquela tarde invernal. E que, certamente, regressou a casa confiante na vitória que o trabalho e a luta acabarão por conquistar.

Foi uma imagem fixada no comício de Arraiolos: imagem que se poderia multiplicar por mais imagens, testemunhos de firmeza, determinação e confiança.



Entre os 3 meses e os 15 anos 13 crianças contêm-se entre as vítimas deste Governo de desastre nacional

NÃO!

Na manhã do dia 21 de Fevereiro, funcionários do MAP acompanhados pelo agrário José Aires Mateus e escoltados por forças da GNR e 15 arruaceiros, invadiram a área da Cooperativa de Produção Agro-Pecuária «3 de Outubro», a fim de imporem a demarcação de uma reserva de 70 mil pontos. Com a anuência da GNR, cuja força era comandada pelo capitão Saturnino, as habitações dos trabalhadores na herdade da Ameira foram arrombadas, sendo despejadas dos seus lares as oito famílias cujos agregados familiares totalizam 15 adultos e 13 crianças com idades compreendidas entre os 3 meses e os 15 anos, sendo um deles deficiente físico e mental.

Os haveres dos trabalhadores despejados foram transportados pelos arruaceiros para um monte em ruínas, onde os amontoaram de qualquer maneira, ficando grande parte deles quebrados e à chuva. Inconformados, os trabalhadores voltaram, porém, a ocupar as casas de onde tinham sido desalojados. Pouco tempo aí ficaram, porém: na manhã de sexta-feira foram novamente expulsos e as suas mobílias metidas em atrelados levadas para debaixo dos sobrelhos e aí descarregadas à báscula e destruídas. Antes desta última intervenção na herdade da Ameira, um dos cooperantes foi chamado ao posto e ali informado de que, no sábado, funcionários do MAP procederiam à desocupação das casas. Tratava-se de uma informação errada pois, desta vez, só participaram no selvático acto os laçaios do agrário, com o apoio de uma força da GNR, não se encontrando presente nenhum funcionário governamental.

Aterrizadas com o aparato policial que rodeou a intervenção, quatro crianças, uma das quais com dois anos, outra com nove e as restantes com 11, fugiram por montes e vales, até Alvalade-Sado, percorrendo mais de cinco quilómetros.

Durante a operação, alguns soldados da GNR não esconderam as lágrimas que lhes enchiam os olhos, chegando um deles a afirmar que estava ali porque era obrigado.

Durante a acção desencadeada pelos arruaceiros a soldo do agrário José Aires Mateus e a coberto da força policial, foram roubados aos trabalhadores objectos de ouro e outros valores. Cinco galinhas, dois galos, dois perus e cinco pombos serviram de repasto aos assaltantes, que deixaram as cabeças dos animais como troféu da sua «vitória».

A maior parte dos géneros alimentícios, que os trabalhadores tinham nas suas casas desapareceram ou ficaram estragados. Os bens que se encontravam numa cantina instalada pelos cooperantes também não escaparam à fúria dos saqueadores, que deixaram autocolantes da «AD», colados por todo o lado onde passaram.

O agrário José Aires Mateus renunciou por escrito, em 1975, ao direito de reserva, decisão comprovada por carta escrita à mão de 16 de Outubro de 1975 e recebida nos serviços do MAP dois dias depois.

A imposição da reserva verifica-se apesar de ter sido interposto no Supremo Tribunal Administrativo recurso contencioso do despacho que a determinou.

No tempo do agrário, eram semeados, na herdade da Ameira, 30 hectares de regadio, trabalhados por seareiros e 50 ha pelo próprio. A cooperativa cultivava 50 ha de regadio e 420 ha de sequeiro. No montado onde, antigamente, cresciam estevas, os trabalhadores fazem 350 ha de forragem e trevo subterrâneo. Depois do assalto contra os trabalhadores da «3 de Outubro» a população de Alvalade-Sado e Ermidas, desloca-se constantemente à cooperativa para prestar auxílio e manifestar a sua solidariedade às famílias agora desalojadas.



Não se limitaram a destruir, roubaram, também



Apesar de o agrário ter renunciado por escrito ao direito de reserva

Na resistência e na solidariedade a certeza da vitória

A resistência dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos à brutal ofensiva que se abate sobre a Reforma Agrária tem assumido nova intensidade, ao mesmo tempo que se amplia a camadas de trabalhadores e da população não directamente envolvidos no processo produtivo das UCPs/Coop. Os resultados desta heroica luta estão à vista: às tentativas de destruição do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, aos actos inqualificáveis de vandalismo, de brutalidade, de repressão, aos bandos de agrários, ao dispositivo de forças da GNR, de que o cerco de dias a Pias é uma insólita violência, responde a luta e uma resistência de massas que as dificuldades parecem tomar ainda mais firme, mais sólida. E mesmo quando a força dos homens não é bastante para deter as lágrimas que lhes vêm ao ver o produto do seu trabalho espezinhado, destruídas culturas e gados roubados e soltos por agrários, mesmo assim a resistência dos trabalhadores alarga-se, é maior a sua determinação, repõem a aventura e a provocação e afirmam cada vez com maior vigor a sua organização para a luta.

É preciso, é urgente que cada vez mais e de forma mais pública se multipliquem as acções de solidariedade em torno da Reforma Agrária! O combate que em terras do Alentejo e do Ribatejo hoje se trava em defesa das UCPs/Coop.

Quem poderá ficar indiferente?

Quem poderá ficar indiferente ao ver as mulheres trabalhadoras na Reforma Agrária, as primeiras a serem lançadas no desemprego, as primeiras a sentirem a dor da fome dos filhos, as lágrimas, o modo das crianças que vêm, como em Serpa e em Pias, as vilas cercadas, quase em Estado de sítio, e nas terras roubadas, o abandono, a desolação?

Quem poderá ficar indiferente às rusgas apoiadas por um forte aparelho intimidatório por terras das Cooperativas — caso da Bento Gonçalves e da Joaquim Salvador do Pomar

— em busca de gado comprado à custa do suor dos trabalhadores para o dar de mão beijada aos agrários? Quem poderá ficar indiferente a actos de vandalismo nazi como os que ocorreram em Alvalade-Sado, na Cooperativa 3 de Outubro, onde, depois de um banquete com aves de criação da Cooperativa, agrários cortaram o pescoço às aves que não cooperam? E na mesma cooperativa, agrários e guardas arrombaram as portas das casas dos trabalhadores, pondo as mobílias na rua, espezinhando as roupas, e deitando baldes de água para o interior das casas? Quem pode ficar indiferente ao saber que quando os trabalhadores regressaram a suas casas e as arrumaram, guardas invadiram de novo as habitações, despejaram as mobílias e foram lançadas por ribanceiras, destruindo-as completamente ao mesmo tempo que expulsaram os moradores entre os quais 13 crianças?

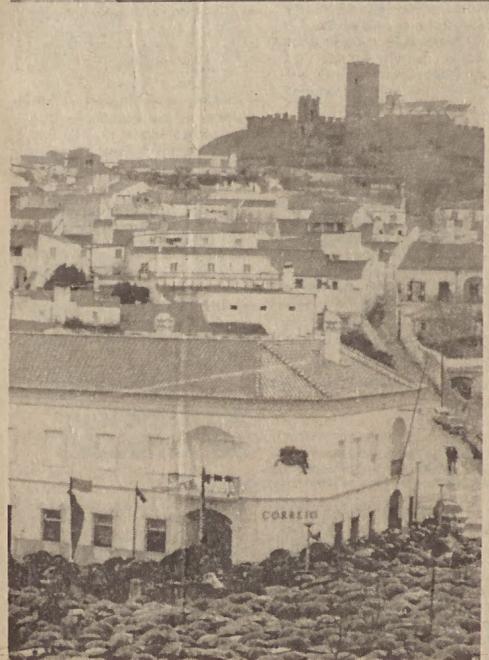
Quem poderá ficar indiferente aos tremendos saques feitos por mando deste Governo que roubou mais de 20 000 hectares de terras às UCPs/Coop., milhares de cabeças de gado, centenas de máquinas? Ou ainda às rusgas a outras herdades feitas por centenas de guardas que andam em busca de mais gado para os agrários, como está a suceder na Cooperativa

Bento Gonçalves, em Montemor-o-Novo, cooperativa dramaticamente atingida no ano passado pela morte de dois trabalhadores cujos assassinos continuam à solta? Ou ainda ao julgamento de 14 trabalhadores da Herdade D. Joana, em Campo Maior, cujo «crime» é o de lutarem para continuar a trabalhar na herdade escandalosamente cedida ao agrário (o julgamento não se realizou, pois o Tribunal de Elvas considerou não haver provas e admitiu mesmo vir a ordenar um inquérito aos acontecimentos)?

Quem pode ficar indiferente a tantos e tamanhos crimes?, clama todo o Alentejo e Ribatejo, clamam todos os trabalhadores, e as massas populares do País.

Os trabalhadores da Reforma Agrária sabem que não estão isolados na sua luta. É preciso, é urgente que a solidariedade se agigante, se atargue de Norte a Sul do País.

Álvaro Cunhal disse no passado domingo, em Arraiolos: «A ofensiva reacção será contida e derrotada. Os trabalhadores recuperarão as terras de que foram esbulhados. A luta continua. A Reforma Agrária vencerá». A heroica resistência dos trabalhadores das UCPs do Alentejo representa a comprovação prática da justiça deste caminho.



Em Campo Maior (em cima) e Arraiolos, a mesma adesão, o mesmo entusiasmo — apesar da chuva

Por proposta da APU

O nome do camarada José Magro numa rua de Lisboa

● As manobras da direita na Reunião Pública e na sessão da Assembleia Municipal

O camarada José Magro, membro do Comité Central do Partido, recentemente falecido, vai ter o seu nome numa rua de Lisboa, talvez na área de Alcântara, onde nasceu, concretizando-se assim uma proposta da Aliança Povo Unido (APU), apresentada na passada semana, na Reunião Pública da Câmara Municipal de Lisboa.

Na altura, um dos quatro vereadores da «Povo Unido» leu uma moção (aprovada por maioria) onde se salienta, nomeadamente, a «prestigiosa figura de antifascista, exemplo de denodado lutador pela liberdade e pela democracia, pelas quais se bateu desde jovem com coragem e coerência».

Apesar da oposição da APU e do PS, apenas foram lidas as propostas e alternativas relativas à ordem de trabalhos da Reunião, ficando adiados para a próxima sessão o seu debate e votação. Principalmente em relação ao debate, os representantes da «Aliança reaccio-

nária» evidenciaram uma certa afilção e receio, querendo a todo o custo fazer aprovar propostas em série, sem dar qualquer hipótese de clarificação.

Em causa estava um conjunto de questões, como a reestruturação da Comissão Municipal de Toponímia, homenagem a artistas, utilização da Praça de Luís de Camões para actividades culturais e artísticas, comemorações municipais do 25 de Abril e a criação de uma comissão para elaboração de um estudo sobre o problema da cooperação intermunicipal na área da Grande Lisboa. A todas estas propostas, a APU apresentou alternativas.

No período destinado à intervenção dos municípios, o delegado sindical dos trabalhadores da extinta Companhia Nacional de Teatro Popular expôs as preocupações pela situação de indefinição em que se encontra o problema de Teatro S. Luiz e dos com-

missos assumidos com a Companhia. A CML, foi prometido na Reunião, irá reapreciar uma anterior decisão.

Assunto a que a «Aliança reaccionária», em especial pela boca do Presidente da CML, Nuno Abecassis (CDS), não quis deixar de dar o seu relevo, foi a carta recebida na Câmara em Dezembro último, na altura em que expira o mandato do anterior executivo camarário, enviada pelo Presidente da Câmara Municipal de Praga, capital da República Socialista da Checoslováquia, que, numa atitude de cortesia, abertura à cooperação e intercâmbio entre as duas cidades e de apoio à luta pela paz mundial e o desarmamento, se dirigiu ao seu homólogo lisboeta.

Agora, o sr. Nuno Abecassis decidiu enviar uma resposta, onde, entre outras provocações e abusos, falando a torto e a direito do Povo de Lisboa, evidencia a sua «preocupa-

ção» com a «invasão» do Afeganistão... Enfim, são coisas da política de «mudança»...

Entretanto, decorreu na última sexta-feira uma sessão da Assembleia Municipal de Lisboa, no Teatro de S. Luiz, onde às numerosas intervenções e perguntas dos representantes da APU o Presidente da CML e seus colaboradores mais directos nada responderam de concreto. Como já vem sendo hábito, a fuga ao debate e ao esclarecimento, para melhor concretizarem as manobras, voltou a salientar-se nas preocupações e estratégia da «Aliança reaccionária», chegando o CDS ao cúmulo de propor 30 minutos para o período de antes da ordem do dia, período que estava programado para duas horas. A proposta do CDS não passou e nem mesmo o PPD manifestou o seu apoio à infeliz iniciativa «centrista».

O problema da Companhia

de Teatro Popular foi também tema no decorrer da sessão. Pela APU, falou Bernardo Santarém, tendo, a Assembleia aprovada (com três abstenções) uma recomendação à CML para que o executivo desenvolva «todos os esforços para se encontrar uma solução urgente para o problema do Teatro de S. Luiz e aproveitar o trabalho já realizado pela Companhia Nacional de Teatro Popular». O actor Henrique Santana, da «Aliança reaccionária», veio aprovar esta moção, apresentada por Bernardo Santarém.

Ao contrário do que estipula a Lei de Finanças Locais, a maioria de direita que existe na CML voltou a manifestar na sessão da AM a sua intenção de atribuir as verbas às freguesias não de acordo com os preceitos legais, mas através de «combinações directas dos presidentes das Juntas com a CML». Ou, como sublinhou o sr. Nuno Abecassis, «quem mais puxar pela Câmara mais terá»...



Apesar do Governo Sá Carneiro o 8 de Março será um êxito!

«Por Abril, pela Paz, pelo Progresso» eis o lema sobre o qual decorrerão, por iniciativa do MDM e do Departamento de Mulheres da União dos Sindicatos de Lisboa, as comemorações do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

«Por Abril, pela Paz, pelo Progresso» eis objectivos a defender, a ampliar, que não poderiam de modo algum ser gratos ao Governo da Aliança reaccionária. Daí que, numa atitude de franco boicote às comemorações do 8 de Março, o próprio secretário de Estado da Cultura tenha recusado aquelas organizações a possibilidade de realizarem uma semana de cinema sobre a mulher uma exposição de fotografia sobre o mesmo tema no Palácio Foz.

E esta recusa é feita à última hora, ou seja a 26 de Fevereiro, quando o pedido do cedência das instalações fora efectuado a 30 de Janeiro e o início das sessões de cinema estava programado para 3 de Março.

Mas não só de Abril, da Paz e do Progresso, tem medo o Governo da Aliança reaccionária. O que ele teme fundamentalmente é a mobilização crescente das mulheres em torno destes objectivos de luta, a sua cada vez maior participação colectiva.

Mas o 8 de Março será uma grande jornada!

Em Conferência de Imprensa realizada no início desta semana pelo MDM e o Departamento de Mulheres da União dos Sindicatos de Lisboa, Fernanda Mateus, do Secretariado Distrital do MDM, salientou que a posição do Governo merece todas as reservas, acrescentando: «Não será isso que impedirá que o 8 de Março seja uma jornada de luta por todo o país, comemorada em termos mais originais, mais vivos, do que anteriormente. Assim, no Distrito de Lisboa, da parte da manhã estarão nas ruas brigadas de mulheres distribuindo à população tarjetas, uma relativa ao Dia Internacional da Mulher e outra denunciando a política do Governo Sá Carneiro, cujas posições antidemocráticas põem em perigo a Constituição, o Código Civil, e diminuem a dignidade da mulher portuguesa. No resto do país as comemorações estão muito ligadas aos problemas concretos de cada região e como problema geral será debatida em diversos colóquios e sessões a questão do aumento alucinante do custo de vida numa perspectiva de denúncia, de esclarecimento e de preparação de acções de massas.»

Entretanto, o Governo não atingiu os seus objectivos: embora adiada para o período de 10 a 15

de Março, a semana de cinema e a exposição dedicadas à mulher vão realizar-se em sala a anunciar ainda esta semana e serão um êxito. Por outro lado, mais especificamente a nível da trabalhadora fabril, segundo informa Maria José Correia, do Departamento de Mulheres da União dos Sindicatos de Lisboa, acontecerá que «nas fábricas haverá um toque de sirene evocativo e serão distribuídos cravos às mulheres trabalhadoras».

Enfim, «Por Abril, pela Paz, pelo Progresso», o 8 de Março será entre nós mais uma jornada de luta à qual interessa incorporar mais e mais mulheres, cuja acção é decisiva para a vitória da democracia.

Noutras localidades

Um pouco por todo o País, por iniciativa de estruturas diversas — o PCP, o MDM, sindicatos, comissões de mulheres — o Dia Internacional da Mulher congregará homens e mulheres na defesa dos direitos da Mulher, no reconhecimento da sua função social, em inúmeras realizações de que se anunciam desde já as seguintes: no distrito de Beja, concentrações em Serpa, às 15 horas, junto à Câmara Municipal, em Beja, à mesma hora, no Largo do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, em Cuba, ainda às 15 horas, frente à Câmara Municipal; sessões em Aljustrel (Sindicato Mineiro), Ferreira (Casa do Povo, às 16 h), Castro Verde (Casa do Povo, 16 h), Mértola (om-Gorte-Galo), também às 16 h, Moura, com baile e intervenção política, às 21 h, Alvíto (Casa do Povo, 19

h), Évora, às 16 horas no Palácio de D. Manuel, Montemor, à mesma hora, sessão no Teatro Curvo Semedo, e à noite convívio e representação teatral promovidos pelas CUMs locais. No distrito de Portalegre, sessões em Sousel, em Campo Maior (no cinema, às 16 h) e em Montargil (na Casa do Povo, às 20 h).

Também no sábado, em Coimbra no edifício Chiado, sessão comemorativa com uma intervenção política, canto livre pela Brigada Victor Jara e poesia, numa organização conjunta do MDM, CUMs e Departamento de Mulheres da União dos Sindicatos de Coimbra; em Aveiro, bancas e exposições sobre o Dia da Mulher; em Ovar, às 15 horas, sessão com projecção de filmes promovida pelo MDM no antigo Pavilhão do Ciclo Preparatório.

Ainda no dia 8, em Valado de Frades (Nazaré), na Biblioteca, às 17 h, projecção de filmes; em Alcobaca, na sede do MDP; em Peniche, às 15 h, no Sindicato dos Pescadores, na Marinha Grande, na sede da Ordem, a partir das 15 horas, um programa cultural, e às 21 e 30 convívio.

Finalmente, no distrito de Lisboa no sábado: Em Moscavide, organizado pelas CUMs, sessão com o filme «A Mulher e a Criança»; Santa Iria da Azóia, distribuição de cravos e de documentos sobre a situação da mulher, com projecção de filmes e colóquio, e início da Semana do Livro (que se prolongará até dia 15), por iniciativa do MDM; Camarate, sessão às 21 horas. No dia 9, haverá sessões no Zambujal, às 16 h, organizada pelo MDM, e em Odivelas, na colectividade, às 18 horas, organizada pelas CUMs, com convívio e acção de fadistas.

O «8 de Março» na Covilhã

Na zona da Covilhã, o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, será assinalado por várias iniciativas unitárias. Assim, no próximo sábado decorrerá no Cine-Teatro da cidade uma sessão cujo programa inclui a passagem de um filme e um debate com Maria José Gomes, da Comissão Nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM). O início da sessão está marcado para as 16 horas.

Iniciativas idênticas, com o mesmo programa e a mesma participação, decorrerão igualmente às 21 horas de sábado, no Clube Desportivo da Mata

(Covilhã), e no domingo, às 15 horas, em Tortosendo, onde ainda haverá convívio musical.

... e em Odivelas

Em Odivelas (Lisboa), decorrerá uma sessão de esclarecimento promovida por um grupo de mulheres do MDM. Haverá, na parte artística, Canto Livre, exibição dos Pioneiros de Portugal e projecção de filmes. A iniciativa começa às 21 e 30, no Pavilhão Polivalente do Bairro dos Sinistrados.

APU denuncia fraude eleitoral em Vila do Bispo

As graves irregularidades cometidas na constituição dos órgãos autárquicos do concelho de Vila do Bispo pela Assembleia de Apuramento continuam por rectificar, não obstante as diligências que vêm sendo efectuadas pela APU e o reconhecimento das entidades responsáveis pelas anomalias cometidas.

Em comunicado recentemente distribuído em Vila do Bispo a APU recorda que «os mandatos da Assembleia Municipal e das

Assembleias de Freguesia de Budens, Sagres, Raposeira e Barão de S. Miguel foram distribuídos ilegalmente pelas várias listas por que não foi aplicado o método de Hondt, conforme manda a lei».

«Através desta fraude — sublinha o documento — a APU tem menos mandatos do que aqueles a que tem direito pelos resultados eleitorais, e são atribuídos ao PS mandatos a mais, em desrespeito total pela vontade do povo do

concelho».

A gravidade desta situação é tanto maior quanto a ilegalidade foi já reconhecida pela Comissão Nacional de Eleições, que devolveu a acta com a distribuição dos mandatos ao Presidente da Assembleia de Apuramento dos resultados eleitorais para que este, como principal responsável pelas ilegalidades, as rectifique.

Não se justifica, portanto, a manutenção de uma situação de fraude eleitoral, não se

compreendendo de que se está à espera para se ultrapassar uma situação que está a afectar a população do concelho, uma vez que os referidos órgãos não podem tomar posse.

Entretanto, segundo revela a APU, o presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo está a tentar aproveitar-se desta situação para conseguir para o PS um número de eleitos a que não tem direito, procurando por exemplo, «ter a maioria absoluta

na Assembleia Municipal de forma ilegal e escandalosa».

Alertando a população para esta tentativa de manutenção de uma fraude eleitoral, a APU responsabiliza os responsáveis pela Assembleia de Apuramento do concelho pela paralisação dos órgãos autárquicos, exigindo que sejam respeitados os resultados eleitorais para as autarquias e que tomem posse as pessoas livremente eleitas pelo povo em 16 de Dezembro.

Encontros de eleitos da APU nos distritos de Faro e Bragança

Quadros do PCP para o trabalho das autarquias e eleitos da APU para os órgãos de Poder Local do Algarve reuniram-se na passada semana, dia 24 de Fevereiro, em Faro para um balanço crítico à actuação dos eleitos do Povo Unido no anterior mandato e uma apreciação geral sobre as perspectivas de trabalho abertas pelas posições alcançadas com as eleições de Dezembro último.

Com base na experiência colhida com o anterior mandato, os eleitos da APU pronunciaram-se pela necessidade do reforço da sua organização, de molde a permitir uma maior capacidade de intervenção nos diferentes órgãos autárquicos e uma maior ligação com os eleitores, correspondendo às novas responsabilidades do Povo Unido, que passou a ser a força maioritária na Câmara e Assembleia Municipais de Vila Real de Santo António e nas Juntas de Freguesia daquela vila, de Silves, Odeixeira, Budens (Vila

do Bispo), Pechão (Olhão), Odeixeira (Aljezur) e Giões (Alcoutim).

A importante subida da Aliança Povo Unido traduziu-se no distrito de Faro num aumento de mandatos directos de 159 em 1976 para 331 em Dezembro passado, o que corresponde a um aumento percentual de 17,3% para 21,3% em relação aos mandatos em disputa.

Para além disso o encontro registou o facto de terem sido escolhidos eleitos da APU, pelas respectivas Assembleias, para as Juntas de Freguesia de Portimão, Sê, S. Pedro e Estoi no concelho de Faro; S. Bartolomeu de Messines, Algoz e S. Marcos da Serra no concelho de Silves; S. Sebastião de Lagos, Lagoa, S. Clemente de Loulé e Moncarapacho no concelho de Olhão; St.ª Maria e St.ª Catarina da Fonte do Bispo no concelho de Tavira.

Os eleitos da APU reunidos em Faro manifestaram-se ainda

a favor do rápido estabelecimento pelas Assembleias Municipais de critérios objectivos para a distribuição das verbas da alínea b) do artigo 5.º da Lei das Finanças Locais pelas freguesias, afirmando a sua intenção de pugnar em todos os órgãos para que a referida verba — que a Lei estipula seja pelo menos de 5% do total — passe este ano para 20% dadas as enormes carências que se continuam a verificar por todo o Algarve.

Nesse sentido, salientaram, importa que seja integralmente aplicada a Lei das Finanças Locais e rapidamente reexaminado o projecto de Lei de delimitação de competências na esfera dos investimentos entre o poder central e o poder local.

Reforçar a Organização em Bragança

No mesmo dia, mas em Macedo de Cavaleiros realizou-se idêntica

reunião dos eleitos e candidatos da APU do distrito de Bragança, após animado debate concluíram pela necessidade de algumas medidas no que toca ao acompanhamento e organização dos eleitos.

Os participantes do encontro consideraram que o trabalho a desenvolver pelas Juntas de Freguesia de maioria Povo Unido (Eucísia, Pinheiro Novo, Assares e Vales) deve merecer especial atenção, sem que tal prejudique o desejável apoio a todos os eleitos de modo a melhorar a actividade de todos os eleitos da APU.

A coordenação entre os eleitos dos vários órgãos, ao nível de cada concelho e freguesia, para uma constante troca de experiências foi uma das medidas preconizadas, que poderá ser levada à prática, sem prejuízo da descentralização de funções indispensável para um bom funcionamento do poder local, através da realização periódica de

reuniões e plenários a nível regional, distrital e concelho.

Por outro lado, os eleitos da APU pronunciaram-se favoravelmente pela unidade e cooperação com outros eleitos que estejam verdadeiramente interessados no progresso dos seus concelhos e freguesias, bem como a necessidade de uma intensa informação e esclarecimento acerca do que se passa nos órgãos autárquicos.

Também os grandes problemas regionais mereceram a atenção dos presentes, que salientaram a importância da realização de colóquios e conferências que analisem questões como as das Linhas Férreas do Tua e do Sabor, Ferros de Moncorvo, Central Nuclear de S. S. João, Ensino Superior em Trás-os-Montes, etc.

Tal como em Faro, foi salientada a firme disposição de lutar pelo funcionamento democrático das autarquias e contribuir para a resolução das graves carências que afectam as populações.

Autarquias Reunião de activistas em Mirandela, no domingo

Convocada pela DORT, Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes, do PCP, realiza-se no próximo domingo, dia 9, em Mirandela, uma importante reunião de eleitos e activistas do Partido na APU.

A ordem de trabalhos inclui o enquadramento político da actividade nas autarquias e as tarefas do Partido, os problemas imediatos da gestão autárquica e o balanço do trabalho na região (com intervenções de camaradas dos vários concelhos).

A reunião decorrerá na Escola Secundária de Mirandela a partir das 15 horas, com a participação do camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Manifestações de pesar pela morte de José Magro

Continuam a chegar ao nosso Partido inúmeras manifestações de pesar e mensagens de condolências pelo falecimento do nosso querido camarada José Magro, de entre as quais salientamos as que foram enviadas pelo Comité Central do Partido Comunista Francês, pelo tenente-coronel Vítor Alves, dr. Armando de Castro, dr. Vasco da Gama Fernandes, célula do PCP em Ludwigsburg (RFA), estudantes portugueses na República Popular da Bulgária, trabalhadores portugueses em Montreal (Canadá), organização dos estudantes comunistas na URSS, trabalhadores correspondentes de imprensa em Moscovo, uma delegação de órgãos do poder local em viagem de estudo na República Democrática Alemã, Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP, pelas organizações do PCP de Lamego e Castro Daire,

organização da JCP da Beira Litoral, Comissões Concelhias do PCP de Sobral de Monte Agraço e Bragança, e Comissões de Freguesia de Santo André (Barreiro) e Odivelas.

Estas manifestações de condolências vêm juntar-se às que já divulgámos na passada semana. Além das mensagens de condolências, há que acrescentar as inúmeras provas de pesar manifestadas pelas organizações do Partido e de massas e individualidades da vida pública nacional que se fizeram representar nas cerimónias fúnebres.

Estão neste caso as seguintes organizações do Partido: Comité Local de Lisboa e organizações da 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª Zona do CLL, além das organizações de freguesia de S. João de Deus, Alcântara, Ajuda, Santa Isabel, Chameca, Vila Franca de Xira, Lavradio, Santa Iria da

Azóia, S. João da Talha, Loures, Vialonga, Odivelas, Cascais, Algueirão, Apelação, Camarate, Moscavide, Sintra, Algés, Damaia, Montelavar, Seixal, Colares, Moscavide, Cacém, S. Julião do Tojal, Zambujal.

Também estiveram representadas as seguintes organizações concelhias e organismos: Vila Franca de Xira, Oeiras, Sintra, hotelaria e turismo, escritórios, comércio, pequenas e médias e empresas, indústria farmacêutica, gráficos, seguros, bancários, transportes, saúde, sector de informação, sector público, sector sindical e células dos Serviços Médico-Sociais, da Lisnave-Rocha, da Sanitas, da CDL, da Editorial «Caminho», da Editorial «Avante!», do Hospital Militar Principal, da Fima, da Insa, da Autocoopoe, da Icosal, da Fábrica Portugal, dos TLP, do Hospital de Santa

Maria, do «Diário de Lisboa», de «o diário», da Empresa Pública Notícias-Capital, da RTP.

Outras organizações do Partido que se fizeram representar nas cerimónias fúnebres foram das DORs do Minho, do Alentejo, de Setúbal, a Direcção Nacional da JCP, o CLL da JCP, a direcção do Ensino Superior da JCP, a direcção distrital de Lisboa da JCP, o colectivo de redacção do «Avante!», os Pioneiros.

Pelo Centro de Trabalho de Alcântara, onde o corpo do camarada José Magro se encontrava em câmara ardente, passaram numerosas delegações de organizações de massas e individualidades da vida política, sindical e cultural, de entre as quais destacamos hoje: direcção do Sindicato dos Metalúrgicos, Federação da Construção Civil, Federação dos Sindicatos Metalúrgicos

e Minas, MURPI, URAP, Comissão Nacional do MDP/CDE, direcção do Sindicato da Cerâmica, delegação da CGTP-Intersindical, Cataratib, José Ernesto Cartaxo, Carlos do Carmo, Aquilino Ribeiro Machado, Tito de Morais, Rogério Paulo, Levy Baptista, José Barata Moura, Urbano Tavares Rodrigues, Canto e Castro, Fernanda Alves, Henriqueta Maya, Celeste Amorim, José Manuel Osório, Hermenegilda Pacheco, Luís Cília, José Maria do Rosário, José Viana, Costa Ferreira, Mário Pereira, Dora Leal, António Anjos, Carlos Gonçalves, José Gomes, Fernanda Lapa, Rogério Fernandes, Querubim Lapa, Rogério Ribeiro, Vicente Campinas, Laura Lopes, Adelino Tavares da Silva, Ernesto Sampaio, Silva Graça, César Abel, Manuel de Azevedo, Pedro Maya, entre outros.

Notícias locais

Democratas de Mirandela contra postura camarária

A semelhança do que já havia sucedido noutras ocasiões, mais uma vez agentes da PSP, cumprindo uma postura inconstitucional e ilegal da Câmara Municipal de Mirandela, identificaram e multaram cidadãos que procediam à afixação de propaganda, direito reconhecido e consagrado na Constituição da República.

A Comissão Concelhia do PCP, num documento divulgado a propósito, protesta contra semelhante actuação e exorta todos os militantes e os cidadãos em geral a prosseguirem com serenidade e firmeza no exercício dos direitos que a Constituição e a lei lhes conferem, reclamando do Governo e das autoridades que cessem prontamente os atentados à liberdade.

Também os eleitos, candidatos e activistas da APU do distrito de Bragança, reunidos em 24 do mês passado na Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros, se solidarizaram com os cidadãos vitimados da tal repressão, exigindo a pronta reposição da legalidade.

Corta-mato da Primavera

O Conselho de Colectividades de Vialonga em colaboração com o Grupo Desportivo de Vialonga e o apoio da respectiva Junta de Freguesia leva a efeito o 2.º Corta-Mato da Primavera naquela localidade, no próximo dia 16 de Março.

Reformados protestam contra política do Governo

Os Grupos de Reformados, Pensionistas e Idosos de S. Jorge de Arroios, Alto do Pina, Alto do S. João e da União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social reunidos recentemente no Centro do Dia desta Associação de Reformados decidiram por unanimidade repudiar a política que vem sendo seguida pelo actual executivo de Sá Carneiro.

A moção aprovada protesta contra a atitude assumida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros que não permitiu a entrada no nosso país de representantes da URSS que vinham participar num debate sobre assuntos da 3.ª idade, considerando que tal medida em nada contribui para as boas relações entre povos amigos.

O documento protesta ainda contra o aumento do custo de vida e contra a política do MAP, manifestando a solidariedade dos Reformados com os trabalhadores da Reforma Agrária.

CAMARADAS FALECIDOS

TOMÁS DE MACEDO — Com 59 anos, faleceu, vítima de ataque cardíaco, o camarada Tomás Saraiva de Macedo Faria, conhecida figura do teatro, cinema, rádio e televisão. Durante a sua juventude, conquistou vários títulos de campeão nacional de andebol, como jogador do Sporting. Desde 1945 até ao 25 de Abril participou na luta antifascista tendo sido alvo de sanesamentos e discriminações nomeadamente por ter assinado vários documentos da Oposição Democrática. Desempenhou funções no «Diário Popular» logo

após a fundação deste jornal em 1943. O camarada Tomás de Macedo, encontrava-se retirado da actividade teatral há quatro anos. Presentemente, era colaborador do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP.

LUIZ CARLOS — Operário corticeiro, com apenas 35 anos, faleceu o nosso camarada Luiz Farinha Carlos, membro da Célula do Partido na «Robinson», em Portalegre. O seu falecimento ocorreu no passado dia 24 de Fevereiro, na sequência de um desastre de viação.

LUIZ FOGAÇA — Vítima de acidente, faleceu há dias o camarada Luiz Tavares Fogaça, nascido em 1920. Era pequeno agricultor e residia no concelho de Setúbal.

JOSÉ DA CRUZ — Militante do Partido há longos anos, trabalhador da Fábrica Portugal, faleceu também recentemente o camarada José da Cruz, de 66 anos. Preso em 1958, a sua actividade como antifascista e membro do PCP foi o motivo que o fez passar dez anos nas cadeias salazaristas. Actualmente, o camarada José da Cruz militava

na zona do Beato, em Lisboa, onde era membro da Comissão de Reformados.

ANTÓNIO CHAMUSQUENHO — Em Alpiarça, distrito de Santarém, faleceu o camarada António Alcobia Chamusquenho, figura prestigiada que gozava da mais viva simpatia por parte de todos os que o conheciam. Por motivo do seu desaparecimento, a Comissão Concelhia de Alpiarça do PCP desconvocou a festa de aniversário do Partido marcada para o último domingo, dia 2.

Assembleia da Amadora

A Assembleia Municipal da Amadora vai reunir-se em breve, em sessão extraordinária para discutir a questão dos vereadores a tempo inteiro da Câmara, questão esta de importância fundamental para o bom funcionamento do executivo camarário.

A participação do público nesta sessão permitirá certamente à população do novo município comprovar mais uma vez quais as forças que estão realmente empenhadas em contribuir para a resolução dos problemas locais.

Semana

27 Quarta-feira

1887 - Morre o compositor russo Alexandre Borodine...



O Afeganistão em desenvolvimento

Um grupo de guerrilheiros sequestra na embaixada da República Dominicana em Bogotá...

28 Quinta-feira

1933 - Hitler declara "fora-da-lei" todos os partidos políticos da República alemã...

O secretário norte-americano da Defesa, Harold Brown, afirma que "não pode confirmar nem desmentir"...

29 Sexta-feira

1960 - Um terramoto destrói a cidade marroquina de Agadir...



Liu Shaoqi (Liu Chao-Chi), o falecido chefe do Estado chinês deposto por um golpe de Mao Tsé-Tung...

1 Sábado

1952 - O Partido do Congresso, de Nehru, ganha as primeiras eleições legislativas da Índia.



Vítima do stalinismo

O Conselho de Segurança da ONU vota um projecto de resolução que deplora profundamente a persistência de Israel na sua política de estabelecimento de colonatos...

2 Domingo

1937 - O México nacionaliza o petróleo.

O Ministério Italiano da Justiça revela que um documento secreto de grande importância para a segurança do Estado italiano desapareceu dos arquivos do Conselho Superior de Magistratura...

3 Segunda-feira

1847 - Nasce em Edimburgo Alexandre Graham Bell, o inventor do telefone.

A ZANU - Frente Patriótica, de Robert Mugabe vence por maioria absoluta as eleições na Rodésia...

4 Terça-feira

1953 - Morre em Moscovo o compositor soviético Sergei Prokofiev.

Robert Mugabe, presidente da ZANU-Frente Patriótica, que ganhou a maioria absoluta nas eleições da Rodésia...

Grande vitória do povo do Zimbabwé

O neocolonialismo em África acaba de sofrer mais uma decisiva derrota. A esmagadora vitória da ZANU, encabeçada por Robert Mugabe...

A vitória de hoje constitui um dado impossível de menosprezar, mesmo por aqueles que, empenhados em não perder os seus privilégios...

luta de libertação, luta de guerrilha durante uma condução pela Frente Patriótica (ZANU e ZAPU, que no conjunto detém 77 dos 100 lugares do parlamento)...

Os resultados eleitorais agora obtidos no Zimbabwé surgem



Crianças do Zimbabwé, vítimas da política neocolonialista e racista. A vitória das forças patrióticas abre-lhes hoje a perspectiva de um futuro melhor

Interdições profissionais e «democracia» na RFA

O caso de Hans Peter

De 24 a 26 de Março deste ano decorrerá no 3.º Juízo do Tribunal Federal de Disciplina de Stuttgart um processo disciplinar contra o camarada Hans Peter, Técnico de Telecomunicações nos Correios...

«democrática» RFA, cabeça do capitalismo na Europa, para que qualquer cidadão seja lançado no desemprego.

Um caso entre muitos. O exemplo de Hans Peter - de que o processo que lhe foi instaurado representa o início de uma nova fase, mais aguda, de discriminação política contra membros do Partido Comunista Alemão...

Está é razão bastante, na realidade, para a luta do povo espanhol contra o fascismo; para a luta do povo francês contra a prática do «Berufsverbote»...



Manifestação contra as interdições profissionais, na RFA

em condições que mais fazem realçar a sua importância.

Tudo foi tentado para que esta temida vitória das forças patrióticas não fosse possível. Como foi oportunamente denunciado no Conselho de Segurança da ONU...

É nestas condições que se dá uma afluência massiva de votantes às urnas e que as forças patrióticas obtêm 77 lugares no Parlamento contra 3 do fantoche Muzorewa...

As eleições de 29 de Fevereiro não resolvem automaticamente os problemas do povo do Zimbabwé.

As próprias disposições dos acordos de Londres estão longe de constituir uma solução justa e democrática. Os 220 mil brancos que vivem na actual Rodésia...

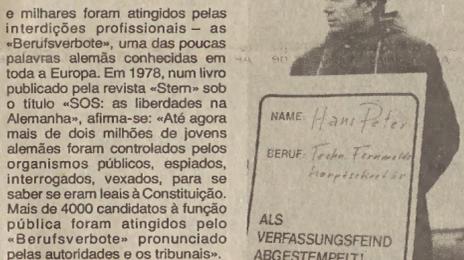
excluídas dessa revisão duas

Luta popular na América Latina

A situação actual na América Latina caracteriza-se por um notável ascenso do movimento popular de massas, que já vem a tomar forma há largos meses...

Os acontecimentos actualmente em curso em El Salvador, assim como, de uma outra forma, na Colômbia, ilustram esta realidade. Decorrem neste momento na Colômbia negociações entre os guerrilheiros do «Movimento 19 de Abril»...

El Salvador vive uma situação particularmente complexa. Nos últimos dias do ano de 1979, elementos progressistas do Exército frustraram um golpe fascista. A Guarda Nacional e os bandos de extrema-direita são responsáveis por mais de 600 assassinatos cometidos nos dois primeiros meses deste ano...



Interdições profissionais e violência policial, são lei na «democrática» República Federal Alemã



Partido Comunista ou pelo movimento socialista; ter apoiado manifestações pelo desarmamento, pelo fim da guerra no Vietnam; ter assinado, em 1970, uma petição para que fosse revogada a lei que mantinha ilegal o Partido Comunista Alemão; ter participado nas celebrações do 30.º aniversário da derrota do fascismo; ter adoptado posições de solidarieade com a luta do povo espanhol contra o fascismo; ter assinado uma petição contra a prática do «Berufsverbote».

As «razões» No informe apresentado por uma delegação do Conselho Mundial da Paz que visitou a RFA de 25 a 29 de Setembro de 1977 para recolher testemunhos sobre a aplicação dos «Berufsverbote», destaca-se que, apesar da Constituição da RFA assinalar que ninguém pode ser discriminado pela sua raça, religião ou opiniões políticas...

70 milhões de marcos Entre 1972 e 1978 a RFA destinou mais de 72 milhões de marcos para evitar a vaga de protestos, a nível internacional, contra a prática das «Berufsverbote», com destaque para a França, Grã-Bretanha e Itália...

Neonazis atacam

Nos últimos dias de Fevereiro, em Esslingen, cidade da RFA, foi cometido um atentado contra a exposição «Viver e não esquecer», dedicada a Auschwitz, o maior campo de extermínio do 3.º Reich...

Guatemala: as raízes da violência

Da Guatemala vêm-nos notícias dispersas de lutas de massas, movimentos de guerrilha, acentuada e sistemática violência repressiva. Os recentes acontecimentos de 31 de Janeiro, que se saldaram na destruição parcial da representação diplomática espanhola...

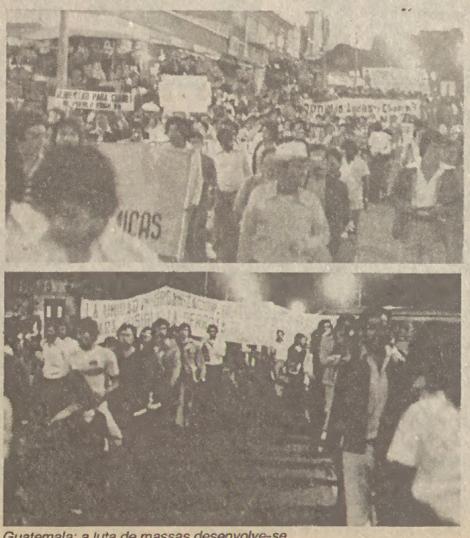
Guatemala: a luta de massas desenvolve-se

Porquê uma tão brutal violência? No relatório elaborado pelo Comité Guatemalteco de Luta pela Paz apresentado à Comissão de Direitos Humanos do Conselho Mundial da Paz em Maio de 1979...

Assim, é nos interesses do imperialismo na Guatemala, é numa política conforme a tais interesses face a um povo que luta contra condições de vida insuportáveis, que se devem procurar as raízes da inaudita violência que faz da Guatemala um país sem preses políticos...



Juventude contra a repressão



Guatemala: a luta de massas desenvolve-se

III Congresso da CGTP-IN
ABERTO A TODOS OS SINDICATOS

A medida real de uma força

O Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, abre hoje as suas portas aos representantes legítimos de cerca de um milhão e setecentos mil trabalhadores. Até à noite do próximo domingo, o III Congresso da CGTP-Intersindical Nacional, aberto à participação de todos os sindicatos, filiados ou não na Central, acolherá 1100 delegados de todo o País, mais de cinco mil convidados, cerca de 60 delegações estrangeiras.

O grande fórum unitário, medida real da força dos trabalhadores, tinha já inscritos no princípio desta semana 248 sindicatos, prevendo-se que a participação atinja os 90 por cento das associações sindicais existentes.

No período de preparação do Congresso, que se prolongou por mais de 4 meses, mais de 3000 reuniões a vários níveis, incluindo 2500 plenários de empresa, mobilizaram em todo o território nacional largas centenas de milhares de trabalhadores de todos os sectores de actividade. Nos trabalhos preparatórios participaram activamente milhares de delegados, membros das CT's e activistas sindicais, bem como a incontável maioria dos dirigentes dos sindicatos.

Os documentos que saíram do III Congresso, cujos projectos iniciais foram elaborados pela CNOC (Comissão Nacional Organizadora), mereceram mais de 800 propostas de alteração e sugestões. Na sua quase totalidade, esse reflexo directo do alto grau de participação dos trabalhadores orienta-se no sentido de contribuir para uma melhor identificação das tarefas e dos objectivos que cabem ao movimento sindical e anula, com instrumentos concretos, todas as tentativas feitas para caluniar ou pôr em dúvida a prática da democracia sindical, que preside a toda a actividade da CGTP-Intersindical Nacional.



Como há três anos, o Pavilhão cheio durante 4 dias

O que se pretende

A quem olhar de fora sem verdadeira intenção de compreender o que se pretende do III Congresso da CGTP-IN pode parecer-lhe que esta realização de primeiro plano e de um alcance essencial no movimento popular de massas não viria reforçar os objectivos que desde sempre se propôs a grande central unitária dos trabalhadores portugueses.

O primeiro desmentido a essa apreciação errada está na própria preparação do Congresso. A sua fase final, com os delegados reunidos no Pavilhão dos Desportos, é nada mais que o fecho de uma mobilização só comparável às outras levadas a cabo pela CGTP-IN. Essa mobilização, estreitamente ligada aos interesses mais reais e fecundos das massas trabalhadoras, decorreu, na sua fase mais intensa, já integrada na luta contra o assalto reaccionário do Governo PPD/CDS aos direitos, liberdades e garantias

dos trabalhadores e da grande massa da população. Os milhares de reuniões preparatórias e as tarefas cumpridas nesse campo reforçaram, sem sombra de dúvida, a eficácia a opor a esse Governo da Aliança reaccionária. Toda a preparação do Congresso, com relevo para a discussão

democrática dos documentos-base, serviu, integrada na luta de massas, para que essa eficácia conte ainda mais com um factor indispensável ao êxito das reivindicações, da resistência popular ao assalto reaccionário e da defesa e consolidação das grandes conquistas revolucionárias de Abril. Esse factor é a unidade.

Fortalecer a CGTP-IN como estrutura unitária

Fortalecer a CGTP-IN como estrutura que unifica toda a actividade do movimento sindical português é um dos objectivos realçados pelo secretariado nacional na conferência de imprensa da última segunda-feira. As «difíceis batalhas que se aviznam», como aí foi salientado, não podem dispensar «as linhas de orientação para o conjunto dos trabalhadores portugueses e do seu movimento sindical que permitam dotá-los do melhor apetrechamento e da máxima eficácia».

Mas quando se insiste no reforço da unidade das massas trabalhadoras, da unidade orgânica da sua central representativa e de todo o movimento sindical não se têm apenas em vista os êxitos nas lutas a curto e médio prazo. Esses êxitos, indispensáveis à consolidação do regime democrático e ao prosseguimento do caminho de Abril, são a segurança de um futuro que temos de construir agora. E a unidade, hoje como sempre, nunca será demais.

Desenvolver a capacidade reivindicativa dos trabalhadores

Desenvolver a capacidade reivindicativa dos trabalhadores portugueses com vista à melhoria das suas condições de vida e de trabalho é outro dos objectivos a alcançar com a realização do Congresso que hoje se inicia. Só quem não sente na pele os problemas, as dificuldades

e os dramas de quem vive do seu salário é que se recusará a compreender o alcance do objectivo aqui apontado e a necessidade de lutar por ele. Os exemplos dessa necessidade aí estão à vista de todos. E não só dos trabalhadores. As últimas

medidas e as ameaças permanentes do Governo PPD/CDS vão atingindo camadas da população tão vastas que são cada vez menos aqueles que se podem sentir seguros. E esses — não haja dúvidas — são os que comandam a ofensiva contra os interesses vitais de quem trabalha.

Promover o desenvolvimento económico ao serviço das camadas populares do País

Promover o desenvolvimento económico ao serviço das camadas populares e do País, contra as tentativas de reposição do poder dos monopólios e dos latifúndios, que foram a base de sustentação e do domínio do regime fascista, é um objectivo que nada tem de contraditório com o anunciado anteriormente. Pelo contrário. É possível e necessário progredir sem atacar as condições de vida e de trabalho da classe operária, das massas trabalhadoras,

das camadas médias da população. A Aliança reaccionária, o seu Governo e os grandes patrões que representa querem fazer pagar integralmente a quem trabalha a factura de uma crise pela

qual as classes trabalhadoras não são responsáveis. A responsabilidade da crise cabe ao capitalismo, cabe à recuperação capitalista que a governação PPD/CDS quer levar ao seu extremo limite.

Consolidar o regime democrático

Consolidar o regime democrático consagrado na Constituição é contribuir para que não se perca aquilo que tantos anos de lutas e sacrifícios levou a conquistar. Os inimigos de Abril, enquanto

esse regime não for destruído, como pretendem hoje os reaccionários instalados no Governo, não conseguirão impedir o uso das liberdades e garantias para defesa dos interesses vitais das massas trabalhadoras e do País.

Compreender e defender os objectivos do III Congresso, que resumidamente acabamos de enunciar, não é tarefa para quem olha de fora sem vontade de participar. A participação é necessária porque os objectivos são práticos e estão ao alcance das massas. Todos estão ligados e se completam. É a vida que os aponta. Como durante a preparação do Congresso e na sua realização, a participação prosseguirá, empenhada e forte, por objectivos que são de todos os trabalhadores.



Fidelidade aos princípios

Segundo o projecto de um dos documentos-base a submeter ao Congresso, «o Movimento Sindical Português tem-se orientado e continuará a orientar-se pelos princípios fundamentais que o caracterizam como um Movimento Sindical Unitário, independente, de massas e de classe».

«Movimento Sindical Unitário, que reconhece e defende a unidade de todos os trabalhadores e das suas organizações de classe, sem quaisquer discriminações, que combate todas as tentativas tendentes à sua divisão, como condição necessária da luta pela completa emancipação da classe trabalhadora».

«Movimento Sindical Democrático, que assenta toda a sua orgânica e vida interna no respeito pelos princípios democráticos, nomeadamente no respeito e submissão das minorias às maiorias, na livre eleição e destituição dos seus órgãos a todos os níveis, na responsabilização colectiva destas, na livre expressão e discussão de todos os pontos de vista existentes no seio dos trabalhadores, no respeito integral pelas decisões dos seus órgãos deliberativos máximos — Assembleias Gerais a nível de Sindicatos, Congressos e Plenários a nível da Confederação».

«Movimento Sindical Independente, que desenvolve a sua actividade e determina os seus objectivos com total autonomia face ao patronato, ao Estado, às confissões religiosas, aos partidos políticos ou quaisquer outros agrupamentos de natureza não sindical, que combate todas as tentativas de ingerência como condição para o reforço da sua própria unidade».

«Movimento Sindical de Massas, que reconhece e defende a liberdade de sindicalização de todos os trabalhadores e que visa promover a elevação do seu nível de consciência sindical e a sua participação activa em todas as tarefas e níveis da organização sindical, como garantia de que a sua linha de orientação seja efectivamente determinada democraticamente pelos trabalhadores».

«Movimento Sindical de Classe, que reconhece o papel determinante da luta de classes na evolução histórica da humanidade, que reconhece a solidariedade de interesses existente entre os trabalhadores de todo o Mundo, que se opõe a toda e qualquer tentativa de subordinação dos interesses da classe trabalhadora a interesses que lhe são estranhos e que promove a defesa intransigente dos interesses colectivos da classe trabalhadora na luta pela construção da sociedade sem classes».



Das mineiras aos serviços, todos os sectores representados

Com que meios

Os meios para a realização deste III Congresso da CGTP-Intersindical Nacional assentam fundamentalmente na implantação bem conhecida dos princípios e da acção do Movimento Sindical Unitário entre as massas trabalhadoras de todos os sectores de actividade e em todo o País. Partindo daí, os trabalhos preparatórios do Congresso, dirigidos por uma Comissão Nacional Organizadora (CNOC) e dinamizados por comissões dinamizadoras distritais (CDDs), abertas à participação de todos os sindicatos, e eleitas em todos os distritos do continente e das regiões autónomas, desenvolveram-se de tal maneira que, na conferência de imprensa da última segunda-feira, o secretariado nacional da CGTP-IN pôde divulgar números ainda provisórios mas já reveladores de uma

participação excepcional na preparação do Congresso.

Largas centenas de milhares de trabalhadores, em mais de 3000 reuniões diversas, incluindo 2500 plenários de empresa, manifestaram a sua opinião sobre os documentos-base a submeter ao Congresso. A repressão do patronato reaccionário nos locais de trabalho, as condições de luta e de esclarecimento que a direita no Governo toma cada vez mais difíceis, a urgência das reivindicações salariais, o combate ao desemprego e aos despedimentos não evitaram que a preparação do III Congresso estivesse sempre no centro desses combates e acções de dia-a-dia nas empresas, nos sindicatos e em todas as estruturas representativas dos trabalhadores. Mesmo nas reuniões a vários níveis,

convocadas para tratar de assuntos específicos, a preparação do Congresso esteve presente, mais do que não fosse através de uma saudação aprovada, do apoio e solidariedade manifestadas pelos trabalhadores que sabem ser sua esta iniciativa da CGTP-IN.

Segundo o curto balanço provisório divulgado pelo secretariado nacional da CGTP-IN na última segunda-feira, estavam já nessa altura inscritos para participar no III Congresso "248 sindicatos representados por 1100 delegados em representação de cerca de um milhão e setecentos mil trabalhadores".

Ainda segundo o mesmo balanço, "a CNOC editou a nível central 30 000 exemplares de anteprojectos dos documentos a apresentar ao Congresso, 500 000 sínte-

ses desses documentos, 140 000 cartazes alusivos ao Congresso, 150 000 emblemas e autocolantes bem como inúmeras circulares e documentos vários de orientação da discussão».

«Além disso, a nível das comissões dinamizadoras distritais, foram editados mais de 1 milhão de resumos dos documentos, tarjetas, folhas informativas diversas e manifestos. As CDDs promovem ainda a colocação em lugares públicos de muitas centenas de faixas e murais alusivos ao Congresso».

«Cerca de 1200 mil exemplares de boletins sindicais trataram os diversos temas e problemas que se colocam na preparação e realização do Congresso».

«A CNOC elaborou os projectos de documentos a apresentar ao Congresso tendo por base uma análise

profunda da actividade sindical nos últimos três anos (desde o último Congresso). Tal facto criou as melhores condições para a apreciação e discussão dos problemas que se colocam aos trabalhadores e ao seu movimento sindical e facilitou a apresentação de propostas».

«A CNOC recebeu mais de 800 propostas diversas sobre os anteprojectos do programa de acção, caderno reivindicativo e estatutos».

Este curto balanço, que será completado com o relatório final da CNOC, dá apenas uma ideia de como foram aproveitadas as experiências de três anos de reorganização do movimento sindical unitário, tarefas em que sobressai o caminho percorrido no campo da reestruturação com a criação de Unidades em todos os distritos, com o avanço

decisivo na criação de estruturas concelhias, com o melhoramento das estruturas nos locais de trabalho, com os passos dados na verticalização e na fusão de sindicatos, com a maior atenção atribuída à organização sindical das mulheres e da juventude trabalhadora».

Os resultados desse trabalho, que se aperfeiçoou em muitos aspectos durante a preparação do Congresso, servem de fundamento concreto à afirmação da CNOC que se congratula pelo facto de «a esmagadora maioria das propostas e sugestões (de alteração aos anteprojectos dos documentos-base) terem sido apresentadas com um profundo sentido de contribuir para uma melhor identificação das tarefas e dos objectivos a prosseguir pelo movimento sindical português».

Para que fins

«O III Congresso da CGTP-IN proclama que a defesa intransigente da Constituição e o combate a todas as tentativas da sua revisão ilegal constituem tarefa patriótica do Movimento Sindical a todos os níveis», porque:

● A Constituição consagra as nacionalizações, a Reforma Agrária e os direitos dos trabalhadores, considerando-os conquistas irreversíveis;

● A Constituição consagra direitos e garantias fundamentais pelos quais os trabalhadores nunca deixaram, nem deixarão de bater-se;

● A Constituição reconhece o papel determinante dos trabalhadores — e das suas organizações de classe — na elaboração da legislação do trabalho, na planificação democrática da economia, na reorganização das unidades

produtivas, no controlo de gestão, no sistema de segurança social.

Sob o título **A defesa do Regime Democrático**, o projecto de programa de acção a submeter ao III Congresso abre com as afirmações que parcialmente acabámos de citar. Os títulos logo a seguir referem-se às **conquistas da revolução e aos direitos e liberdades fundamentais e sindicais**. A defesa e consolidação do regime saído do 25 de Abril são assim, amplamente destacados num dos documentos fundamentais a aprovar pelo III Congresso da CGTP-IN.

A garantia dos direitos dos trabalhadores tem como condição indispensável a luta pela defesa e consolidação das conquistas de Abril de que o regime democrático e as liberdades são parte

integrante. A esses direitos e liberdades se refere amplamente o projecto de programa de acção, designadamente porque «são um obstáculo importante à reconstrução das bases económicas e sociais do poder monopolista que, em Portugal, exige a restauração de condições de exploração dos trabalhadores idênticas às vigentes antes do 25 de Abril».

Entre os fins a alcançar com a realização do III Congresso contam-se naturalmente os que têm a ver com a orgânica do movimento sindical unitário. E aqui surge de novo, como não pode deixar de ser, a par da defesa do regime democrático, das conquistas revolucionárias de Abril e dos direitos e liberdades fundamentais, a unidade dos trabalhadores e a unidade sindical. «Estratégia fundamental para a completa emancipação dos trabalhadores», o projecto

dedica à acção unitária e à unidade orgânica, cujo reforço prossegue, a atenção que em parte lhe é imposta «pelas tentativas de dividir os trabalhadores e o Movimento Sindical Português», tentativas essas «sempre apoiadas e financiadas pelo imperialismo e executadas por um conjunto de forças políticas representando interesses sociais contraditórios, mas unidas no desejo de manter o sistema capitalista».

Perante isso e tendo em vista os fins já apontados para defesa e consolidação de Abril e do seu projecto, a «procura constante do reforço da unidade tem sido e continuará a ser uma actividade incansável da CGTP-IN. Esta procura — saliente o projecto do programa de acção — assume uma enorme importância na complexa situação resultante do facto de os seus inimigos de

classe, apesar de minoritários, se encontrarem representados directamente no Governo e na Assembleia da República».

«A unidade — sublinha ainda o projecto — defende-se no combate contra o divisionismo», na «aplicação abnegada e constante dos princípios e posições de classe do Movimento Sindical».

● Na defesa do regime democrático consagrado na Constituição;

● Na defesa intransigente dos interesses de todos os trabalhadores sem qualquer discriminação;

● No respeito escrupuloso pela democracia sindical e pela vontade dos trabalhadores;

● Na luta pela unidade na acção de todos os trabalhadores e de todos os sindicatos, filiados ou não na CGTP-IN;

● No combate ao sectarismo, ao elitismo e ao obreirismo.



A defesa intransigente da Reforma Agrária